



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

A ATIVIDADE DE LINGUAGEM NOS DESLOCAMENTOS ENUNCIATIVOS TEMPORAIS

Stéfano Grizzo Onofre

SÃO CARLOS
2017



Universidade Federal de São Carlos

Stéfano Grizzo Onofre

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**A ATIVIDADE DE LINGUAGEM NOS DESLOCAMENTOS ENUNCIATIVOS
TEMPORAIS**

STÉFANO GRIZZO ONOFRE
Bolsista CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Blundi Onofre.

São Carlos – São Paulo – Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Stéfano Grizzo Onofre, realizada em 18/08/2017:

Profa. Dra. Marília Blundi Onofre
UFSCar

Prof. Dr. Leticia Marcondes Rezende
UNESP

Profa. Dra. Cássia Regina Coutinho Sossolote
UNESP

Profa. Dra. Márcia Cristina Romero-Lopes
Unifesp

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar

**Dedico este trabalho à minha esposa, pois sua calma e dedicação foram sempre a minha
guardida durante a tempestade.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre me motivaram a seguir em frente, mesmo quando pensei em desistir.

Aos colegas do Enunciar/UFSCar, pelos bons momentos juntos e pela troca de ideias.

Agradeço, especialmente, a Solange e a Duane - boas companhias nas manhãs de quinta-feira.

Agradeço à minha orientadora pelos conselhos, companhia e disponibilidade. Sou muito grato também pela extensão do prazo de defesa, o que me ajudou a conquistar meu primeiro emprego na área docente.

Agradeço ao suporte financeiro da CAPES e ao financiamento de meu estágio doutoral em Paris.

Às professoras Cassia e Leticia pelos conselhos, indicações bibliográficas e por propiciarem minha primeira experiência como professor na universidade.

Agradeço ao meu coordenador de estágio doutoral Lionel Dufaye pela acolhida calorosa e pelo direcionamento bibliográfico.

Agradeço ao corpo docente do PPGL que direta ou indiretamente trabalhou para tornar este trabalho possível.

Nous rappelons qu'énoncer, c'est construire un espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs référentielles, bref un système de repérage.
Culioli

RESUMO

A presente pesquisa originou-se da leitura e análise de um *corpus* composto por 154 produções textuais de vestibular. Dessa coletânea de textos, identificamos um mecanismo enunciativo que nomeamos de deslocamento de plano enunciativo temporal. Esse objeto de estudo, gerado a partir de observação empírica, foi motivado por uma apropriação dos preceitos da Teoria das Operações Enunciativas. A partir da relação entre teoria e análise linguística, justificamos a reflexão sobre o uso deslocado dos tempos verbais em produções textuais de vestibular. Diante desse mecanismo enunciativo, propomos simular os sentidos subjacentes aos enunciados deslocados. A busca de formas de explicar os valores temporais abriu diversas manipulações linguísticas. Essas manipulações foram essenciais para demonstrar as potencialidades de estabilizações semânticas dos planos enunciativos.

O objetivo central deste trabalho foi utilizar a metalinguagem culioliana para demonstrar que o tempo é resultado de uma composição de marcas linguísticas. Por essa razão, julgamos a reflexão da TOE central para o processo de ensino e aprendizagem, pois trouxe respostas a ocorrências que se instalam na fronteira entre texto e gramática. O intuito, portanto, foi identificar e demonstrar como o verbo pode ser responsável por levar o texto a misturar os planos de enunciação. Exploramos linguisticamente os planos temporais na produção textual de vestibular - principalmente em ocorrências em que a argumentação pode ser melhorada ou repensada. Com efeito, nesse trabalho, pensamos em formas de se discutir o texto de vestibular e traçar hipóteses dos motivos que uma dada escolha léxico-gramatical pode ser pouco adequada do ponto de vista da constituição dos planos enunciativos. Por meio de nossa reflexão, concluímos que as operações de localização são centrais para se constatar e analisar as ocorrências selecionadas e que os mecanismos enunciativos observados não se deixam categorizar facilmente.

Palavras-chave: Teoria das Operações Enunciativas, Teoria e análise linguística, Ensino e aprendizagem.

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche est né de la lecture et de l'analyse d'un corpus composé par 154 textes de « vestibular ». Dans l'ensemble de ces compositions nous identifions un mécanisme d'énonciation nommé « desréférenciation » énonciative. Le choix de cette thématique, créé à partir de l'observation empirique, a été motivé par la Théorie des Opérations Énonciative, qui défend l'articulation entre le langage et les langues naturelles. À partir du rapport entre la théorie et l'analyse linguistique, nous défendons l'hypothèse que les discussions théoriques proposées par la TOE nous permettent créer des explications métalinguistiques de l'usage du déréférencement des temps verbaux dans les textes de « vestibular ». Ainsi, nous proposons une analyse linguistique des plans énonciatifs dans les textes de « vestibular », ce que nous apporte des contributions, dans la perspective culiolienne, pour penser la production et l'interprétation des textes.

Notre objectif est utiliser le métalangage culiolienne pour expliquer dans quel mesure l'emploi des temps verbaux influe dans la construction argumentative d'un texte. Dans ce sens, nous voulons mettre en évidence les parcours nécessaires pour l'stabilisation des plans énonciatifs temporels de façon à aider le professeur/chercheur à aborder les événements de visualisation difficile quand on ne peut pas considérer la prédication comme un processus dynamique et articulé à l'énonciation. Nous explorons linguistiquement les plans temporels dans les textes de « vestibular », principalement ceux dont l'argumentation peut être améliorée ou repensée. En effet, dans ce travail de recherche, nous souhaitons penser à des formes diverses de discuter le texte de « vestibular » et établir des hypothèses par rapport les motifs dont un choix lexique grammatical peut être inadéquat du point de vue de la constitution des plans énonciatifs. Par le biais de notre réflexion, nous concluons que les opérations de localisation sont fondamentales pour constater et analyser les événements sélectionnés et que les mécanismes énonciatifs observés ne se laissent pas catégorisés facilement.

Mots-clé: Théorie des Opérations Énonciatives, théorie et analyse linguistique, enseignement et apprentissage.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Ilustração da questão de pesquisa por meio de um exemplo	4
Esquema 2: Ilustração do exemplo de Lima (1973)	31
Esquema 3: Retomada da ilustração da questão de pesquisa	108
Esquema 4: Estabilizações Temporais	110
Esquema 5: Manipulação dos dados.....	111
Esquema 6: Encadeamento temporal.....	113
Esquema 7: Manipulação dos dados.....	114
Esquema 8: Manipulação dos dados.....	116
Esquema 9: Manipulação dos dados.....	118
Esquema 10: Manipulação dos dados.....	120

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Tabela de Glosas 58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LP: Língua Portuguesa

PCN: Parâmetro Curricular Nacional

S0: enunciador

S0': coenunciador

TOE: Teoria das Operações Enunciativas

t: tempo da enunciação

T: e tempo do enunciado

S: sujeitos da enunciação que reporta ao Eu

S': sujeitos da enunciação que reporta ao Tu

Sumário

Introdução	1
Organização da tese	6
Capítulo I	10
A teoria das operações enunciativas e o ensino-aprendizagem de línguas.....	10
1.1 Atividade epilinguística e ensino	10
1.2 Repensar a gramática	13
1.3 A linguística do texto e o PCN	17
Capítulo II	22
O tempo: da gramática ao texto.....	22
2.1 A complexidade do estudo do tempo: um tema interdisciplinar	24
2.2 Breve discussão do tempo nas gramáticas tradicionais	30
2.3 Categorias de língua e categorias de pensamento: o tempo e o verbo.....	33
2.4 Culioli, discípulo de Benveniste?	39
Capítulo III	44
A noção da temporalidade na constituição dos planos enunciativos.....	44
3.1 A gramática nos planos enunciativos.....	44
3.2 Gramática e léxico na constituição dos planos de enunciação	45
3.3 Categorias da determinação verbal na constituição dos planos enunciativos: o discurso	46
3.4 Categorias da determinação verbal na constituição dos planos enunciativos: o plano da história	48
3.5 Ação e atividade nos planos enunciativos: <i>telos</i> e <i>teleonomia</i>	49
3.6 Operações enunciativas e planos de enunciação.....	51
3.7 O funcionamento dos mecanismos discreto, denso e compacto nos nomes e nos processos	53
3.8 O discreto, denso e compacto: as noções de processo	57
Capítulo IV	64
Arcabouço teórico: a articulação linguagem e línguas naturais	64
4.1 A relação empírico e formal: do empírico ao formal e vice-versa	69
4.2 A tese da indeterminação da linguagem	72
4.3 Da atividade de linguagem: operações de representação, referenciação e regulação.....	73
4.4 O modelo metalinguístico culioliano: objetivo ou subjetivo?	77
4.5 Algumas considerações teóricas acerca da noção.....	79

4.6 A predicação no modelo enunciativo: a ocorrência.....	81
4.7 A alteridade.....	86
4.7.1 A perspectiva linguística “pura” da alteridade.....	87
4.7.2 Dos diferentes valores de alteridade.....	88
4.7.3 Alteridade por um viés linguístico.....	89
4.7.4 Formas de alteridade e sua estruturação: teoria dos orientadores.....	89
4.7.5 Os atos de linguagem e a questão da vericondicionalidade.....	90
4.7.6 Características principais da Teoria dos Atos de Linguagem.....	91
4.7.7 Alteridade e vericondicionalidade.....	92
4.7.8 A alteridade na pragmática.....	93
4.7.9 Síntese da discussão.....	94
4.7.10 Teoria dos orientadores enunciativos: o dizer e o conteúdo proposicional.....	95
4.7.11 Ilustração dos princípios da alteridade linguístico-enunciativa: um exemplo.....	96
Capítulo V.....	100
Análise dos dados.....	100
5.1 O <i>Corpus</i> : metodologia de análise.....	100
5.2 Análise das ocorrências selecionadas.....	107
5.3 Discussão dos exemplos apresentados.....	120
Considerações finais.....	122
Referências bibliográficas.....	125
Anexo I.....	129

Introdução

A seguir demonstraremos o trajeto que nos levou a observar os mecanismos temporais na enunciação.

O contato com a linguística da enunciação, no início de nosso trajeto acadêmico, conduziu-nos a perceber que os textos possuíam mecanismos que remetiam a elementos que desconhecíamos: a estruturação linguística dos enunciadores, do espaço e do tempo. Conforme íamos compreendendo o fenômeno da enunciação, verificávamos que ele revelava também a estruturação dos planos enunciativos.

O trabalho com os mecanismos de enunciação, dentre esses o mecanismo temporal, teve um papel central em nossa formação, pois ofereceu condições para que notássemos que a relação entre operações predicativas e enunciativas poderiam ser porosas, principalmente, quando eram identificadas em produções de textos de alunos em processo de aprendizagem da escrita. Com o passar do tempo, começamos a nos interessar em observar como esses mecanismos poderiam aparecer em estruturas textuais dissertativas. A partir disso, agrupamos aleatoriamente 154 produções textuais com estrutura dissertativa-argumentativa e começamos a explorar a estruturação dos mecanismos temporais. No início de nosso trajeto, pensávamos que conseguiríamos cercar as ocorrências de deslocamentos enunciativos em torno de uma marca específica. Como isso não se revelou verdadeiro, escolhemos apresentar algumas ocorrências representativas do fenômeno que observamos nas leituras das produções textuais.

A Teoria das Operações Enunciativas é tributária das hipóteses de A. Culioli sobre a relação linguagem e línguas naturais.

Sob égide de um corpo comum de hipóteses sobre a linguagem, uma teoria enunciativa é delineada no conjunto de artigos dos três volumes de *Pour une Linguistique de L'énonciation*. A obra retrata reflexões centrais para a TOE como, por exemplo, a operação de localização, a atividade epilinguística, os domínios nocionais, a relação variância e invariância, formalização e o valor epistemológico do termo noção. Nessas obras de Culioli (1990, 1999a, 1999b), os temas discutidos são oriundos da observação detalhada de diversas línguas naturais e, embora possam soar como jargões técnicos para um leitor não iniciado na teoria, remetem a problemas clássicos da linguística como a relação forma e sentido, pragmática, metalinguagem, alteridade, enunciação, subjetividade, objetividade, gramática, sintaxe, entre outros.

O texto fundador da TOE, portanto, constitui ponto de partida para diversas pesquisas voltadas para a busca de invariantes subjacentes à diversas marcas linguísticas. Dentre os trabalhos que se pautam no corpo de proposições de Culioli (1990, 1999a, 1999b) podemos

citar os trabalhos de Campos (1997, 1991), Danon-Boileau (1993, 1987), Dufaye (2007, 2002), Gauthier (1981), Tzeveleku (1995), Vogüé (1993, 1989, 1992), entre outros. Os trabalhos mencionados são desdobramentos dos textos fundadores e ampliam as discussões teóricas por meio do estudo de diversas marcas linguísticas. Além disso, essas pesquisas reportam-se ao contexto europeu.

No Brasil, a teoria foi introduzida por Rezende (2000). A pesquisadora dedicou sua pesquisa à articulação entre a TOE e o ensino e aprendizagem de Língua Materna. Dentre os trabalhos resultantes da perspectiva iniciada por Rezende, (2000) ressaltamos a tese de doutorado Onofre (2003).

Esse trabalho, para nossa pesquisa, motivou-nos a pensar em que medida a TOE poderia dar contribuições à questão dos planos enunciação em estruturas textuais dissertativas. Essa motivação surgiu da hipótese de que produções textuais fora do padrão linguístico idealizado revelam ajustamentos potenciais de sentido, acessíveis a partir do quadro da TOE. A retomada de estabilizações linguísticas em potencial pode, portanto, revelar que uma dada imprecisão linguística seria, na verdade, oriunda do caráter criativo da linguagem. Isso motivou a configuração do *corpus* desta pesquisa: produções textuais dissertativas-argumentativas de vestibulares classificadas como abaixo da média.

Demonstraremos que os deslocamentos enunciativos temporais são fenômenos que desafiam a estabilização, pois se organizam por meio de um agregado complexo de operações de linguagem. Essa dificuldade está expressa também na grande variabilidade de terminologias que a linguística usa para tentar definir a temporalidade na enunciação. Neste trabalho, não daremos respostas à questão linguística da temporalidade; por outro lado, utilizaremos as reflexões teóricas a fim de nortear a percepção dos mecanismos enunciativos temporais em textos de vestibular.

A referenciação temporal em textos foi discutida por Benveniste (2006), que propôs a distinção entre os planos de discurso e de história. A princípio, nossas observações nos possibilitaram identificar casos em que a diferenciação dos planos pela dicotomia entre discurso/história, tal como discutida pelo autor, não era suficiente para explicar o fenômeno que verificávamos nos textos dissertativos. Esse contexto de observação deu origem às seguintes questões centrais a esta pesquisa: 1) seria possível identificar algum mecanismo de linguagem, no escopo da teoria culioliana, que regeria ou explicaria o uso de certos tempos verbais deslocados na constituição dos planos de enunciação, observado, neste caso, em

estruturas textuais dissertativas? 2) a identificação da operação de linguagem que se aproxima das ocorrências selecionadas poderia permitir realocação os planos temporais deslocados?

Considerando nossas perguntas de pesquisa, objetivamos propor um caminho de análise - a partir de textos oriundos da dimensão de ensino/aprendizagem em português língua materna - para ocorrências de deslocamentos enunciativos temporais.

Para a TOE, a relação entre teoria e prática emerge do caráter construtivo da atividade de linguagem no trabalho linguístico-discursivo do locutor. Em outras palavras, o retraçar do processo gerador do sentido é um caminho para simular o diálogo que se instaura entre o locutor e o seu produto linguístico, ou seja, entre o aluno de vestibular (locutor) e seu produto textual. A hipótese central da TOE, quando transposta ao processo de ensino/aprendizagem, incita o pesquisador a considerar que o material linguístico deixa rastros da atividade de linguagem do locutor. Nossa pesquisa vai ao encontro desse projeto maior da TOE, à medida que propomos identificar a operação de linguagem que sustenta algumas ocorrências de deslocamentos enunciativos temporais em produções textuais de vestibular.

O excerto a seguir, recortado de uma produção de texto de vestibular, é representativo do nosso objeto de pesquisa, pois remete a uma interpretação temporal deslocada devido à presença do pretérito perfeito “vimos” em um contexto em que há o predomínio do tempo presente, fato que nos leva a considerar a ocorrência como um deslocamento temporal:

(1) Hoje em dia, no nosso país, a saúde está sendo deixada de lado, pelos governantes desse país. Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano. Porém em certos lugares ainda temos ações preventivas, nesse assunto entramos em outro problema que é a dificuldade que os estados encontraram ao lançarem ações preventivas.

Desse excerto, consideramos o seguinte enunciado:

(1a) Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** nenhum benefício ao longo do ano.

Podemos observar que o tempo verbal, realçado em (1a), parece trazer uma orientação temporal deslocada. Embora não se trate de um erro, a escolha do pretérito perfeito não parece ser compatível com a primeira parte do enunciado. Nossa hipótese inicial é que se pode recuperar um enunciado pré-construído¹ em (1a) que abre duas estabilizações referenciais (1b) e (1c):

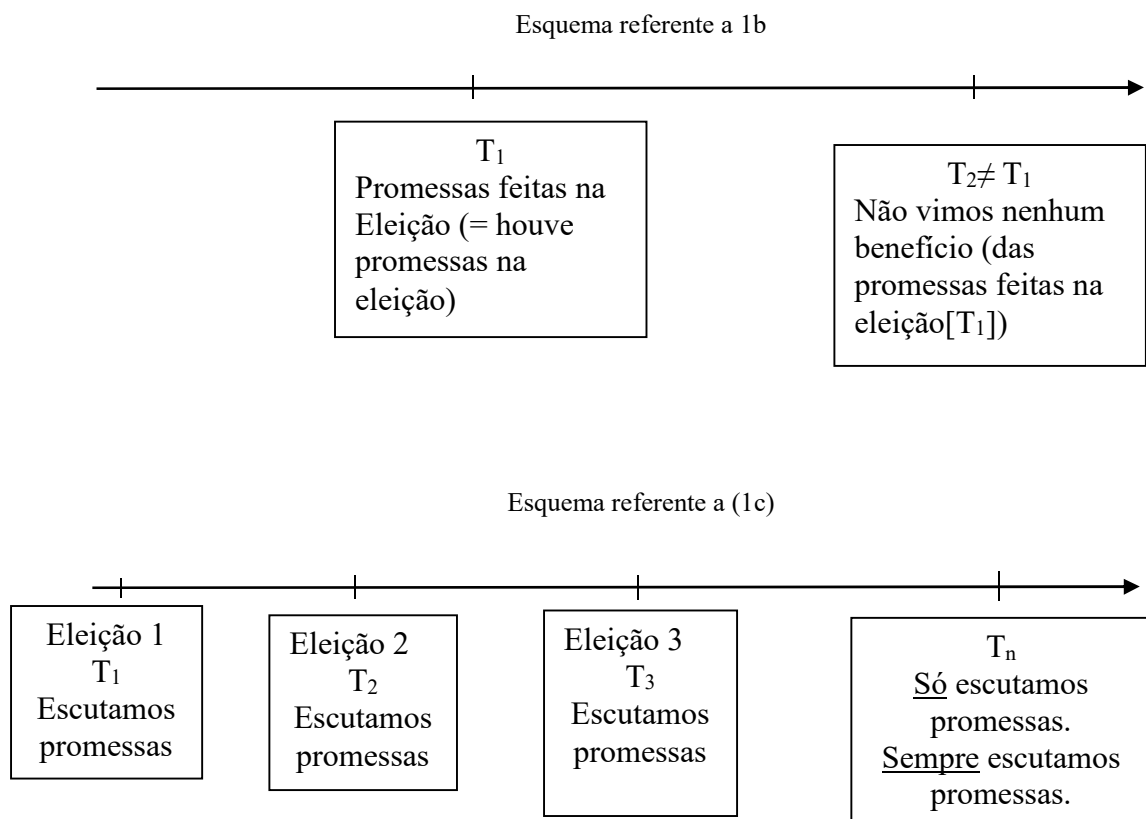
¹ O termo pré-construído remete a uma ocorrência de uma noção cuja existência, no plano linguageiro, já está constituída e servirá de objeto para a construção de outras operações.

Pré-construído: Só escutamos promessas em épocas de eleição

(1b) Escutamos promessas na eleição e não vimos nenhum benefício ao longo do ano.

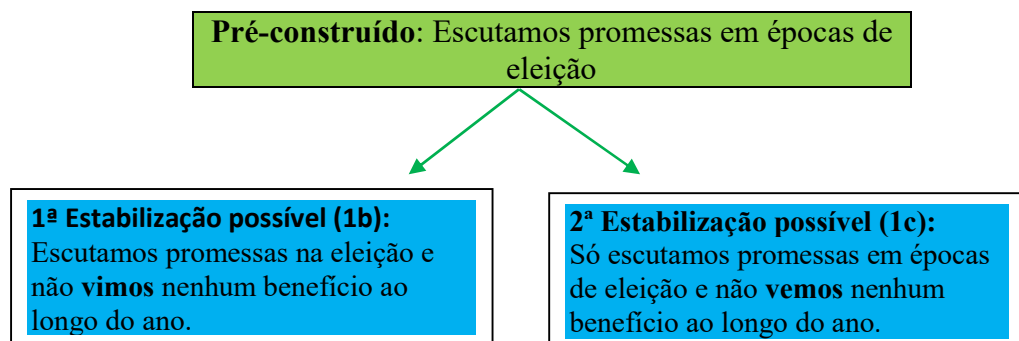
(1c) Escutamos promessas em épocas de eleição e não vemos nenhum benefício ao longo do ano.

Podemos ilustrar as possíveis instanciações temporais da seguinte maneira:



A fim de oferecer melhor visualização dos enunciados acima, propomos o seguinte esquema representativo:

Esquema 1: Ilustração da questão de pesquisa por meio de um exemplo



Fonte: elaboração própria.

Em (1b) marca-se um contexto singularizado, no sentido de que o enunciador faz referência a uma promessa determinada, porém, o seu cumprimento não aconteceu como se esperava que acontecesse. Por esse motivo, o pretérito perfeito torna-se mais aceitável em (1b).

Outra estabilização temporal, desencadeada pelo pré-construído, pode ser representada por (1c), que marca um acontecimento genérico realçado por uma apreciação do enunciador: promessa é aquilo que sempre se escuta em épocas de eleição e não traz nenhum benefício ao longo do ano. Nesse caso, o presente do indicativo seria mais aceitável do que o pretérito perfeito, pois não marca uma formatação temporal específica.

Para que pudéssemos atingir nosso objetivo de pesquisa, foi necessário argumentar que as formas de alteridade de um conteúdo nocional possibilitam sustentar o exercício de realocação de planos temporais deslocados em ocorrências cujos mecanismos enunciativos emergem por pistas - pouco evidentes sem o olhar teórico assumido aqui - deixadas nas operações predicativas e enunciativas dos textos de vestibular.

O ponto de vista da TOE permitiu-nos tratar a produção textual dissertativa como representativa do trabalho linguístico-discursivo do locutor², que seria acessível, portanto, por meio da atividade epilinguística³ que subjaz a qualquer material linguístico. Nesse sentido, a discussão do tempo na enunciação para esta tese é tributária da observação de ocorrências por nós selecionadas como casos típicos que não encontram respostas nos quadros linguísticos clássicos, fato que também nos levou à problematização do modo como a temporalidade é concebida na TOE.

Dessa forma, acreditamos ser importante enfatizar a atividade epilinguística para o contexto didático e oferecer, ao mesmo tempo, um caminho de análise linguística para a questão dos planos enunciativos, uma vez que a abordagem tradicional não pretende colocar em discussão ocorrências de deslocamento de planos enunciativos temporais, observáveis no processo de produção textual.

Ademais, como pudemos observar, por meio do exemplo citado, as ocorrências que selecionamos, no *corpus*, não se tratam de erros, visto que a significação é veiculada. No quadro teórico da TOE estas ocorrências que nomeamos como mecanismos temporais deslocados envolvem mais de uma localização entre as noções em relação em função do contexto próximo que, em geral, realocam-se pelo contexto gerado.

² O locutor pode ser aproximado ao localizador subjetivo origem (S₀). É importante precisar que a relação entre o localizador origem e o locutor é construída pelo linguístico. Logo, pode-se afirmar que há dissimetria entre o sujeito de carne e osso e seu representante linguístico no enunciado.

³ Atividade metalinguística pré-consciente.

Para um maior aprofundamento das questões temporais nas dissertações de vestibular, buscaremos precisar em que medida a reflexão do quadro culioliano contribui com as exigências didáticas de articulação entre texto e gramática, preconizada nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), e como essa reflexão poderia ser articulada à produção linguística do aluno.

Os PCNs contribuem para as nossas reflexões à medida que reconhecem a relevância da atividade epilinguística no processo de ensino, tal como podemos notar no seguinte trecho:

Nas atividades epilinguísticas a reflexão está voltada para o uso, no próprio interior da atividade linguística em que se realiza. [...] faz-se necessário o planejamento de situações didáticas que possibilitem a reflexão sobre os recursos expressivos utilizados pelo produtor/autor do texto – quer esses recursos se refinam a aspectos gramaticais, quer a aspectos envolvidos na estruturação dos discursos –, sem que a preocupação seja a categorização, a classificação ou o levantamento de regularidades sobre essas questões (BRASIL, 1997, p.30)

Ainda que essa questão não avance para além desse reconhecimento, pois a proposta faz-se em teoria desarticulada com a prática, essa referência não deixa de ser um primeiro passo em direção às reflexões linguístico-cognitivas sustentadas pela TOE que podem ser tão caras ao ensino-aprendizagem de língua por meio da articulação proposta entre a atividade de linguagem e as línguas.

A hipótese de partida, realizada sobre uma organização inicial do *corpus*⁴ selecionado, é de que as operações de localização são centrais para se constatar e analisar as ocorrências selecionadas. Outro elemento que julgamos essencial é a constatação de que aquilo que se concebe por planos de enunciação varia de um quadro teórico para outro e, em sua grande maioria, os conceitos são formulados a partir de textos consagrados como, por exemplo, narrativas literárias ou artigos de opinião. A presença de deslocamentos enunciativos temporais parece ser profícua nas produções textuais observadas.

Organização da tese

A presente tese está organizada em cinco capítulos. A seguir, justificaremos a sequência escolhida para a apresentação desta pesquisa.

No primeiro capítulo escrevemos sobre o conceito de atividade epilinguística e sua relação com o ensino e aprendizagem de língua materna. A relação feita entre as dimensões de

⁴ *Corpus* que foi constituído pela seleção de ocorrências após a leitura de uma coletânea de, aproximadamente, 154 redações de vestibular.

teoria e prática, no escopo da TOE, alicerça-se na pesquisa de Rezende (2000). O trabalho pedagógico, nesse contexto, seria construído por meio da conscientização de que existe uma atividade de linguagem subjacente às expressões linguísticas. Nesse contexto, a atividade epilinguística representa o trabalho linguístico-cognitivo pressuposto nas formas linguísticas

Demonstramos no capítulo I que o sentido é regido pelos mecanismos de parafraseamento e desambiguação. A tomada de consciência dessas duas operações conduz ao estudo da gênese da estruturação de diversas formas linguísticas dos enunciados. O intuito, ao apresentar essa discussão, foi defender a necessidade de se teorizar a linguagem para abordar questões relacionadas ao texto e à gramática. Essa reflexão motivou-nos a pensar as noções temporais no escopo da enunciação. Para tanto, defendemos uma reformulação do que se entende por gramática. A ideia de se propor um ponto de vista diferente sobre gramática surge a partir da necessidade de abordarmos os deslocamentos enunciativos temporais, mecanismos que não se deixam classificar facilmente.

Para finalizar o capítulo, demonstramos que a linguística do texto também considera importante repensar o atomismo gramatical por meio da introdução de um ponto de vista enunciativo. No entanto, o conceito de enunciação utilizado nas abordagens da linguística do texto é diferente do conceito de enunciação da TOE. Diferença essa que se instaura fora do escopo de uma reflexão pautada na atividade epilinguística.

Outro ponto fundamental foi a identificação, no PCN, do reconhecimento, ainda que pouco detalhado, da centralidade da atividade epilinguística para a produção de texto. Essa lacuna presente na proposta curricular justifica a importância deste trabalho, à medida que pretendemos defender que os deslocamentos enunciativos temporais são recursos linguísticos que se instauram na fronteira entre texto e gramática.

No capítulo II, apresentamos a complexidade envolvida no estudo sobre o tempo na língua. Essa complexidade engloba as dicotomias que foram estabelecidas entre tempo linguístico e tempo referencial cujos desdobramentos remetem às interfaces entre pensamento e linguagem. A partir disso, argumentamos que a abordagem tradicional descreve apenas os valores semânticos mais estabilizados dos verbos.

Apresentamos também abordagens gramaticais que teorizam a enunciação descrevendo o contexto pragmático no quais os textos se inserem. Podemos tomar como exemplo a abordagem de Weinrich (1973) em que os tempos verbais referem uma estrutura temporal de dois tipos de posicionamento do enunciador em relação ao texto: mundo narrado e mundo comentado. Que essas posturas do enunciador existem é inegável, no entanto, a TOE incita-nos

a buscar o movimento entre planos enunciativos. Um plano enunciativo é resultado de uma composição léxico-gramatical. A associação a um grupo específico dos tempos verbais (i.e. pretérito, presente, futuro etc) não explica casos em que a estabilidade dos fenômenos temporais escapam às categorizações.

Apresentamos definições gramaticais relacionadas ao tempo. Desse modo, comparamos as diferentes formas de definir enunciação em Benveniste (2005) e Culioli (1999a). O paralelo foi necessário para demonstrar as peculiaridades da reflexão culioliana e introduzir conceitos centrais como tempo físico, tempo crônico e tempo linguístico.

A possibilidade de criar uma simulação dos planos enunciativos temporais permite construir uma explicação metalinguística dos motivos pelos quais um dado verbo pode ser deslocado de seu uso temporal estabilizado. Em vez de considerarmos que um dado tempo verbal associa-se ao mundo narrado ou ao mundo comentado, consideramos que o tempo verbal x ou y, devido ao seu contato com marcas linguísticas diversas, tem seu valor referencial construído no enunciado. Por essa razão, defendemos ser o reenvio à enunciação um processo global e acessível pelos processos de predicação. Isso atesta para o fato de que os processos aspecto-temporais são considerados, nesta pesquisa, resultado de uma composição léxico-gramatical. Para sustentar essa assertiva expomos como a questão do tempo é restritiva na gramática tradicional.

No capítulo III, abordamos as diferentes maneiras de se trabalhar com a temporalidade na TOE. As discussões apresentadas são importantes porque auxiliaram na estruturação da análise desta pesquisa. Apresentamos como outros autores concebem os planos enunciativos e fizemos a aproximação das reflexões ao nosso objeto de análise. O intuito foi demonstrar a plasticidade dos mecanismos temporais, que não se deixam categorizar facilmente. As discussões sobre os mecanismos discreto, denso e compacto atestam para essa dinamicidade da estruturação das noções temporais nos processos. A reflexão demonstrou que esses mecanismos estruturam formas de o enunciador se localizar em relação a um conteúdo de dizer.

O elemento central do capítulo IV foi a apresentação da proposta de articulação língua e linguagem na perspectiva de A. Culioli. Nesse contexto, descrevemos como o linguista teoriza formalmente a interpretação intuitiva dos fenômenos linguísticos.

Subjacente à variedade radical trazida pelo empírico, supõe-se a existência de um mecanismo invariante, responsável por reger a construção dos significados. Esse mecanismo nutre-se da indeterminação da linguagem, fato que pressupõe a necessidade incessante de os locutores se ajustarem a todo o momento diante das representações linguísticas. Na base dessa

reflexão teórica, instala-se o conceito metalinguístico denominado como noção. Tal conceito rege a estruturação da predicação e permite delimitar a relação do linguístico com o não linguístico. Demonstramos, fundamentalmente, uma representação de um conteúdo que se instaura na fronteira entre a cognição e a linguagem. Por esse motivo, apresentamos o conceito de noção, que julgamos central para delimitar como o predicado se estrutura. Essa articulação permitiu-nos trabalhar com os deslocamentos enunciativos cuja estruturação defendemos se dar por uma relação dinâmica que se instaura entre nome e verbo. A partir disso, notamos que a operação formal fundamental para o cálculo dos valores temporais é a alteridade. Para compreendermos o fenômeno da alteridade, trouxemos uma reflexão que nos auxiliou verificar como a situação de enunciação é construída por meio da relação entre a noção e a ocorrência de uma noção, sendo a ocorrência uma quantificação das propriedades intencionais de uma noção.

O intuito, no capítulo V, foi - após a discussão e apresentação de como conceber os mecanismos temporais na TOE - propor uma atividade de manipulação dos deslocamentos enunciativos selecionados. Essa manipulação partiu da identificação dos mecanismos de ocorrência de um noção.

Capítulo I

A teoria das operações enunciativas e o ensino-aprendizagem de línguas

No presente capítulo discutimos as contribuições que os postulados da Teoria das Operações Enunciativas - TOE - podem oferecer ao ensino-aprendizagem de línguas, em especial, por meio do conceito de atividade epilinguística. Além disso, propomos uma reflexão sobre os conceitos de gramática e de texto, que se constituem nesse quadro teórico, relacionando-os àqueles assumidos por outras tendências linguísticas recentes que têm influenciado o trabalho no ensino de língua materna.

1.1 Atividade epilinguística e ensino

O conceito de atividade epilinguística originou-se nos quadros da TOE em torno de discussões teóricas que aliam questões de natureza linguística e cognitiva, e, nesse sentido, vão ao encontro de preocupações concernentes ao ensino e à aprendizagem de línguas, ainda que essa teoria não esteja ligada diretamente ao ensino. Tal conceito designa um raciocínio silencioso que subjaz à atividade de produção e reconhecimento de formas linguísticas. Além de se tratar de uma operação de usura da linguagem pela linguagem, a atividade epilinguística é uma atividade metalinguística não consciente. Esse termo - empregado pelo linguista francês Culioli (2005) - responde aos anseios de um modelo metalinguístico cujo objetivo é apreender a linguagem por meio das línguas naturais.

O que motivou a criação do termo foi a dificuldade encontrada pelo linguista em designar a existência de um raciocínio silencioso na atividade de linguagem. O acesso a esse raciocínio, portanto, ocorreria pela identificação de indícios deixados na língua. Tais indícios demonstrariam ser a atividade epilinguística uma espécie de racionalidade pressuposta nas formas linguísticas.

No contexto brasileiro, a professora Leticia Marcondes Rezende é a responsável por aproximar atividade epilinguística ao ensino. A interface dessa atividade com o ensino releva do esforço de explicitação dos processos dialógicos da linguagem no texto. Nesse sentido, a reflexão de Rezende (2008) é motivadora para se proporem mecanismos que levem o sujeito a pensar sobre o pensar.

Conforme a pesquisadora, a parafraseagem e a desambiguação são operações essenciais do processo epilinguístico e explicitam como os valores semânticos são construídos.

Parafra­sa­gem, nesse contexto, remete a um processo de linguagem cuja alteração da propriedade semântica de um conteúdo nocional é provocada pela modificação sutil da estrutura do enunciado, seja por uma glosa, seja por uma troca pontual de uma marca linguística específica. A parafra­sa­gem conduz à operação correlata de desambigui­za­ção.

A operação de desambigui­za­ção an­co­ra-se na ambiguidade constitutiva da linguagem, ou seja, em uma indeterminação de fundamento. A partir dessa indeterminação é que se constata a presença de uma variação radical no universo linguístico. Nesse contexto, o sujeito está a todo o momento tentando sanar essa ambiguidade por meio da construção de paráfrases.

O conceito de paráfrase e de ambiguidade utilizados pela pesquisadora não remetem às acepções clássicas. A paráfrase, na dimensão da atividade epilinguística, não seria dizer a mesma coisa por uma outra forma, posto que mudanças mínimas de significado podem produzir novos sentidos. A ambiguidade não remete apenas a ocorrências sintáticas ou lexicais pontuais, mas também a uma indeterminação que se instaura na base de cada interpretação realizada pelos sujeitos.

Pautada nessa situação de indeterminação permanente é que Rezende (2008) afirma que os sentidos estão em eterna construção. Isso explica a existência de diferentes estabilizações dos cenários psicossociológicos deflagrados pelos textos.

A condição permanente de indeterminação é ao mesmo tempo o céu e o inferno dos sujeitos, segundo Rezende (2008):

É o céu porque senão o sujeito seria monolítico, uma pedra, um bloco. É o inferno porque ele precisa constantemente se equilibrar, se encontrar, se construir face a si mesmo como outro, e face ao outro, o outro mesmo; não é o processo de comunicação que sustenta essa visão de linguagem, mas os mecanismos biológicos de equilíbrio presentes em todos os seres vivos, e a linguagem é, no homem, tal mecanismo; não devemos valorizar pontos estáveis de valores ou significados ou contornos. (REZENDE, 2008, p. 98)

Essa concepção de produção de sentidos não considera que haja um sujeito acoplado ao texto. O sujeito tem a tarefa de se equilibrar a todo o momento na busca incessante pela diminuição dessa indeterminação original.

A introdução do conceito de atividade epilinguística permite também redirecionar o estatuto daquilo que as descrições estáticas de língua elegem como fenômenos de fronteira ou periféricos. Rezende (2008) ressalta que:

Vários conceitos, em consequência, caem por terra. Como defender conceitos tais como: intralingua, interlínguas, interface lingüística, lingüística contrastiva, efeitos de sentidos? Esses conceitos caem por terra não porque não sejam importantes, mas porque são centrais e não são mais vistos como fenômenos de fronteira ou periféricos, mas pertencentes a domínios que – em oposição aos domínios mais puros ou teóricos que excluem o sujeito e suas particularidades – os incluem, tais como, a estilística ou a lingüística aplicada. (REZENDE, 2008, p.98)

Os valores sistematizados por descrições estáticas de língua perdem sua relevância diante de uma atividade que torna visível um mecanismo estruturante dos sentidos. A atividade epilinguística tem o potencial de permitir ao professor visualizar representações que escapam a uma abordagem sistematizada da língua.

Quando re inserimos a linguagem no processo de ensino e aprendizagem, abrimos espaço também para a entrada de representações lingüísticas nem sempre previstas nos manuais de língua. É por esse motivo que as operações de parafraseagem e desambiguação importam tanto para a educação, pois oferecem subsídios para que percebamos a singularidade dos fenômenos lingüísticos. Desse modo, o centro da reflexão é a construção de um ponto de vista sobre o movimento dialógico entre os diversos valores semânticos disponíveis à representação.

A contribuição pedagógica da atividade epilinguística está, portanto, em sua capacidade de oferecer um ponto de vista diferente a respeito do uso da língua. Como afirma Rezende (2008):

Todas as classificações e tipologias devem ser questionadas, pois a atividade epilinguística nos joga nos vasos comunicantes que existem entre os sistemas ou contornos, ou entre pontos razoavelmente estáveis. (REZENDE, 2008, p.99)

A passagem acima, para este trabalho, é flagrante do caráter formativo da atividade epilinguística no ensino, pois fornece subsídios para o estudo da descentralização do sujeito face a si próprio e ao outro. A descentralização passa pelo reconhecimento de que o sistema também é resultado de uma construção interior cuja medida é a identificação do que seria a língua para o outro. Dito de outro modo, o reconhecimento da história, do estável, enfim, da objetividade surge pela capacidade de o sujeito suspender uma visão egocêntrica a respeito do mundo. A escola, muitas vezes, não é capaz de provocar, conscientemente, esse exercício de abstração e o substitui por sistemas e subsistemas. O que Rezende (2008) parece defender, ao aproximar o epilinguístico do ensino, é a introdução de práticas de linguagem que favoreçam o movimento entre as diversas polarizações presentes no contexto escolar.

No contexto do artigo de Rezende (2008), parece-nos que o epilinguístico pode ser interpretado não só como um conceito metalingüístico mas também como um olhar pedagógico

sobre o diálogo. É por essa razão que o conceito de gramática, seja ele estrutural ou gramatical, precisa ser concebido à luz dessa reflexão proposta por Rezende (2008).

A tese que propomos alia-se a essa reflexão à medida que tenta demonstrar um caminho diferente para se pensar os mecanismos de planos enunciativos temporais. Além disso, o presente texto questiona toda e qualquer classificação para explicar esse deslocamentos de planos enunciativos temporais.

1.2 Repensar a gramática

A proposta de gramática que norteia este trabalho parte do reconhecimento de dois níveis: o primeiro seria o nível inacessível da cognição e o segundo seria o das representações linguísticas. O desafio de um trabalho sério com gramática na perspectiva enunciativa da TOE estaria em levar o locutor a perceber que a compreensão e o controle da língua são regidos por uma gramática pré-consciente que pode se tornar consciente. Para alcançá-la, seria necessário evitar transpor diretamente a metalinguagem culioliana, ou, a bem de verdade, qualquer metalinguagem que seja, para o fazer prático em sala de aula.

Um caminho de aplicação interessante seria permitir ao professor/pesquisador abordar alguns problemas que não são visíveis ou relevantes para enfoques gramaticais de ordem mais descritiva ou classificatória. A visualização desses problemas, em nossa opinião, surgiria do olhar teórico para a produção linguística do aluno. Essa relação implica um modo de se conceber o que significa falar em articulação teoria e prática na TOE, pois, o material linguístico, nesta perspectiva, agrega novos questionamentos ao modelo teórico: no caso desta tese a abordagem culioliana das produções textuais de vestibular nos levaram a identificar deslocamentos de planos enunciativos temporais.

A temática proposta, que se relaciona ao tempo na enunciação, emergiu da observação de ocorrências de tempos verbais que, embora não sejam erros, veiculam uma significação deslocada.

Nas discussões sobre ensino, em geral, o tipo de reflexão gramatical que está presente no processo de ensino/aprendizagem está ancorado em uma concepção em que a linguagem é a expressão do pensamento. Os desdobramentos dessa proposta para o ensino, obviamente, são consequência da forma como o professor as transpõe para a dimensão prática. Isso significa que a teoria clássica, caso seja levada às últimas consequências, pode comprometer o processo de apropriação da arte de escrever e interpretar, à medida que reduz as formas linguísticas a uma arte de composição de proposições por meio das partes do discurso. O rigor exacerbado dos

procedimentos classificatórios nocionais pode ser nocivo à tentativa de criar alguma forma de apropriação da atividade de escrita.

A noção de gramática não é um conceito uníssono, tão pouco suficiente para dar conta daquilo que Culioli (1990, 1999a, 1999b) menciona como a indeterminação que existe entre um locutor e outro no diálogo. O que existe, na realidade, por meio de uma metalinguagem, são tentativas de construir uma imagem próxima de propriedades comuns, ou seja, de categorias gramaticais que seriam responsáveis por regerem as regras de constituição das classes de palavras e suas respectivas articulações na proposição.

A indeterminação da linguagem, em nossa opinião, é a razão pela qual existem diversas concepções sobre linguagem e diversas formas de se construir uma fotografia do que seria a atividade de linguagem. Talvez seja por essa razão que certas reflexões como, por exemplo, a tradicional, em que a linguagem é a expressão do pensamento, empregue grande importância a proposições que trazem um julgamento de caráter universal, que é a proposição assertiva positiva.

As três operações do espírito (conceber, julgar e raciocinar) são centrais para uma abordagem cujo centro é a expressão lógica do pensamento, e, por conseguinte, fenômenos linguísticos que retratem com clareza o raciocínio lógico são exemplares do que seria a linguagem.

Esse caráter explica, em parte, a dificuldade de se observar em textos de gramática prescritiva discussões sobre a existência de planos de enunciação. Reflexões sobre o tema podem ser timidamente identificadas nas seções que discutem os dêiticos e os pronomes.

Logo, pode-se concluir que os fenômenos enunciativos mais complexos não são centrais quando a expressão lógica do pensamento fundamenta a própria linguagem.

Por outro lado, não significa que não houve na tradição grega e medieval a teorização e, até mesmo, manuais de aplicação da enunciação. Na tradição, os problemas que envolviam enunciação originaram-se na arte retórica, e por suas variáveis como os interlocutores, as paixões, o objeto do discurso (as provas). Alicerçadas na arte retórica, discussões que estavam a meio caminho da gramática e da enunciação tornaram-se relevantes no período medieval.

Nesse sentido, podemos afirmar que a enunciação, portanto, é um termo poroso tendo sido sujeito a inúmeras adequações ao longo dos séculos. É digno de nota a oscilação da enunciação como um fenômeno relacionado às marcas linguísticas ou à presença do interlocutor no contexto.

É bem interessante, no entanto, ressaltar que no ensino é raro encontrarmos menção, pelo menos no período em que Franchi (2006) discute a necessidade de repensar a gramática na aprendizagem de língua materna, a trabalhos em sala de aula que acentuem o caráter interacional da linguagem no uso da língua.

Supomos que uma das dificuldades seja a separação histórica da gramática e da retórica, pois aquela almejava identificar as categorias gerais do pensamento e a outra o uso da língua no contexto prático. Se dermos um salto para o século XX, percebemos que a enunciação veio a ser novamente recortada pela separação entre língua e linguagem, e uma das razões centrais para isso foi a delimitação do sistema da língua.

O propósito não é fazer uma história do conceito de gramática, mas o panorama apresentado é útil para demonstrar que as diversas readequações de fenômenos enunciativos oscilam entre a língua e a linguagem, e isso vai desde abordagens que recortam radicalmente a enunciação da língua até aquelas que colocam a língua como um subproduto, alcançável apenas por meio da enunciação.

Repensar gramática, na ótica enunciativa, pressupõe assumir um ponto de vista sobre a gênese da relação entre o sujeito e a língua cuja restituição, que de nenhuma maneira pode ser considerada como absoluta, diz respeito à teorização de uma forma de estruturação da predicação. Trata-se, efetivamente, de levar em conta a passagem de um conteúdo lexical pelo crivo avaliativo do sujeito. A retomada da gênese da construção do sentido, para a TOE, pressupõe a existência de uma variação radical cuja determinação se dá por sua relação com distintos espaços e tempos.

O que se está propondo que seja incorporado a uma reflexão gramatical, portanto, é o reconhecimento de que há uma tensão permanente da relação da linguagem com a realidade, que emerge a cada interação entre os locutores. A questão central, portanto, para construção de uma reflexão genuinamente pedagógica, aliada à linguística enunciativa culioliana, está na capacidade de representar o modo de composição do processo de significação. É por essa razão que a isomorfia da linguagem com a realidade, encontrada nas polarizações, é improdutiva quando se privilegia - como defende-se na TOE - o processo de linguagem gerador da representação linguística. A discussão sobre uma origem absoluta da linguagem perde todo seu sentido quando se pensa na natureza dialógica da linguagem.

Rousseau e Vygotsky, conforme Rezende (2000), tecem considerações díspares sobre a origem da linguagem humana que ilustram o caráter improdutivo de uma reflexão polarizada sobre o tema.

Para Vygotsky, a criança considera a palavra e o objeto como elementos integrados. Nas palavras de Rezende (2000, p.176, grifo nosso) “[...] o nome da coisa significa a natureza da coisa. [...]”. Nessa perspectiva, a consciência linguística primitiva parte do sentido literal das palavras. Em contrapartida, Rousseau postula que as primeiras expressões dos homens eram feitas por palavras de sentido figurado e só posteriormente emergia o sentido literal.

As posições opostas dos dois autores remetem, na visão de Rezende (2000), ao diálogo e à forma como o diálogo suscita a construção da subjetividade e da objetividade. No caso do homem primitivo, há a necessidade de se construir a história e criar um centro de referência a partir do nada. A criança, por outro lado, precisa se adequar a um universo de representações construído historicamente.

Nos dois casos mencionados por Rezende (2000), o problema da origem da linguagem está presente por conta da enunciação. Trata-se de uma origem que aparece todo o momento na atividade de linguagem dos locutores. Essa reflexão é central para o contexto de ensino e aprendizagem porque abre espaço para se pensar no processo de ajustamento do sujeito com a língua. Propõe-se com isso aproximar o papel articulador da atividade da linguagem à produção de texto.

Em nosso trabalho, essa reflexão traz a possibilidade de se pensar em caminhos pelos quais sentidos deslocados são construídos em um texto dissertativo. O texto apresentado a seguir faz parte de nosso *corpus* de pesquisa e possui um deslocamento enunciativo temporal.

Precisamos deles...

Utilizar ou não animais em experimentações científicas? Essa questão está sendo constantemente debatida por pesquisadores e ambientalistas. Estes afirmam que há meios alternativos para testar e descobrir medicamentos, aqueles nos informam dos prejuízos causados com a proibição do uso de animais em pesquisas.

É evidente a nossa dependência em relação aos animais. Desde a revolução Neolítica até hoje precisamos dos trabalhos realizados por eles. No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores **são** privados de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

Entretanto, se os animais não forem usados, muitas pessoas serão prejudicadas, a começar por aquelas que deixarão de receber vacinas a as que perderão as esperanças para a cura de suas doenças. O melhor a ser feito é conciliar as duas linhas de pensamento: as pesquisas com animais devem continuar, mas o aprimoramento de novas técnicas que não os usem deverá ser acelerado.

Existe um diálogo implicado na redação acima que não é visível sem se levar em consideração a natureza dialógica da linguagem proposta por Rezende (2000). Nosso propósito é retomar, linguisticamente, como o sentido deslocado se produziu. Para tanto faz-se necessário tentar delimitar como um enunciado remete à localização origem da enunciação.

Para tentar chegar a essa discussão teórica foi necessário procurar nos textos do quadro da TOE reflexões que pudessem sustentar o por que, no texto acima, a exposição que o locutor faz do assunto instaura uma interpretação em que laboratórios e experiências com roedores existiam no Egito antigo. Além da interpretação inusitada, parece haver uma tentativa de se passar de um discurso histórico à descrição de um evento contemporâneo.

Esse texto nos levou a pesquisar sobre a alteridade na TOE. A discussão de Rezende (2000) sobre o sentido figurado e literal em Vigotsky e Rousseau parece se assentar na mesma discussão. No caso da redação apresentada acima, o arranjo textual e o uso do tempo presente em negrito parecem cair em uma interpretação que subverte o conhecimento objetivo sobre a tecnologia atual e o uso de animais no Egito antigo. Existe no texto a aproximação atemporal do uso de animais pelo homem com o uso deles numa época específica. A associação construída no texto – de que o homem usa animais desde os primórdios de sua existência - é possível. No entanto, a marcação de um tempo presente parece quebrá-la. O desafio é tentar procurar fundamentos teóricos que sustentem o exercício de reformulação dos deslocamentos temporais identificados nos textos de vestibular.

O documento oficial menciona a importância da atividade epilingüística para o ensino. É a partir dessa entrada do termo nos quadros oficiais das orientações curriculares que justificamos a importância deste estudo.

A seguir, demonstramos como a reflexão culioliana, de fato, pode auxiliar o professor a identificar essa atividade no material linguístico produzido pelo locutor. Antes, porém, expusemos como a linguística do texto também enfatiza a importância da enunciação para o ensino.

1.3 A linguística do texto e o PCN

Atualmente, o ensino de língua materna - nos níveis fundamental e médio - está organizado em torno do estudo do texto. O que motiva o foco da relação de ensino e aprendizagem no texto é o desenvolvimento das competências de leitura e escrita. A partir desses objetivos maiores, os conteúdos são organizados em dois grandes eixos: as tipologias textuais e os gêneros textuais.

Nesse contexto, a gramática deixou de ser o centro. Tal procedimento metodológico, animado pela linguística da enunciação e pelos estudos discursivos, clama pela articulação entre gramática e texto. A questão que se coloca então é a seguinte: seria possível fazer a ponte entre produção de texto e gramática servindo-se do aparato teórico-descritivo da gramática normativa? Não haveria a necessidade de se pensar em um conceito de gramática adequado aos propósitos intencionados?

As duas questões são centrais para o ensino de língua materna e remetem ao célebre texto de Franchi (2006) sobre a necessidade de se repensar o conceito de gramática e de se ensinar gramática. Tal posicionamento é consensual na literatura linguística preocupada com o ensino de língua materna; mesmo que esse “repensar a gramática” seja norteador por diferentes posicionamentos teóricos.

Para exemplificar, podem-se mencionar diferentes estudiosos que reforçam a ideia de propor um estudo de gramática articulado ao texto. Castilho (2009) ressalta o fato de que a linguística tem oscilado entre dois polos: *Linguística do Enunciado e Linguística da Enunciação*. Neste, a língua é considerada um fenômeno heterogêneo enquanto naquele um fenômeno homogêneo. Em cada um dos polos existe uma sobrevalorização, seja de elementos formais, seja de elementos funcionais da língua. De acordo com Castilho (2009), seria produtivo partir da enunciação em direção ao enunciado:

Nos embates entre uma Linguística do Enunciado e uma Linguística da Enunciação reside, justamente, a terceira crise do ensino. E é que os professores em exercício precisarão capacitar-se dos novos temas, visto que eles permitem encarar mais adequadamente os problemas linguísticos suscitados por uma sociedade em mudança. Como se verá adiante não estou propondo que se abandone uma “moda linguística” por outra, só por ser a mais recente. O que proponho é que se comece por uma observação mais intuitiva da língua como enunciação, para em seguida desembocar numa observação mais “técnica” da língua como enunciado, enriquecendo-se assim a percepção do fenômeno. (CASTILHO, 2009, p.12)

O autor sugere que a escola caminhe do estático ao dinâmico. Esse é um posicionamento possível para o ensino de texto e gramática que, porém, pode trazer desafios. Um deles está na dificuldade de se articular os diferentes níveis linguísticos, posto que, os diferentes modelos sintáticos, semânticos, morfológicos, lógicos, entre outros, podem se excluir mutuamente. Não se pode negar a possibilidade de articulação entre esses modelos, mas há de se reconhecer que a empreitada é ousada e demandaria, além da integração de diferentes níveis linguísticos, que, em sua maior parte, são concebidos e analisados separadamente, o esforço conjunto de

diferentes pesquisadores. Na realidade, se isso não é fácil para o pesquisador imagina-se que não o seja também para o professor da educação básica, que tem uma sobrecarga de trabalho.

Na mesma linha de argumentação ressaltamos a postura de Travaglia (2013). Ele argumenta que o ensino de Língua Portuguesa⁵ é penoso para o aluno porque durante muito tempo ensinou-se nas escolas apenas teoria gramatical: “[...] o conhecimento linguístico não é, como muitos pensam, apenas saber teoria gramatical/ linguística para analisar elementos da língua.” (TRAVAGLIA, 2013, p.13).

Os estudiosos mencionados concordam com a ideia de que a gramática deve aparecer como um exercício que convide o aluno a perceber que o significado está relacionado às diferentes formas de composição de um enunciado.

Ao mesmo tempo em que a linguística convida o ensino/aprendizagem de língua materna a se desemaranhar de uma descrição da gramática de uma língua conservada no formol, convive-se, ainda, com a retomada dos mesmos procedimentos transvestidos em uma nova terminologia. Essa situação revela-se à medida que se percebe que o exercício de produção e interpretação de textos transforma-se em uma atividade mecânica de reprodução de modelos textuais.

Corre-se o risco de se caminhar da descrição de sistemas para a descrição de subsistemas. É o risco de a gramática tornar-se apenas um instrumento para descrever e comparar variantes. Em um passado recente, a tarefa do aluno foi a de saber a gramática do baú de guardados; no presente, é-lhe atribuída a tarefa de articular os enunciados da língua a contextos sociais prontos. Obviamente, a linguística está ciente desse perigo e este problema é levantado aqui apenas para alertar para um possível retrocesso dos progressos conquistados, caso não se tenha claro como propor a integração da gramática ao ensino de produção e interpretação de texto.

O foco do trabalho com a gramática, na perspectiva da TOE, tem como objetivo sensibilizar o aluno para potencialidade de sentidos que podem ser gerados pelo uso das diferentes marcas linguísticas. Dialogar com o produto linguístico do aluno na sala de aula não é uma tarefa fácil. Acreditamos que essa relação seja ainda mais difícil quando se concebe a produção do aluno apenas como uma deformação de um dado modelo de escrita. Isso também caminha, em paralelo, com o automatismo, presente no ambiente escolar, da repetição de estruturas textuais prontas como se fossem receitas de bolo. Ainda que o objetivo da escola seja o enquadramento dos alunos em um dado modelo a fim de se atingir a inserção profissional,

⁵ Doravante LP.

não se pode esperar que a competência linguístico-cognitiva seja despertada sem que se ensine o aluno a problematizar seu próprio dizer.

A partir desse enfoque teórico, intenciona-se, nesta pesquisa, problematizar os valores temporais deslocados em produções textuais de vestibular, levando-se em conta operações enunciativas. No entanto, antes, almeja-se expor como seria possível relacionar a reflexão enunciativa de Culioli com o conteúdo presente nos PCNs de LP.

O PCN de LP e pesquisas linguísticas recentes, como as de Castilho (2009), Franchi (2006) e Travaglia (2013), que se preocupam em repensar o ensino de gramática e texto convergem à medida que propõem a retomada de princípios enunciativos no contexto de ensino/aprendizagem. Um desdobramento da proposta de trabalho com a enunciação seria conceber a gramática como uma atividade dinâmica. Para se aproximar de tal enfoque, faz-se necessário a assunção de um ponto de vista sobre a linguagem, mais especificamente, de uma concepção que realce o caráter interacional da linguagem sem recortar uma reflexão sobre a língua. A atividade epilinguística, nesse contexto, torna-se adequada, pois possibilita a visualização da atividade pré-consciente do locutor. O documento oficial, PCN, reconhece a importância de um aprofundamento dessa discussão em língua materna, como abordaremos na subseção a seguir.

A partir da proposta de que o texto seja o ponto de partida e de chegada do ensino de LP é que o PCN de LP propõe diferentes enfoques metodológicos para se pensar o domínio das atividades de produzir e interpretar textos. O documento oficial parece, também, tematizar diferentes formas de se conceber o texto de acordo com o escopo de enfoques metodológicos diferentes. De acordo com o PCN:

As condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas, como a psicologia da aprendizagem, a psicologia cultural e as ciências da linguagem. O avanço dessas ciências possibilita receber contribuições tanto da psicolinguística quanto da sociolinguística; tanto da pragmática, da gramática textual, da teoria da comunicação, quanto da semiótica, da análise do discurso. (BRASIL, 1996, p.20)

Verifica-se, assim, um leque de possibilidades de trabalho pautados em diferentes enfoques teóricos que respondam aos propósitos educacionais da rede pública. A proposta do currículo nacional mostra-se bem interessante por inserir diferentes eixos de abordagem do texto, como questões relacionadas ao discurso, história, sociedade, ideologia, variedade dialetal, pragmática entre outros. A partir dessas diferentes abordagens, a gramática, na concepção do PCN, deveria ter um matiz diferente, se se almeja que ela sirva ao propósito do uso e reflexão sobre o texto:

É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano — uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura. Em função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é para que e como ensiná-la. (BRASIL, 1996, p. 31, grifo nosso)

A sugestão do PCN para o ensino de gramática se desatar do uso classificatório é centrar-se na atividade epilingüística:

Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilingüística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção lingüística. (BRASIL, 1996, p. 31)

O ponto de vista sugerido pelo documento oficial é o de se pensar a gramática como uma atividade de ajustamento da expressão lingüística dos sujeitos. Para se fazer isso será necessário repensar, se se almeja despertar a consciência sobre a atividade epilingüística nos locutores (alunos), as categorias gramaticais e sua articulação com o léxico no escopo da TOE, quadro teórico responsável pela criação do termo de atividade epilingüística, de acordo com Aurox (1991).

No intuito de abordarmos os deslocamentos enunciativos temporais, apresentamos, em seguida, uma reflexão que rompe com as polarizações que se instauram entre texto e gramática. Focamos a discussão nas estabilizações que se instauram no estudo dos mecanismos temporais presentes na língua.

Capítulo II

O tempo: da gramática ao texto

Neste capítulo, discutimos o caráter complexo do tempo na língua. A temática do tempo, no quadro da linguística da enunciação, pode recobrir uma variedade imensa de definições dependendo do estatuto linguístico atribuído às categorias enunciativas de pessoa, espaço e tempo.

Historicamente, foram atribuídos aos dêiticos a responsabilidade pela instanciação das categorias enunciativas. Colocar nos dêiticos a responsabilidade pelas coordenadas enunciativas trouxe o benefício de delimitar o problema no escopo de uma abordagem linguística. Circunscreveu-se, assim, a algumas marcas da língua a ancoragem da enunciação por meio do enunciado. Por outro lado, o foco nos dêiticos pode não dar conta de explicar a manifestação da enunciação nos processos verbais e nominais ou em contextos linguísticos em que os dêiticos não estão presentes. A ausência dos dêiticos e a presença da enunciação motiva uma abertura para a linguagem e para distintas explicações. O caso da categoria enunciativa de tempo é um exemplo que demonstra a dificuldade de centralização da análise em torno de uma marca específica.

Para se ter uma ideia desse quadro complexo, elencamos algumas das explicações mais correntes sobre o fenômeno do tempo na língua.

Há Weinrich (1973) que argumenta existir um princípio não econômico do uso do tempo na língua. Para sua reflexão, não basta haver indicações do tempo crônico, pois a língua insiste obstinadamente em demarcar o tempo linguístico por meio do verbo. O verbo torna-se, então, representante de diferentes formas do sujeito manifestar a narração ou o comentário.

Outra forma de descrever o fenômeno está em Hopper e Thompson (1980). Os escritores postulam, descrevendo grau de referencialidade do objeto de um verbo, um objeto (O) com características referenciais, em uma estrutura do tipo Sujeito, Verbo e Objeto (S V O), determina a natureza da transitividade do processo verbal. A presença ou ausência de transitividade remete a uma tipologia discursiva no texto. Não nos interessa recuperar a exaustividade das diversas análises feitas pelos autores. Interessa-nos, por outro lado, mencionar que a dicotomia forma e fundo instanciam-se pela diferenciação entre o grau de referencialidade de um verbo. O grau de referencialidade suscita que uma enunciação se produz como comentário ou como narração. O problema tratado é similar à dicotomia proposta por Benveniste (2005) e Weinrich (1973). No entanto, há uma demonstração de como a sintaxe fundamenta a tipologia discursiva proposta por Hopper e Thompson (1980).

A análise dos planos enunciativos é conduzida, na linguística da enunciação, a partir de textos consagrados, ou seja, a partir de artigos de opinião, contos, romances, poemas, entre outros. As análises de Simonin-Grumbach (1975) ilustram bem isso. Não encontramos análises, nos quadros enunciativos, que propõem observar o estatuto dos mecanismos dos planos de enunciação em produções textuais oriundas do contexto de ensino e aprendizagem.

A discussão dos planos enunciativos tem origem na distinção clássica proposta por Benveniste entre os planos de discurso/história. Essa distinção tem sido objeto de diversas releituras e expansões (por exemplo em Simonin-Grumbach 1975, Danon-Boileau 1993, Culioli 1978, 1980, 1993) no quadro da TOE e da linguística do enunciado (Weinrich 1973, Hopper e Thompson, 1980) devido à variedade semântica das configurações enunciativas. Um fator comum, que se constata nas pesquisas relacionadas à identificação dos planos de enunciação, é a ênfase no papel linguístico-enunciativo dos tempos verbais. Por outro lado, uma questão que parece não se evidenciar é: qual seria tratamento adequado para exemplos que se instauram na fronteira entre a dicotomia discurso/história? Em quais contextos, a passagem produziria um enunciado aceitável? Como poder-se-ia abordar a produção linguística do aluno em contextos em que aceitabilidade enunciativa fica comprometida? Tendo em vista as questões levantadas, consideramos importante explorar os deslocamentos temporais que o locutor (aluno) produz em seu texto.

Defendemos que o assunto pode ser melhor trabalhado e identificado na produção textual quando o concebemos como uma categoria dinâmica e construída na enunciação. Em outras palavras, almejamos propor um ponto de vista dinâmico da estruturação da predicação que sustenta o tema do deslocamento enunciativo temporal que desenvolvemos nesta pesquisa.

A descrição e apresentação de gramáticas que tentam definir o funcionamento da noção de tempo são interessantes para demonstrar o escopo massivo de trabalho sobre o tema e pontuar algumas insuficiências que a ótica tradicional apresenta, principalmente, quando identificamos a existência de uma relação biunívoca entre o tempo e a forma verbal.

Trazemos, também, o ponto de vista de gramáticas descritivas mais detalhadas que teorizam melhor os elementos formais e explicam a estruturação de tempo na língua introduzindo um nível de análise enunciativo.

Nosso propósito será, portanto, contribuir com a discussão sobre o tempo e demonstrar também a dificuldade de se criar subsistemas para explicar um fenômeno que não se esgota por meio de uma metalinguagem fechada ou por meio da descrição de problemas linguísticos cristalizados pela tradição. A intenção é inserir um ponto de vista, sustentado pelo quadro da

TOE, a respeito do tempo, surgido por meio da observação de textos dissertativos de vestibular; o intuito é trazer uma reflexão de deslocamentos enunciativos temporais que não são visíveis pelos quadros gramaticais tradicionais e descritivos.

2.1 A complexidade do estudo do tempo: um tema interdisciplinar

A linguística da enunciação, em geral, identifica a questão do tempo nos dêiticos. Podemos tomar como exemplo Benveniste (2005, 2006) que teoriza a enunciação para dar conta de estudar os termos da língua que apresentam determinação apenas na enunciação. Ao integrar em seus textos problemas enunciativos, o autor deixa clara a necessidade de se tratar da variação sem desconsiderar questões de linguagem. Em sua teoria enunciativa, Benveniste (2005) deflagra uma reflexão importante para a TOE: o caráter integrativo da linguagem.

Essa integração encontra-se no esforço do estudioso de mostrar que as categorias enunciativas de pessoa, espaço e tempo estão articuladas a marcas linguísticas as quais, por sua vez, são responsáveis por situar o enunciador (S_0) e o coenunciador (S_0'). Dessa forma, Benveniste (2005) mostra o caráter intersubjetivo presente na linguagem.

A leitura especializada feita sobre os estudos linguísticos da reflexão de Benveniste (2005, 2006), no entanto, parece restringir os movimentos enunciativos apenas aos dêiticos. Embora reconheçamos a importância dos dêiticos, sabe-se que não são apenas estes que compõem um cenário enunciativo. Mas tal ressalva a respeito dos dêiticos não impede a convergência entre os dois autores quando Culioli (1990) afirma que a linguística se configura como a disciplina que tem por objetivo estudar a linguagem por meio das línguas naturais.

Aprendemos, a partir de nossa inserção na TOE, sempre pontuar uma dada questão de língua sem o distanciamento de hipóteses sobre o funcionamento da linguagem.

O tempo coaduna-se aos postulados de que não há uma definição de *Tempo* abstrata. Para a abordagem culioliana, o *Tempo* é resultado de sucessivas operações enunciativas que garantem a unidade do enunciado. Porém, paradoxalmente, não se pode ignorar que a linguagem oferece mecanismos formais invariantes, responsáveis pela construção de noções temporais como continuidade, iteração, anterioridade, posterioridade e contiguidade.

O cuidado da teoria é não marcar uma definição de *Tempo*, visto que sua definição surge como uma hipótese, ou seja, como um conhecimento existente no domínio de experiência dos sujeitos. O *Tempo* aparece como uma noção e tem estabilidade, mas o ponto de partida para estudá-la é o enunciado e o que ele evoca. Dessa forma, busca-se identificar uma determinação temporal, construída na atividade de linguagem, cuja base é a predicação.

O tempo é uma questão que necessita de um olhar que não exclua uma teorização da linguagem e está presente em todas as línguas por marcas mais ou menos estáveis, que remetem a uma dada organização das relações de concomitância e consecução entre noções como passado, presente e futuro. A organização tripartida do tempo, no entanto, conforme Weinrich (1973), não deve ser assumida e generalizada como um universal de linguagem.

A afirmação de Weinrich (1973) tem fundamento porque a visão de tripartição do *Tempo* é marcada pela transposição direta de reflexões oriundas da filosofia para questões de língua. Não pretendemos, no entanto, repelir as definições de *Tempo* crônico que outras disciplinas construíram ao longo da história, porém, nossa filiação à linguística e, em específico, aos estudos enunciativos, afastam-nos de transferências diretas de problemas oriundos de outros campos do conhecimento.

A postura de não tomar a noção de *Tempo* como um reflexo direto das marcas linguísticas de *tempo* presentes na língua coaduna-se com a concepção de Culioli (1999b) de que as noções temporais são constituídas na enunciação.

Dizer que existe uma assimetria na relação entre *Tempo* e *tempo*⁶ não significa postular que não há nenhuma relação entre elementos de natureza cognitiva e elementos linguísticos. Essa relação existe, mas são indiretas e apresentam-se como um agregado complexo de representações que permitem que os sujeitos se adequem às necessidades de seus diálogos.

A essa adequação referimo-nos à capacidade que os sujeitos possuem de reviver o passado, tornar o presente futuro, criar situações hipotéticas, enfim, a capacidade de se orientar em relação ao tempo crônico e reviver e recriá-los por meio da linguagem. Essa adequação, no entanto, possui limites, pois necessita também de certa estabilidade.

Segundo Rezende (2000) se os sujeitos não possuíssem uma localização origem, a comunicação seria uma impossibilidade; por outro lado, se o ponto de orientação não fosse plástico os seres humanos seriam monológicos. Uma das grandes questões da linguística, no entanto, é saber se uma localização origem é inerente à natureza humana e possui caráter universal ou se é construída nas interações sociais. Na TOE reservamo-nos de propor uma solução para essa grande questão da linguística, porém, não excluimos questões que garantem a complexidade da linguagem humana.

Evans (2013), por exemplo, coloca em foco a mesma questão e afirma que duas dimensões de emprego do tempo surgem ao se pensar na orientação dos eventos e sua expressão em línguas naturais: uma ligada à observação da natureza física do mundo e outra ligada à forma

⁶ Tempo linguístico, conforme a terminologia de Weinrich (1973)

como o sujeito percebe e representa essas relações. A relação apresentada pela autora ecoa o antigo debate entre pensamento, linguagem e realidade.

Evans (2013) sintetiza o problema colocando em diálogo a abordagem metafísica e a fenomenológica. Nesta o tempo pode ser expresso porque a cognição traz em si a base para a percepção desse fenômeno, naquela o tempo é um primitivo ou o resultado de interações entre eventos.

Entre o metafísico e o fenomenológico percebe-se o embate da relação entre objetividade e subjetividade.

Pelo viés da enunciação essa questão remete à atividade de linguagem em que se vislumbra um momento de confluência desses valores. Se se imagina o período de formação das ciências, percebe-se um trabalho de objetivação do tempo, que é similar ao reconhecimento de fenômenos que independem do ponto de referência do sujeito. Ao mesmo tempo, a objetivação do tempo é um movimento de autoconhecimento do próprio sujeito que, pela linguagem, aprende a se separar de seu ponto de referência como sujeito.

A linguagem oferece a base para expressão e organização dos diferentes *valores temporais*. Essa organização é preenchida pela variabilidade do empírico. Logo, formulações teóricas sobre o tempo surgidas de base científica, filosófica e cultural explicam apenas indiretamente como a língua se comporta para expressá-lo. Isso pode ser demonstrado à medida que os tempos verbais não denotam especularmente a organização tripartida do tempo.

Weinrich (1973) coloca o problema em realce, ao questionar a obstinação dos tempos verbais que se pode observar em um texto. Uma carta, por exemplo, contém indicações da data e do local de seu enunciador, mas isso parece não importar para as formas linguísticas, pois repetem obstinadamente as marcas morfológicas temporais.

A presença de indicações do tempo crônico em uma carta não diminui a necessidade de se repetirem marcas linguísticas para a expressão do tempo em um texto. Weinrich (1973) levanta a ausência de um princípio econômico no uso dos tempos.

A questão do princípio econômico permite que se interprete a existência de uma não correspondência direta entre as línguas e a expressão de noções temporais. Este conceito intuitivo encontra-se diluído em uma profusão de marcas linguísticas: advérbios, pronomes, verbos, locuções adverbiais, entre outras.

No âmbito da lógica clássica, o estudo do tempo parece, provavelmente, ter se desenvolvido na relação linguagem/realidade e caminhado em direção a discussões

matemáticas e filosóficas. Para demonstrar isso, podemos tomar como exemplo a definição de tempo como sendo um valor expresso pelo verbo, mais especificamente pelo *ser*.

A asserção de algo, veiculada pelo verbo, garante a subsistência de algo. A subsistência de algo é o *agora* e sua negação manifesta o *não agora*. O estudo da relação dialética entre *agora* e *não agora* pode ser desarticulado das formas expressivas da língua ao se mostrar que, de alguma forma, a organização das relações de anterioridade, posterioridade e concomitância são noções universais refletidas na língua. Desse modo, as ciências procedem inversamente tentando explicar o tempo linguístico pelo tempo derivado de especulações científicas e matemáticas.

O movimento de separação do conceito de tempo da língua foi descrito por Mata (2013). Aristóteles (2013), a fim de formular a linguagem lógica, concebeu o tempo como um operador relacionado ao verbo. Isso se encontra na própria definição que o filósofo atribuiu ao tempo: como sendo aquilo que se agrega ao verbo. A necessidade de determinar o tempo emerge no horizonte do grego clássico, e, a partir daquela língua, o tempo torna-se um operador.

Mata (2013) afirma que foi necessário transformar o verbo em nome para deslocá-lo da língua, procedimento que possibilitou mostrar que o tempo expressa algo exterior à língua. Isso justifica a importância dos enunciados declarativos que se tornaram a base da proposição.

O rigor metodológico da lógica não tem o objetivo de explicar como essas noções emergem linguisticamente. Essas noções, conforme demonstra Mata (2013), são percebidas por Aristóteles no grego e imediatamente resolvidas por meio de um apelo ao extralinguístico. Isso coloca um problema importante para a linguística da enunciação: que é investigar se existe alguma particularidade da expressão do tempo nas línguas naturais.

Uma forma de abordar esse problema seria teorizar a linguagem e buscar traços das formulações teóricas nas línguas naturais. É esse o procedimento metodológico utilizado pela linguística enunciativa de Culioli (1990).

Na linguística enunciativa culioliana, o tempo é calculado a partir de uma determinada ocorrência enunciativa. Nesse modelo teórico, as marcas linguísticas permitem construir diferentes valores temporais. Pode-se considerar que o passado está presente em diferentes empregos de tempos verbais:

- (9) Três dias depois ela o **encontra**
- (9a) Três dias depois ela o **encontrou**
- (9b) Três dias depois ela o **encontrava**
- (9c) Três dias depois ela o **encontraria**

(9d) Três dias depois ela o **encontrará**

Os exemplos de (9) a (9d) expressam um ponto de vista construído no passado, havendo variação, apenas, em elementos aspectuais e modais. Esses exemplos artificiais simulam a importância da ocorrência da noção e dos tipos de alteridade implicados no usos das formas linguísticas dos tempos verbais em cotexto e contexto.

A seguir glosamos os enunciados para demonstrar como esses valores temporais e aspectuais estão imbricados nos exemplos.

O exemplo (9) marca o momento do encontro localizando-o em relação à enunciação <eu, aqui, agora>:

(9) <Quando ela o encontra<Agora<neste momento do encontro< já havia passado 3 dias.

Em (9a) o encontro se deu após os 3 dias:

(9a) Quando ela o encontrou< foi quando já havia passado 3 dias a partir de x.

Em (9b) o imperfeito recupera a mesma interpretação de (9c). Podemos tratar (9b) como um deslocamento de (9c):

(9b) Sobre a possibilidade de encontrar <ela o encontraria? <sim, ela o encontraria< quando o encontraria? <3 dias depois a partir de x.

Por sua vez (9c) remete a um ponto posterior ao passado:

(9c) Sobre o encontro ocorrer <ocorrerá< ela o encontraria

A partir de um dado ponto no futuro o encontro ocorrerá:

(9d) <Quando ela o encontrará? <Terá passado 3 dias a partir de x.

São as operações de localização entre o instante de locução, instante de enunciação e instante da relação predicativa, separáveis apenas em um plano formal, que assumimos serem responsáveis pela identificação dos distintos planos de enunciação implicados na construção linguística do aluno.

Weinrich (1973) produziu um trabalho voltado apenas para a questão do tempo. Seu trabalho revela que a questão possui diversas nuances e diferentes caminhos teórico-metodológicos.

O autor postula dois modos de funcionamento do tempo: o mundo narrado e o mundo comentado. No interior dos vários diálogos que o autor abre com outras linhas de pesquisa encontramos um momento em que Weinrich (1973) estabelece uma comparação entre sua dicotomia e a relação história e discurso de Benveniste (2005).

A partir dessa comparação Weinrich (1973) refere-se, de modo crítico, a algumas inconsistências no trabalho de Benveniste (2005).

Para Weinrich (1973) Benveniste (2005) quer justificar o funcionamento de todo o sistema a partir de uma questão pontual de língua. A crítica de Weinrich (1973) é reprovável se pensarmos no contexto da teoria culioliana. Sabe-se que a tentativa de justificar o sistema por uma ocorrência de língua é o ponto de partida da TOE. Uma questão pontual pode ser articulada a hipóteses que trazem um caráter generalizante. Isso é possível porque as marcas linguísticas têm as mesmas características da noção. Weinrich (1973) no intuito de se afastar das ambiguidades do pensamento de Benveniste (2005) pontua:

Dans ma conception, un seul et meme temps ne pourra jamais appartenir a la fois au group du commentaire (que l'on peut rapprocher du discours de Benveniste) et au groupe du recit (peut-etre compare à ce que il appelle l'histoire). (WEINRICH, 1973, p.62)⁷

Compreendemos que existem nuances terminológicas nos textos de Benveniste que ofuscam a compreensão de sua proposta (2005), mas Weinrich (1973) ao colocar uma distinção rígida entre o *mundo narrado* e o *mundo comentado* parece desarticular a integração proposta por Benveniste.

Pelo de fato de não se propor na TOE essa divisão rígida acreditamos que há uma contribuição a ser desenvolvida em nosso trabalho. Para a TOE há o terceiro lugar e este se encontra na indistinção entre o primeiro e o segundo lugar. Essa indistinção advém da ambiguidade constitutiva da linguagem.

Weinrich (1973) parte da distinção existente entre o pretérito imperfeito em relação ao pretérito perfeito. O primeiro está relacionado ao mundo comentado o segundo ao mundo narrado. E o único modo de os tempos co-ocorrerem em um texto é quando se verifica a

⁷ Tradução nossa: Em minha concepção, um único e mesmo tempo não poderá jamais pertencer simultaneamente ao grupo do comentário (que podemos aproximar do discurso de Benveniste) e ao grupo do mundo narrado (pode ser comparado àquilo que ele chama de história).

presença simultânea de narração ou comentário em um mesmo texto. Essa separação parece desconsiderar a interação do tempo verbal com outras marcas linguísticas e corre o risco de não permitir dar conta de ocorrências em que a distinção se torna nebulosa.

Os textos que selecionamos como parte de nosso *corpus* colocam em jogo valores que se encontram em confluência. Sabemos que as confluências podem tanto valorizar um texto como também desvalorizá-lo. Nossa contribuição reside no esforço de explorar quais mecanismos linguístico-discursivos permitem o tempo ser um fator argumentativo determinante na atividade de linguagem.

Acreditamos que explorar as nuances das relações temporais em um nível enunciativo pode contribuir para expandir a discussão sobre o tempo no quadro dos trabalhos que seguem a TOE.

2.2 Breve discussão do tempo nas gramáticas tradicionais

Nas descrições gramaticais clássicas, o tempo aparece como um dos elementos integrantes dos acidentes dos verbos. Por exemplo, na *Gramática normativa da língua portuguesa* de Lima (1973), a definição de tempo relaciona o instante que o verbo expressa ao momento em que se fala: “O tempo informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir; são, fundamentalmente, três os tempos: presente, pretérito e futuro.” (Lima, 1973, p.108).

Conquanto a descrição da gramática de Lima (1973) tenha uma parcela de verdade, pois há uma relação entre a enunciação e o tempo verbal, parece considerar transparente a relação entre tempo flexional e a enunciação.

É interessante ressaltar que na descrição sobre o imperativo o gramático demonstra que o presente aplica-se também às ordens dadas no futuro. “O imperativo só tem um tempo - o presente -, que também se aplica às ordens que se dão para o futuro:

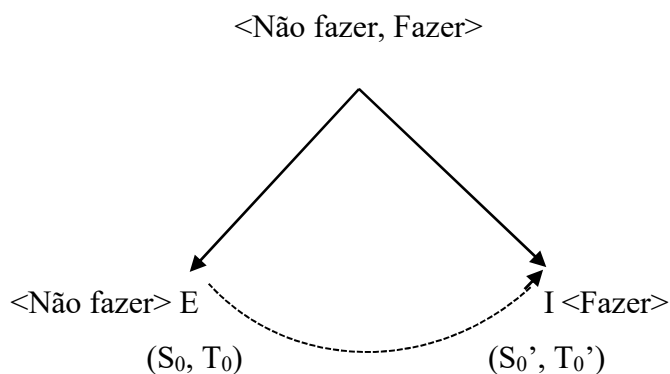
“Faça o que eu lhe digo. Faça o que eu lhe disser” (Lima, 1973, p.108)

Parece-nos que apenas a referência ao tempo futuro não contribui para ilustrar o funcionamento semântico do imperativo nas frases acima. No exemplo apresentado, a relação enunciador-coenunciador produz uma relação modal, ademais, o presente do imperativo no

exemplo não revela apenas uma identificação ao futuro, trata-se de um jogo entre o presente e o futuro. Esse jogo traduz o valor modal implicado no imperativo.

O exemplo de Lima (1973) não considera que o presente do imperativo é contextualizado pela relação entre enunciador e coenunciador. A separação pressuposta entre os enunciadores S_0 e S_0' é alterada pelo imperativo. S_0 quer que S_0' faça algo, ou seja, S_0 quer impelir S_0' a fazer o que S_0 diz. Isso significa que o imperativo, nesse contexto, não está sujeito apenas ao presente da enunciação mas também a um espaço e tempo alheio à situação enunciativa de S_0 . Em outras palavras, S_0 precisa coagir S_0' a fazer o que S_0 deseja. A distância entre S_0 e S_0' é equivalente a uma distância temporal. O preenchimento dessa distância temporal é produzida pela distância entre o Exterior e Interior da noção <fazer>:

Esquema 2: Ilustração do exemplo de Lima (1973)



O futuro atribuído ao presente do imperativo em Lima (1973), portanto, não explicita essa relação e traz uma explicação incompleta das relações enunciativas implicadas no exemplo. As definições na gramática tradicional não fornecem sustentação para se pensar nos enunciados e, muitas vezes, trazem definições apressadas dos fenômenos.

Na obra gramatical em questão não existe qualquer menção direta à noção de aspecto, exceto quando o gramático menciona o valor temporal que o gerúndio pode expressar. Posto que não existe uma marca específica em português que a expresse, a categoria é de difícil definição em gramáticas que não teorizam o fenômeno. Por exemplo, a gramática de Bagno (2011) diferencia-se da teorização que embasa a obra de Lima (1973) porque delimita o tempo e o aspecto com maior consciência dos elementos linguísticos que os representam na língua.

Desse modo, a orientação teórica ganha um matiz diferente porque Bagno (2011) utiliza diversos critérios, retomados de Ilari e Basso (2008, *apud* Bagno, 2011), para delimitar o verbo.

Basicamente, a definição proposta na gramática do autor arrola sete propriedades funcionais do verbo, sustentadas por uma conceituação sintática, semântica e pragmática. Interessa-nos aqui as considerações que autor propõe acerca do tempo: em outras palavras, o verbo tem em sua morfologia informações sobre o tempo.

Tempo remete ao momento de fala da enunciação ou a um momento diferente do momento de fala. A diferença dessa conceituação do tempo para a definição encontrada em Lima (1973) é a de que o contexto linguístico salienta qual momento da enunciação o tempo flexional refere; conseqüentemente, a relação entre tempo flexional e tempo não é biunívoca:

“[...] O tempo verbal está sempre ancorado *no momento da fala*, no aqui e agora da enunciação, ou num momento diferente do momento da fala ao qual o contexto linguístico deu saliência. [...]” (BAGNO, 2011, p. 512, **grifo nosso**).

Essa conceituação diz que o tempo no português brasileiro está não somente relacionado ao sistema flexional do verbo mas também a elementos semânticos, que, em nossa interpretação, englobam a referência à enunciação. Mais adiante, o autor destina um item inteiro de sua gramática à discussão do tempo: a ideia central é que o tempo estrutura-se calcado no sistema gramatical: “[...]A categoria do *tempo* tem que ver com relações temporais na medida em que elas são expressas por contrastes gramaticais sistemáticos. [...]”(BAGNO, 2011, p.574, **grifo nosso**). Os contrastes aos quais a citação anterior está referindo reenviam à famosa distinção que os gramáticos tradicionais identificaram no grego e no latim: presente, passado e futuro.

A visão tripartida do tempo, conforme Bagno (2011, p. 574, **grifo nosso**) “[...] se impregnou de tal forma em nossa concepção de língua e mundo que é fácil imaginar que se trate de um traço universal da linguagem humana.” Nesse sentido, um dos grandes equívocos do estudo do tempo seria utilizar as descrições construídas pelos gramáticos tradicionais para outras línguas. Conseqüentemente, a conjuntura que sustenta a descrição do tempo em textos tradicionais é limitada por não dar conta de englobar fenômenos complexos que escapam ao domínio imediato da flexão do verbo com uma dada realidade.

A tese de Bagno (2011) é de que a relação presente, passado e futuro instaura-se não devido a uma relação com o tempo da “realidade”; ao contrário, deve-se ao fato de que o tempo linguístico possui propriedades dêiticas. Seria, então, a dêixis a responsável por um tipo de estruturação da expressão da temporalidade. Cabe, nessa reflexão, lembrar que a concepção de linguagem que sustenta a gramática grega e latina equipara a linguagem com o pensamento; associação esta que precisa ser questionada. Partindo disso, desenvolvemos o tópico seguinte.

2.3 Categorias de língua e categorias de pensamento: o tempo e o verbo

O alinhamento do pensamento com a linguagem parece natural, e a associação, de certo modo, pode ser considerada válida porque o pensamento ganha forma apenas quando é enunciado. Mas definir a matéria pela qual é formada o pensamento é uma atitude que deve causar desconfiança.

Ensina-nos Benveniste: “[...] Apresentar esses dois termos, *pensamento e língua*, como solidários e mutuamente necessários não nos indica a forma pela qual são solidários, nem a razão por que os julgaríamos indispensáveis um ao outro.” (BENVENISTE, 2005, p. 69, **grifo nosso**). Ponderar sobre a natureza dessa relação é relevante para reorientar o rumo que o conhecimento linguístico pode tomar ante a complexidade das línguas naturais. Certamente, reconhecer que o tempo tripartido emerge não pela adequação à realidade e sim pela dêixis é um exemplo de como a definição do pensamento escapa-nos a todo o momento.

O contraponto a essa posição de Benveniste (2005), se pensarmos em uma proposta aristotélica, pode ser justificado pelo que está expresso no capítulo III do livro *Da interpretação*.

Ao introduzir o verbo, Aristóteles (2013) converte o tempo em um operador lógico. Dessa forma, a preocupação do filósofo dirige-se a questões relacionadas ao verdadeiro, ou seja, à possibilidade de deliberar sobre eventos que se produzam no extralinguístico. Para tal, o filósofo recorre à nominalização de uma proposição como “Alcebíades corre”, que será convertida em “Alcebíades é o que corre”. Sabe-se que em grego essa segunda frase remete à forma canônica da proposição atributiva. A conversão do verbo em nome indica que o tempo é exterior à língua e é provocado pelas perguntas “o que corre” ou “quem corre?”.

Essa definição lógica de tempo é distinta daquela presente na discussão das *Categorias*, na qual o verbo é definido por meio de suas propriedades aspectuais, ilustradas por proposições como “Era uma vez um menino que tinha os cabelos brancos (ARISTÓTELES, 2013, p.86)” ou “Sócrates está (ou estava) sentado (ARISTÓTELES, 2013, P.86)”. Elas não permitem uma interpretação do valor de verdade porque não há como determinar com certeza em que tempo ocorreram.

A discussão aristotélica do tempo no verbo usa a gramática como um meio para atingir uma definição lógica do termo. Isso tem o benefício de servir aos propósitos da lógica proposicional e de auxiliar na construção de um sistema de pensamento que se baseia no valor

de verdade; porém, a língua cobra seu preço ao instalar no sistema de pensamento aristotélico a visão do grego antigo. Parece-nos ser justamente nessa parte da construção das categorias do discurso que Benveniste (2005) põe em dúvida a relação do pensamento com a linguagem.

O linguista da enunciação, no artigo *Categorias de língua e categorias de pensamento*, faz uma discussão extremamente detalhada das formas do grego para demonstrar que as categorias de pensamento aristotélicas são, na realidade, as categorias do grego antigo. A definição das categorias mais conhecidas como a substância, qualidade, tempo e ser, entre outras, revelam tão somente uma descrição do sistema gramatical do grego antigo. Outro ponto a ser ressaltado, que enfraquece a aproximação entre pensamento e linguagem, é o elemento de ligação copulativo “ser”; independentemente de sua estrutura na língua, ganha diversas concepções metafísicas não relacionadas estritamente ao seu funcionamento linguístico no seio da língua grega.

Para sustentar seu argumento, Benveniste (2006) desenvolve um exercício de identificação das categorias de pensamento similar àquele feito por Aristóteles no grego na língua *ewe* do Togo. Assim, o linguista demonstra que a noção “ser” na referida língua divide-se em cinco verbos distintos. Isso mostra que no *ewe* a noção de “ser” não seria tão relevante na busca das categorias que fundamentam aquela língua. Elas só se tornam relevantes porque Benveniste buscou a noção sob a influência egocêntrica do grego.

O olhar para a história da constituição da lógica lança um pouco de luz na razão de as gramáticas tradicionais priorizarem certas questões linguísticas. No caso do tempo, a ênfase no sistema gramatical tripartido é culturalmente direcionada pela tradição filosófica grega. Por esse motivo, a gramática tradicional ofusca certos fatos semânticos, reconhecíveis no uso dos tempos verbais, em benefício de uma definição abstrata.

Em um estudo sobre o pretérito perfeito, Lopes (2006) retrata como a insistência em uma definição precipitada de um tempo verbal pode ofuscar contraexemplos importantes e reveladores de valores semânticos que se perdem devido a uma classificação em si e por si dos fatos da língua.

A definição de pretérito mais corriqueira é de que esse tempo verbal denota uma ação que ocorreu em um dado momento do passado. No entanto, ela exclui enunciados como “*Quem nunca comeu melado, quando come se lambuza*” (LOPES, 2006, p. 28) ou “*Nunca entendi tais coisas*” (LOPES, 2006, p. 28) em que o passado carrega um valor atemporal.

As análises de Lopes (2006) instauram uma questão importante para o estudo da temporalidade no quadro da TOE à medida em que perscrutam diferentes configurações semânticas de estruturação do pretérito perfeito.

A questão de pesquisa desta tese reconhece a importância da identificação desses valores e interessa-se também pela relação entre tempos verbais diferentes na constituição dos enunciados: nossa problemática é discutir que existem certas ocorrências nos textos analisados que trazem mais de uma configuração temporal subjacente às marcas linguísticas. As noções identificadas podem ser ou não compatíveis na construção da temporalidade em um texto argumentativo. Embora não haja erros na escolha entre um tempo verbal x ou y em um dado contexto, certas combinações são mais adequadas do que outras. Por exemplo:

Enquanto a classe média alta se dispõe da mais moderna tecnologia e dos melhores médicos da saúde privada, o sistema de saúde pública é precário. Hospitais lotados, pessoas morrendo nos corredores, equipamentos de pior qualidade e poucos médicos. Isso contradiz com a constituição, que prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com prioridade para ações preventivas. Tais ações preventivas submetem o Estado a tomar medidas de conscientização da população, o que não é fácil quando não se consegue nem educar a população direito. Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica

A leitura do pretérito perfeito no excerto de produção textual destacado, embora seja compreensível, deixa uma imprecisão na argumentação.

A configuração da localização temporal explica a variação semântica do pretérito perfeito e abre espaço para se pensar em um outro problema; o da relação de um tempo verbal entre enunciados e entre dois ou mais esquemas de *léxis*.

O formalismo que sustenta a reflexão de Lopes (2006) é o mesmo que embasa as discussões desta tese, o que difere é o foco da análise. Não nos interessa esgotar os valores de uma dada marca. Nosso propósito é pensar nos deslocamentos temporais que certas escolhas verbais trazem na constituição de um plano enunciativo temporal.

No exemplo destacado acima não objetivamos detalhar a variação semântica do pretérito perfeito. Lopes realiza sua análise distinguindo diferentes ocorrências do pretérito:

Ontem, ele bebeu, botou pra quebrar

Ele bebeu sim, mas não bebe mais

Ele bebeu (o que tinha para ser bebido, “o remédio, a mamadeira”)

No primeiro exemplo <beber> remete a um instante passado da ação de beber, no segundo a uma atribuição de qualidade e no terceiro a uma ação que se encontra terminada no presente, trata-se de um aspecto resultativo.

As análises de Lopes demonstram que o pretérito perfeito trava uma relação de alteridade com o momento de enunciação:

Falar em alteridade significa que não basta evocar na descrição dessa marca um “certo momento do passado”, já que seu escopo abrange igualmente o instante da enunciação. De uma certa maneira, a definição de que o pretérito perfeito seria a “forma que se emprega para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente” proposta por Cunha e Cintra (1985:443), estaria mais próxima do que se verifica caso fosse atribuído ao “presente uma função que especificasse o seu papel no mecanismo interpretativo. (LOPES, 2006, p. 34).

A alteridade do passado com o presente não é percebida pela definição tradicional, que se restringe a reconhecer a definição de pretérito perfeito como a que se encontra no exemplo que remete um instante anterior de <beber> em relação à enunciação.

A ideia que pode ser conservada da reflexão de Lopes para nossa questão é que o instante construído pelo tempo no enunciado:

Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica.

O pretérito perfeito, no contexto do enunciado anterior, não nos permite identificar com clareza qual a relação de alteridade emerge entre o tempo e a enunciação. A discussão dos exemplos que compõem o *corpus* desta tese será, justamente, tentar simular possíveis contextos enunciativos que as marcas deflagram. A reflexão, obviamente, está organizada em torno dos mecanismos de orientação, extremamente importantes na construção das relações temporais na predicação.

A gramática tradicional usa uma definição de tempo cuja relevância da enunciação é bem restritiva. Isso se deve ao fato de a abordagem tradicional fazer uma isomorfia entre o tempo linguístico e o tempo dos fatos no mundo. Benveniste (2006, p.70) afirma que isso acontece por causa da confusão que certas abordagens criam entre categorias de língua e pensamento: “Mais geral e, se se pode dizer, natural é uma outra confusão que consiste em pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo “objetivo”, tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade.”.

A relação da temporalidade com a língua é complexa. Para detalhar a questão, Benveniste (2006) propõe a distinção entre o tempo físico, crônico e linguístico. Sua discussão

introduz um ponto de vista consciente sobre o fenômeno abordado, além de ressaltar a importância da intersubjetividade na temporalidade.

Na reflexão sobre o tempo, abrem-se as distinções entre um tempo dos fatos, um tempo, cultural e um tempo linguístico.

O tempo dos fatos diz respeito ao tempo dos acontecimentos no mundo e de seu correlato, o tempo percebido subjetivamente pelo homem.

Por sua vez, o tempo crônico diz respeito aos marcos históricos que o homem cria. Disso resulta um ponto de vista objetivo de seus feitos por meio da criação de sistemas de medição que subsistem à experiência singular da temporalidade de um dado sujeito.

O tempo linguístico difere do primeiro e, na reflexão de Benveniste (2006), parece travar algum tipo de relação com o tempo crônico. O tempo crônico pode penetrar no discurso quando o locutor esgota as possibilidades ofertadas pelo presente pressuposto na enunciação. Nesse caso, termos como “hoje”, “ontem” e “amanhã” são especificados por expressões como “Naquele dia”, “Há 9 dias atrás”, “em 1974”, entre outros.

Na língua, é o presente inerente ao momento da fala que rege as oposições temporais entre o passado e o futuro. O locutor, ao instanciar-se no discurso, situa como presente tudo o que está implicado nas formas linguísticas que utiliza. O tempo presente é, literalmente, criado a cada vez que o locutor toma a palavra. O presente, portanto, será sempre o presente do tempo da fala.

Para o tempo linguístico, o presente é o único tempo possível, uma vez que é o eixo de referência organizador a partir do qual outros tempos serão construídos. O passado e o futuro não se situam em relação ao próprio exercício da fala como o presente nem em relação aos acontecimentos; esses tempos são construídos como pontos anteriores ou posteriores em relação à enunciação.

A temporalidade, na perspectiva benvenistiana, estrutura-se a partir da enunciação; à diferença da proposta tradicional, não resulta de uma adequação a um tempo validável no mundo real. A novidade da reflexão de Benveniste (2006) é que o tempo é criado e recriado a cada vez que locutor põe a língua em discurso. O presente, portanto, funda-se na relação do homem com a língua e do homem com outro homem, por meio do diálogo.

Outro elemento importante é que o sujeito instaura no discurso uma temporalidade que pode ser incorporada pelo interlocutor ao seu próprio eixo temporal. No diálogo, o tempo não é puramente subjetivo nem puramente objetivo:

Esta parece ser a condição da inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa à sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor. (BENVENISTE, 2006, p. 78)

Disso decorre, ainda, uma outra propriedade do tempo na língua: o tempo linguístico é diferente fora do universo do diálogo:

Específico, o tempo linguístico o é ainda de uma outra maneira. Ele comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquela independentes do tempo crônico. Aquele que diz “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas separemos “hoje” do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito; “hoje” não é mais então o signo do presente linguístico pois que ele não é mais falado e percebido, ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data. (BENVENISTE, 2006, p. 78)

Benveniste, na passagem acima, parece estar distinguindo o funcionamento das marcas linguísticas do tempo no discurso e no texto escrito. Nesse sentido, o tempo do texto escrito parece ser regido pelo tempo crônico, enquanto o tempo linguístico requer a presença dos locutores.

A única maneira de se identificar referências temporais fora do universo do discurso ocorre por meio do tempo crônico, fato que demonstra que o presente possui um funcionamento particular no discurso. Flores (2013) também reconhece essa particularidade no texto do linguista da enunciação:

A situação da realização da escrita também é muito diferenciada se a compararmos com a enunciação falada. E essa diferença deve-se à temporalidade que a caracteriza: a enunciação falada desfruta de uma simultaneidade temporal estranha à enunciação escrita. O tempo da realização da escrita supõe o tempo da leitura. (FLORES, 2013, p.175)

Quando surge a necessidade de instaurar um ponto de referência que vai além dos limites do hoje, ontem e amanhã, a língua tem à disposição marcas do tempo crônico que produzem o distanciamento subjetivo do locutor.

A discussão sobre o tempo no artigo *A linguagem e a experiência humana* considera a temporalidade linguística como intrínseca ao ato de enunciar, e o tempo crônico incide nessa dimensão por meio de marcos temporais objetivos. Benveniste realça essa especificidade ao colocar a língua escrita como representante principal do tempo crônico.

Em Benveniste, o tempo deixa-nos a seguinte indagação: o tempo linguístico seria instanciado apenas no exercício de fala do ato de enunciar? É interessante ressaltar que a resposta a essa questão emerge no escopo de uma utilização distinta que o autor faz sobre o

termo enunciação no texto *As relações de tempo no verbo francês*. Nesse contexto, o discurso ocorre no texto escrito quando esse pressupõe uma relação entre locutor e interlocutor. Nas palavras de Flores:

Para entender o que o texto *As relações de tempo no verbo francês* apresenta, o leitor deve lembrar o que foi dito em 1.4, acima: a palavra enunciação nos sintagmas *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* não tem o sentido de *ato de enunciar*, mas, sim, o de *enunciados observáveis*. Benveniste está, aqui, falando de tipos de enunciados decorrentes de marcas formais. (FLORES, 2013, p. 104)

A enunciação de discurso, portanto, ocorre no texto escrito, quando se constata a presença da categoria de pessoa. Consequentemente, a distinção entre fala e escrita não é suficiente para distinguir o funcionamento do sistema temporal na língua. Essa teorização do tempo criada por Benveniste demonstra que a língua escrita também possui mecanismos responsáveis por instaurar o presente enunciativo.

Para Benveniste a temporalidade não está apenas no horizonte da língua, pois o responsável por sua instanciação na linguagem é a experiência humana. Pela apropriação da língua, o sujeito instaura uma temporalidade única; distinta do tempo físico e do tempo crônico.

Toda a complexidade envolvida na relação do tempo com a experiência do homem sugere um ponto de vista genuinamente enunciativo para o estudo das formas linguísticas, e, nesse ponto, surge a possibilidade de se pensar em que medida esses elementos influenciam o quadro enunciativo de Culioli.

2.4 Culioli, discípulo de Benveniste?

O artigo *théorie du langage et théorie des langues* aborda o testemunho de Culioli sobre o pensamento de Benveniste. No artigo, delineiam-se alguns pontos essenciais na relação de continuidade comumente atribuída entre os dois autores. Interessa-nos, particularmente, esclarecer essas diferenças pelo ângulo da noção de tempo. Para tanto, cabe retomar como o termo enunciação, que rege a noção de tempo, é epistemologicamente distinto na reflexão culioliana.

Mesmo havendo essa diferença, existe um ponto central de articulação entre os linguistas, que é o fato de Benveniste ser o primeiro estudioso a teorizar a linguagem pelo viés da língua; ao fazê-lo, demonstra que a linguagem é acessível apenas por meio da construção de uma teoria dos observáveis. Logo, é a observação da língua, por um viés teórico, que permite a construção de um quadro generalizante da linguagem.

O posicionamento de Benveniste perante a relação língua e linguagem, na visão de Culioli (1999b), é testemunho do esforço de construir uma reflexão formal liberta do atomismo estruturalista. Consequentemente, o sentido da palavra forma ganha uma acepção generalizante sobre a linguagem, apesar dos usos ambíguos do termo nos textos benvenistianos. A tese importante do trabalho de Benveniste, segundo Culioli, é a criação de um olhar inovador e, ao mesmo tempo, em alguns aspectos, em contradição consigo mesma:

Enfin, on constatera combien cette démarche est à la fois novatrice et encore mal dégagée de modes de raisonnement anciens, en contradiction donc avec elle-même, d'où l'impression d'être suspendu à mi-parcours dans un embarras de concepts mal ajustés. (CULIOLI, 1999b, p. 116)⁸

Nessa citação, há referência à flutuação terminológica que, de fato, existe nos dois textos que abordam a questão do tempo: o artigo a *Linguagem e a experiência humana* remete mais a uma discussão sobre o tempo na constituição do homem na linguagem, enquanto *As relações de tempo no verbo francês* enfoca o problema pelo viés das marcas linguísticas.

A contradição talvez exista para o leitor, no caso específico dos artigos mencionados, por conta de um uso distinto do termo enunciação para tratar da temporalidade. Paralelamente, há de se considerar uma chamada para propriedades dinâmicas associadas ao uso do tempo na enunciação, e uma delimitação do fenômeno no ato de enunciar. Contudo, no texto escrito, o tempo restringe-se ao tempo crônico. Para um leitor, essa conjuntura talvez dê a impressão de introduzir um subsistema responsável pela transição da dimensão da língua para a dimensão da fala. Obviamente, a contradição está sujeita à invalidação, dado que um estudo epistemológico aprofundado da obra de Benveniste pode levantar respostas a essas especulações.

Ainda que concorde com a proposição de que estudar a língua conduz, necessariamente, à linguagem, Culioli (1999a) critica certas contradições terminológicas que obscurecem a inovação da proposta da enunciação benvenistiana. As considerações de Culioli (1999a) são feitas por meio de recortes de citações do texto de Benveniste, consideradas centrais para a TOE. Julgamos esse procedimento importante para o trabalho, pois indicam interfaces entre os autores. Um exemplo é o estatuto incerto da língua nas discussões de Benveniste que ora aparece na acepção saussuriana, ora na acepção enunciativa. O caso dos pronomes é ilustrativo disso, pois organiza a passagem da língua, como repertório de signos, ao plano do discurso.

⁸ Tradução livre: Enfim, constata-se o quanto essa empreitada é, ao mesmo tempo, inovadora e ainda prejudicada por uma maneira de raciocínio antiga, em contradição, portanto, consigo mesma, da qual surge a impressão de ter sido suspensa na metade, em uma confusão de conceitos desajustados.

O posicionamento de Benveniste, além de parecer reinserir, contraditoriamente, a hierarquia sistêmica do viés estrutural, concebe a frase como unidade mínima e primeira do discurso. Na visão de Culioli, a língua parece, na reflexão de Benveniste, como um terceiro termo desconectado da relação entre língua e linguagem.

Para Culioli, falta a teorização dos elementos constitutivos da língua. O nível semiótico ilustra justamente isto: as formas, no referido nível, estão prontas, sem qualquer hipótese sobre seu modo de constituição. Tal fato, leva-nos a postular que termos do tempo crônico como “há 5 dias atrás” são tão indeterminados de sentido quanto o “hoje” do tempo linguístico. Isso significa que possuem regras de constituição a serem restituídas na relação com outros termos linguísticos. Essas incursões de Culioli no pensamento de Benveniste delimitam uma distinção fundamental entre os autores: o valor epistemológico por detrás do termo enunciação.

A pesquisadora Vogüé (1992) delinea claramente a diferença dos termos. No quadro teórico de Culioli, a enunciação remete ao problema de simular como um enunciado possui a forma que tem. Desse modo, não existe intenção, na enunciação culioliana, de identificar como o locutor coloca-se como sujeito. O sujeito enunciador é restituído graças às regras constitutivas das marcas linguísticas. A enunciação para Culioli não tem muito o que dizer sobre o modo de constituição do locutor.

Para Benveniste, o objeto de estudo é a constituição do sujeito por meio da língua. A diferença entre os dois autores parece, portanto, estar apenas no ponto de vista epistemológico adotado para simular a enunciação. Culioli parte do enunciado e vai em direção às suas regras formais de construção, enquanto Benveniste vai da língua em direção às regras de constituição do sujeito. No entanto, essa aproximação é falaciosa visto que Culioli não atribuiria ao sujeito enunciador de carne e osso a origem das operações simuladas a partir das formas linguísticas.

O locutor, no ponto de vista culioliano, não é o responsável direto pela enunciação. A reflexão teórica revela operações que apontam a linguagem como uma atividade cuja origem não pode ser atribuída ao sujeito. O locutor não saberia ser a origem da própria linguagem; por essa razão, Culioli não estabelece qualquer locutor *a priori* em seu quadro enunciativo. Há, por conseguinte, um sujeito enunciador origem que é construído pelo processo de análise da significação presente no enunciado. A entidade abstrata é ponto de referência do contexto situacional, e a ele se pode atribuir marcas como “eu” e o “agora”. A construção desse quadro de referência considera que o enunciador é apenas origem da locução mas não do mecanismo de enunciação. Outra característica importante do mecanismo enunciativo é que ele não se

restringe apenas aos dêiticos, ou seja, todo enunciado reenvia globalmente ao momento de locução.

A questão fundamental a ser retida para este trabalho está na recuperação de como o tempo é calculado no enunciado pela perspectiva da TOE. Sabe-se que para Benveniste o aparelho formal da enunciação remete, por analogia, à ideia de um sistema de peças destinados à realização de uma atividade. Essa ideia, para ser aproximada da TOE, necessitaria que a língua toda fosse concebida como um aparelho formal da enunciação. Prova disto é que o enunciado não apresenta índices específicos que ancoram a enunciação. Não se pode considerar uma relação termo a termo entre uma forma e uma situação no quadro de Culioli. As análises do *aoristique*⁹, em parte identificáveis ao plano da história de Benveniste, revelam uma forma subjacente que atravessa tanto as formas verbais do passado quanto do futuro.

A proposta culioliana traz um modo de conceber os índices formais da enunciação pelo ponto de vista da construção da significação, diferentemente da enunciação benvenistiana que parece enfatizar a construção da referência e coreferência atreladas aos pronomes.

Na abordagem da TOE, o olhar para a construção do sentido traz o benefício de centrar a análise puramente nas formas linguísticas. A discussão sobre a situação origem da enunciação é apenas um dos aspectos do mecanismo enunciativo que divide espaço com a reflexão dos domínios nocionais, das operações de localização e das famílias parafrásticas.

A abordagem da enunciação feita pelos autores remete a análises linguísticas diferentes. Benveniste prioriza mais o contexto extralinguístico do entorno do locutor, sem ignorar os elementos formais que marcam o ato de locução. Na verdade, o teórico da enunciação prioriza dados concretos do extralinguístico que influem na enunciação pelo ato de apropriação da língua.

Culioli, por sua vez, enfatiza mais o contexto, ou seja, o conjunto de enunciados que tornam uma sequência linguística enunciável. Dessa forma, a abordagem de Culioli não diz muito sobre como a situação concreta de locução incide no enunciado. A situação de enunciação emerge pela identificação de contextos que um enunciado pode deflagrar. Além disso, o contexto obedece também às condições de interpretação de um enunciado, restituível pela identificação dos possíveis pontos de vista por ele evocados, em outras palavras, pelo jogo de operações de localização. Por essa razão, o enunciado não possui um conteúdo prévio, fato que explica a existência das famílias parafrásticas. Isso implica a ideia de que o significado é um possível arranjo de uma forma de dizer das marcas linguísticas.

⁹ Termo criado por Culioli (1999b) para designar uma operação de aspecto e tempo em diversos tempos verbais.

Dado que o significado é construído, pode-se dizer que o contexto é parte integrante do enunciado. Operações de determinação e jogos de ponto de vista são essenciais para a constituição de um cenário enunciativo. Esse cenário resulta de como as marcas linguísticas remetem, globalmente, às relações de alteridade. Essa é a distinção fundamental entre Culioli e Benveniste.

O capítulo seguinte retrata a pesquisa que fizemos sobre a temática dos planos enunciativos no quadro da TOE. Os textos resenhados exprimem como a questão do plano enunciativo é trabalhada por pesquisadores franceses alinhados à perspectiva teórica culioliana. Visamos demonstrar como essas reflexões caminham para uma abordagem dinâmica da estruturação dos mecanismos temporais nos planos enunciativos.

Capítulo III

A noção da temporalidade na constituição dos planos enunciativos

O presente capítulo visa a apresentar diferentes estudos que foram feitos sobre a temporalidade no quadro da TOE. Esses trabalhos mostram como o fenômeno do tempo é composto por diferentes articulações entre as operações de localização e os diversos conteúdos nocionais.

3.1 A gramática nos planos enunciativos

A relação entre gramática e enunciação, dependendo da concepção de linguagem assumida, pode ganhar diferentes significados. Um caso típico encontra-se presente em uma leitura estruturalista de Saussure (2006), para o qual a língua é recortada de elementos que interferem na natureza sistêmica dos signos.

Benveniste (2005), no contexto francês, é um dos primeiros estudiosos a reconhecer a importância do caráter articulado da linguagem e da língua. Prova disso está no movimento integrativo dos signos linguísticos, em que o sentido emerge à medida que um signo integra um nível linguístico superior.

Neste capítulo, pretendemos expor um recorte de pesquisas que se preocupam com a constituição dos planos de enunciação no quadro teórico-metodológico da TOE. Escolhemos alguns trabalhos que se enquadram na discussão iniciada por Benveniste (2005) a respeito dos planos de discurso e história. A apresentação proposta resulta de um exercício de compreensão e de articulação de um assunto complexo que se instaura no escopo das categorias gramaticais de aspecto, tempo e modo. O que objetivamos com isso demonstrar é: como os planos enunciativos são gerados na interação entre léxico e gramática - de forma dinâmica - que rompe o ponto de vista estanque da relação nome-verbo.

Sobre a questão dos planos de discurso, pelo que pudemos compreender a partir dos textos sobre o assunto, acreditamos que, talvez, seja possível inserir uma discussão, pautada em nossa observação do *corpus* que compõe esta pesquisa, que, embora parece ser tributária da reflexão iniciada por Benveniste - a distinção discurso e história -, identifica, em certos contextos enunciativos, o uso deslocado de alguns tempos verbais como rastros de planos enunciativos temporais potenciais.

Não se trata de chegar a uma distinção do produto que se dá entre a relação léxico e gramática e planos de enunciação, mas de tentar visualizar o processo de constituição desse produto, porque a produção textual deixa rastros, como está presente na tese de indeterminação da linguagem, da gênese do processo de constituição dos planos de enunciação.

A nossa hipótese de trabalho, portanto, não pretende identificar, como o faz em seu trabalho Danon-Boileau (1993), por exemplo, o papel do aspecto na constituição da relação sujeito-objeto da predicação em uma marca específica como o *be + ing* do inglês. O nosso objetivo é mais modesto à medida que pretendemos incorporar as reflexões arroladas como um suporte para a operações de linguagem implicada no aspecto, modo e tempo na composição da situação de enunciação. Acreditamos ser, portanto, pelo ponto de vista do papel das noções gramaticais instauradas na predicação que se pode identificar a gênese dos processos de constituição dos planos enunciativos temporais.

3.2 Gramática e léxico na constituição dos planos de enunciação

No quadro da linguística da enunciação, atribui-se a Benveniste (2005) a articulação das formas dos tempos verbais do francês aos seus respectivos planos enunciativos: o discurso e a história. A característica importante daquele estudo foi ressaltar a capacidade de os tempos verbais da língua francesa se reportarem à enunciação de duas maneiras distintas: uma realçando o papel do enunciador em relação ao enunciado; outra neutralizando a relação entre enunciador e enunciado.

O artigo de Benveniste (2005/1959) sobre os tempos verbais do francês tem consequências importantes para linguística da enunciação, principalmente, para trabalhos que se enquadram na TOE. As diferentes estruturas textuais e o posicionamento do enunciador em relação ao enunciado suscitam um terreno de pesquisa cuja preocupação está na relação entre alguns elementos linguísticos (geralmente o verbo, modalidade, aspecto e dêixis) com o ponto de vista do enunciador em relação ao enunciado. Como exemplo, pode-se citar alguns trabalhos que caminham nessa direção. Os artigos de Culioli (1978), Danon-Boileau (1993) e Simonin-Grumbach (1975) retomam a discussão de Benveniste como ponto de partida para um aprofundamento da noção de planos enunciativos. A seguir, serão apresentadas algumas características desses trabalhos, as aproximações e as diferenciações que se podem estabelecer entre essas propostas.

3.3 Categorias da determinação verbal na constituição dos planos enunciativos: o discurso

O trabalho de Simonin-Grunbach (1975) tem como objetivo aprofundar a discussão sobre os planos enunciativos de discurso e história propostos por Benveniste (2005).

Em vez de considerar uma relação direta entre o tempo verbal e o plano enunciativo, a pesquisadora prefere descrever o tipo de operação enunciativa responsável por relacionar um texto a um dado plano discursivo. Dessa maneira, demonstra-se que o plano da História pode ser representado pela operação SiT E* (* significa que há uma ausência de relação entre os planos enunciativos), e o Plano do discurso pelas operações SiT $\mathcal{E} \neq$ SiT e SiT $\mathcal{E} =$ SiT E. Em ambas representações SiT \mathcal{E} remete à situação de enunciação origem enquanto SiT E à situação de enunciado. Cada SIT pode ser decomposto em tempo da enunciação (t) e tempo do enunciado (T), sujeitos da enunciação que se reportam ao par Eu/Tu (S, S'). Em outras palavras, estes termos são usados para descrever as operações que se estabelecem entre enunciação e enunciado. A notação, segundo Simonin-Grunbach, é inspirada nos operadores de Culioli (*apud* Simonin-Grunbach, s/d), ao passo que a distinção SIT \mathcal{E} e SIT E se inspira mais na distinção estabelecida por Benveniste (*apud* Simonin-Grunbach, s/d).

A própria linguista explica isso em uma nota de rodapé:

2. Ce travail doit beaucoup aux recherches de A. Culioli, à qui j'emprunte les notations \mathcal{E} , E, S, S,t, T. Em revanche, la distinction entre SIT \mathcal{E} et Sit E et le rôle central qu'elle joue dans cet article, s'inspire plus de celle établie par Benveniste entre << discours et histoire>>. ¹⁰

A impressão que se tem é que há uma articulação entre as operações de localização presentes em Culioli (*apud* Simonin-Grunbach, s/d) e as relações que se instauram na diferença que Benveniste (2005) propõe para enunciação e enunciado.

Parece-nos importante ressaltar que a articulação dessas duas propostas (de Benveniste e Culioli) parece focar em seu caráter operatório para a análise de textos. A abordagem da autora traz também algumas intuições sobre os jogos referenciais que perpassam as diferentes práticas discursivas. O objetivo principal de seu trabalho é detalhar algumas características enunciativas que não foram abordadas em maior detalhe por Benveniste (2005).

¹⁰ Tradução livre: Este trabalho deve muito às pesquisas de A. Culioli, de quem eu tomei emprestadas as notações \mathcal{E} , E, S, S,t, T. Por outro lado, a distinção entre SIT \mathcal{E} e Sit E e o papel central que ela desempenha neste artigo inspira-se mais naquela estabelecida por Benveniste entre discurso e história.

Um argumento central da pesquisa de Simonin-Grumbach (1975) é demonstrar que os jogos entre enunciação e enunciado não são colocados em funcionamento apenas pelos embreadores:

Il ne s'agit donc plus de la présence ou de l'absence de shifters en surface, mais du fait que les déterminations renvoient à la situation d'énonciation (extralinguistique) dans un cas, alors que, dans l'autre, elles renvoient au text lui-même. (SIMONIN-GRUMBACH, 1975, p. 87).¹¹

Essa afirmação é sustentada por meio de análises pontuais de marcas como o artigo *le* e o pronome *ce do* francês. As duas marcas comportam-se de maneiras diferentes caso ocorram na oralidade ou na escrita. Por motivos de praticidade e concisão, reproduzimos apenas a análise do *le*:

(10) Passe-moi le cendrier. (Simonin Grumbach, 1975, p. 89)¹²

Se o contexto de (10) for oral, o artigo *le* possui um valor de flechagem com extração implícita. O que significa dizer que há *un cendrier* (um cinzeiro) que foi extraído de Sit \mathcal{E} comum entre Eu (S) e Tu (S'). Para concluir a ideia, na oralidade, a referência à enunciação é mediada pelo extralinguístico. Logo, a possibilidade de os interlocutores co-referirem em uma mesma situação seria responsável por atenuar a ambiguidade entre o texto e o Sit \mathcal{E} . No caso da escrita, inverte-se a questão: a referência a SIT \mathcal{E} seria mais ambígua, fato que conduz a uma reorganização da noção de discurso. Então, passa-se a identificar duas formas de se reportar à enunciação: uma direta e explicitada pela presença oral do enunciador em seu enunciado, outra indireta, mediada pela escrita, em que SIT \mathcal{E} é recuperado por um enunciado que se reporta à enunciação. Por outro lado, quando não há uma relação de identidade entre SIT \mathcal{E} e SIT E (SIT $\mathcal{E} \neq$ SIT E) tanto na oralidade quanto na escrita constata-se a referenciação da situação sob a forma de SIT E. Os exemplos apresentados pela linguista são:

(11) Il fait chaud¹³

(12) Il faisait chaud hier.¹⁴

(13) En Argentine, c'est l'été¹⁵

¹¹Tradução livre: Não se trata mais da presença ou ausência de embreadores em superfície, mas do fato de que as determinações remetem à situação de enunciação (extralinguística) em um caso, enquanto que no outro elas remetem ao próprio texto.

¹² Tradução livre: Me passa o cinzeiro.

¹³ Está quente

¹⁴ Estava muito quente ontem

¹⁵ Na Argentina, é verão.

Segundo as operações descritas, em (11), (12) e (13) há, respectivamente, as seguintes formas implícitas: no momento em que eu falo, lá onde eu estava e no momento em que eu falo.

Parece-nos que nessa reflexão da autora, a entrada dos operadores culiolianos se dão à medida que se identifica em cada enunciado a necessidade de se verbalizar a relação entre enunciado e enunciação. No caso de (11), é o presente que marca o valor de discurso, pois o tempo do enunciado (t) é equivalente ao tempo da enunciação (T). Então, $t=T(S) = t(S+S')$, o que significa: faz calor no momento em que o Eu fala com o Tu. O que se almeja mostrar com os exemplos é que no plano do discurso, na leitura de Simonin-Grumbach, existe uma relação entre SIT \mathcal{E} e SIT \mathcal{E} , seja pela relação entre a classe dos tempos (T_s), seja pela relação entre a classe dos sujeitos enunciadoreis (S_s). Essa proposição caracteriza as operações envolvidas no plano discursivo.

3.4 Categorias da determinação verbal na constituição dos planos enunciativos: o plano da história

No universo terminológico do artigo de Simonin-Grumbach (1975), em oposição ao discurso, o plano da história cessa toda relação com a enunciação (SIT \mathcal{E}). Logo, o plano da história é, por excelência, o tempo dos acontecimentos passados. Mas a intuição é que o passado precisa ser anterior a um estado presente. Essa intuição sobre o passado não se sustenta no plano enunciativo da história, dado que o texto convoca tempos verbais que não se relacionam com a enunciação, essa operação é notacionada por T^* .

O tempo é, portanto, o tempo da sucessão dos acontecimentos no eixo da história. O valor de passado retorna, neste contexto, não como um instante em oposição ao presente mas como um valor que se estrutura na sucessão de acontecimentos enunciados que, em um sentido limitado, podem remeter a fatos “reais”. Um caso análogo, mas que chama atenção, é o dos romances de antecipação, que trazem a seguinte constatação: são escritos também no tempo do passado, fato que revela uma questão ligada mais a uma técnica narrativa do que a um problema linguístico à medida que o tempo evidenciado continua sendo o T^* . A diferença entre uma narrativa da história e uma narrativa literária é instanciada entre uma assimetria no estatuto do valor de “realidade” atribuído ao tempo crônico. No texto da história este apresenta um valor “real” ao passo que na narrativa literária trata-se do esforço de manter a regra da verossimilhança. O mecanismo que rege ambos os tipos de ocorrências de discurso histórico

são linguísticos, e a diferença é perceptível apenas por meio de uma distinção que ultrapassa a problemática linguística da localização.

3.5 Ação e atividade nos planos enunciativos: *telos* e *teleonomia*

A forma de se considerar a constituição dos planos de enunciação por Danon-Boileau (1993) inspira-se na proposta benvenistiana sem se distanciar do espírito da perspectiva culioliana.

O que se verifica na proposta de Danon-Boileau (1993) é a identificação do papel de noções gramaticais ligadas ao verbo, que são responsáveis pela constituição e diferenciação dos planos do comentário e narração.

O pesquisador interessa-se em demonstrar quais operações são responsáveis para que se diferenciar, por meio das formas verbais, uma enunciação em que o sujeito assume uma atitude de comentário em relação ao processo verbal, e outra enunciação em que essa atitude está ausente.

Acreditamos que essa maneira de se pensar os planos de enunciação acomoda a distinção proposta por Benveniste por um caminho sensivelmente diferente: o da relação entre léxico e gramática. O caminho metodológico, portanto, vai das formas linguísticas para o processo de enunciação.

Se compreendemos bem a proposta de Danon-Boileau (1993), podemos afirmar que sua hipótese de trabalho para com os planos enunciativos apresenta-se abstrata o bastante para que seja operatória para aplicação em outras línguas.

A impressão que seu texto passa é a de que a predicação, cuja base de determinação sejam os valores aspectuais perfectivo ou imperfectivo, instaura uma forma de se visualizar um estado da realidade pelo ponto de vista do enunciador. Isso significa que tanto pelo valor perfectivo quanto pelo valor imperfectivo existem duas maneiras de se ver o processo verbal: uma ressalta o fato de um estado da realidade pelo ponto de vista da enunciação e a outra ressalta a intenção sobre um estado da realidade:

Danon-Boileau (1993) relaciona os conceitos *telos* e *teleonomia*, presentes nas categorias de determinação verbal (modo, aspecto e tempo), ao plano enunciativo do discurso.

Dentre as categorias de determinação verbal, o linguista ressalta a relevância do aspecto na constituição do discurso. O argumento central é de que os diferentes valores associados à interpretação do *be + ing* são geradas por duas estabilizações possíveis do aspecto como ação

ou como atividade. Para dar conta das análises, é feita uma associação entre os diferentes valores interpretativos dos enunciados. Nas palavras de Danon-Boileau:

Cette opposition entre action et activité (poiésis et práxis) est fondamentalement une dimension inhérent au sens du verbe; elle commande le type de projet auquel celui-ci peut être associé et implique une différence de structuration actancielle. Si ce que se passe au moment de l'énonciation est commenté comme activité, on l'associera à une intention que porte sur la relation entre agente et procès. Si ce qui se passe au moment de l'énonciation est interprété comme action, on l'associera à une intention qui porte sur la relation entre objet et procès. (DANON-BOILEAU, 1993, p. 53)¹⁶

Outra forma de estruturação dos planos de enunciação ocorre por meio do que Danon-Boileau (1993) nomeia de *aoristique* que é o plano em que o enunciador cessa todo e qualquer tipo de tentativa de interpretação de um estado da realidade. Em seu texto, as categorias gramaticais que comandam esse plano são o tempo e a modalidade. Nesse caso, a diferença é que a intenção ou o fato cessa de ter relação com a enunciação. Logo, o autor conclui que “L'opposition entre les plans d'énonciation que sont le discours et le aoristique est donc aussi une opposition entre le plan de l'aspect de une part et plan du temps et ou de la modalité de l'autre.” (DANON-BOILEAU, 1993, p. 51).

Essa generalização proposta pelo autor levou-nos a nos indagar um pouco sobre o alcance dessa separação para tratar de deslocamentos de planos enunciativos em português. Não se trata de invalidar essa proposta, pois, talvez, em francês ela seja válida, no entanto, em português e principalmente em uma ocorrência de deslocamento enunciativo temporal, como a do exemplo (1), a distinção entre planos e categorias gramaticais não parece dar conta de explicar o uso deslocado do pretérito perfeito no excerto a seguir:

(1) Hoje em dia, no nosso país, a saúde está sendo deixada de lado, pelos governantes desse país. Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano. Porém em certos lugares ainda temos ações preventivas, nesse assunto entramos em outro problema que é a dificuldade que os estados encontraram ao lançarem ações preventivas.

Se pensarmos na categorização proposta por Danon-Boileau no recorte (1a):

(1a) Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano.

¹⁶ Tradução nossa: Esta oposição entre ação e atividade (poiésis e práxis) é fundamentalmente uma dimensão inerente ao sentido do verbo; ela comanda o tipo de projeto ao qual aquele pode ser associado e implica uma diferença de estruturação actancial. Si aquilo que está se passando no momento da enunciação é comentado como atividade, será associado a ela uma intenção que é conduzida por uma relação entre agente e processo. Se aquilo que se passa no momento da enunciação é interpretado como uma ação, será a ela associada uma intenção que é conduzida por uma relação objeto e processo

Há na primeira parte do enunciado uma ocorrência de <escutar> que tematiza uma enunciação comentada como atividade e na segunda parte uma enunciação comentada como ação, tematizando a relação entre objeto e processo em detrimento da relação entre agente e processo. No caso de (1) a identificação desses processos nos leva a questionar: por que a relação entre *poiésis* e *práxis*, mesmo pertencendo ao plano do discurso parecem não funcionarem bem em (1a)? Parece, portanto, ser mais plausível considerar que existem contextos qualitativos que dependem mais da relação léxico-gramatical que se podem estabelecer entre os processos do que a sua associação a uma situação de enunciação pré-existente ao enunciado. A discussão revela, no entanto, uma proposta diferente de se estudar o fenômeno pela identificação de certas categorias gramaticais.

3.6 Operações enunciativas e planos de enunciação

Os trabalhos explorados acima identificam a relação entre um plano enunciativo e as categorias gramaticais por meio de alguns exemplos específicos. Em nossa opinião, as operações enunciativas identificadas nas análises propostas por Danon-Boileau (op., cit.) e Simonin Grumbach (op., cit.) detalham melhor as categorias gramaticais que constituem cada plano enunciativo. Isso nos levou a indagar se a distinção discurso/história poderia ser expandida para dar conta de questões mais complexas:

[...] Il n'est naturellement pas question d'utiliser l'aoristique comme une étiquette: dire que le futur français a des propriétés aoristiques n'implique pas q'il n'a pas d'autres propriétés! De même, le recours à un tel concept n'a rien de magique et ne règle aucun problème: simplement, en permettant de *formuler* des problèmes il aide à trouver une éventuelle solution. Prenons, pour fixer les idées, le problème de ce qui a été appelé pas E. Benveniste discours et récit historique. Une analyse plus poussée montrera comment affiner pareille distinction, si l'on veut rendre compte des données très complexes que l'on peut rassembler en lisant ou écoutant du français. [...] (CULIOLI, 1999b, p. 140, grifo nosso) ¹⁷

De acordo com a passagem extraída do texto de Culioli (1999b), a composição de diferentes operações de linguagem permite agrupar uma questão sob um fenômeno comum,

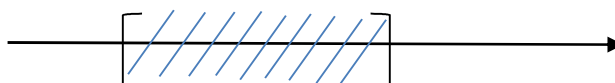
¹⁷ Tradução nossa: A questão não é, naturalmente, utilizar o aorístico como uma etiqueta: dizer que o futuro em francês tem propriedades aorísticas não implica a ausência de outras propriedades! Assim como o recurso a tal conceito não possui nada de mágico e não regra algum problema: simplesmente, ao permitir formular problemas, ajuda a encontrar uma eventual solução. Tomemos, para fixar as ideias, o problema daquilo que foi nomeado por E. Benveniste de discurso e história. Uma análise mais sofisticada mostrará como detalhar a distinção mencionada, si se quiser dar conta de dados bem complexos coletar lendo ou escutando o francês.

como é o caso da discussão sobre o aorístico (*aoristique*). A recusa de que o aorístico seja uma etiqueta evidencia-se pela análise que o teórico propõe como sendo ilustrativa do termo, que é definido como uma operação nocional em que um processo apresenta um limite fechado à direita e à esquerda:

Choveu durante quarenta dias

Trata-se de uma representação em que o domínio nocional não possui uma fronteira. A ausência de uma fronteira cria uma ruptura entre o chover durante quarenta dias e o plano da enunciação.

Representação da noção <chover>



A representação acima demonstra que chover é formatado pelo intervalo de 40 dias. Esse intervalo, embora seja delimitado é compacto¹⁸, pois não é localizável em relação à enunciação.

Defendemos que o potencial dessa reflexão do aorístico está na tentativa de explicar como se estruturam as distintas interpretações modo-aspecto-temporais de tempos verbais em um enunciado.

No caso de nossa pesquisa, parece-nos justo tentar delimitar o sentido que atribuímos ao termo deslocamento enunciativo. O primeiro elemento a ser ressaltado é que, na reflexão culioliana, os planos enunciativos são estruturados por uma situação de enunciação construída no enunciado. Essa situação é composta por noções como enunciadores e tempo, e estes componentes do Sit, por sua vez, podem ser associados a ocorrências de um tipo de noção. A estruturação da noção de plano obedece ao mecanismo complexo de alteridade¹⁹ cuja estruturação pode recobrir coordenadas temporais enunciativas que interagem de modo complexo em um conteúdo predicativo. Por exemplo, se tomamos o exemplo quebrou, pagou, que pode ser um aviso em uma loja para que o cliente tome cuidado com a mercadoria, podemos inferir que o preenchimento dessas noções produz uma ideia de que em algum espaço e tempo específicos alguém quebrou e precisou pagar pelo objeto quebrado e, a partir disso, inferiu-se que para todo espaço e todo tempo no qual essa situação vier a ocorrer será necessário pagar

¹⁸ Discutiremos o funcionamento discreto, denso e compacto mais adiante.

¹⁹ A reflexão sobre a alteridade será desenvolvida mais adiante.

aquilo que se quebrou. Defendemos, portanto, que há tanto uma ocorrência singular quanto exemplar nesse exemplo que traduz tanto um plano discursivo quanto um plano histórico em potencial. No caso em questão, trata-se de cenários verbais potenciais que podem se estabilizar. No caso dos deslocamentos de planos enunciativos esse raciocínio é produtivo para discutir e analisar o *corpus* desta tese. Para sustentar a discussão, julgamos necessário retomar a reflexão sobre os mecanismos responsáveis pela ancoragem de uma noção em uma situação. Referimo-nos aos mecanismos de discreto, denso e compacto que regem a predicação.

3.7 O funcionamento dos mecanismos discreto, denso e compacto nos nomes e nos processos

A discussão sobre o funcionamento do discreto, denso e compacto foi desenvolvida por Culioli (1990, 1999a) para representar as propriedades contáveis e massivas dos nomes. Em um texto dedicado ao assunto, Vogüé (1989) afirma que essa reflexão versou, em um primeiro momento, sobre os nomes e, posteriormente, foi expandida aos processos. Isso introduziu um ponto de vista sobre a natureza da ancoragem de uma noção em uma situação ou ocorrência. A palavra ancoragem remete a uma forma de concretização da noção no enunciado e aponta para uma reavaliação das relações entre as marcas linguísticas e as operações enunciativas.

A abordagem enunciativa da TOE parte do princípio de que não há uma relação direta entre os nomes e as entidades referenciais presentes no mundo. Ainda que essa relação possa ser estabelecida, as propriedades contáveis e massivas dos nomes descrevem propriedades linguísticas.

Os discretos são identificados pelas características contáveis, atribuíveis a uma forma nominal. Nesse caso, o nome pode remeter tanto a valores singularizáveis quanto a valores pluralizáveis. A característica principal do discreto está na possibilidade de ser enumerado. A palavra cachorro, por exemplo, ainda que possa sofrer recategorização, remete a uma entidade discreta no espaço-tempo e à contagem, por exemplo: 1, 2, 3 cachorros. Em outras palavras, discreto remete a um tipo de noção nominal em que a enumeração ocorre sem que haja a necessidade de recorrermos a uma formatação extrínseca.

As propriedades nominais envolvidas no discreto podem se transformar; ou seja, elementos quantificáveis (dependendo do contexto linguístico à direita e à esquerda) remetem a valores mais qualitativos. Ainda que elementos extrínsecos possam ativar características

qualitativas, os discretos, ao contrário dos densos, apresentam uma possibilidade de enumeração em sua natureza.

Os densos diferenciam-se dos discretos justamente nisto: não são quantificáveis em si. Um denso remete a um valor que não pode ser enumerado. Para que isso ocorra, devemos buscar algum tipo de quantificador externo. A palavra água, por exemplo, não se deixa contar sem um elemento exterior: um copo, uma garrafa, entre outros. Outra característica central dos densos está na diferenciação em relação aos compactos.

Os compactos remetem a formas lexicais cuja enumeração ou formatação extrínseca estão ausentes. Vogüé (1989) ressalta léxicos como brancura e tristeza. A enumeração desses termos existe, mas ocorre de modo completamente diferente dos mecanismos presentes no discreto e no denso.

A determinação, no caso dos densos, emerge também de uma ancoragem espaço-temporal. Logo, a situação seria responsável por ativar um tipo de fragmentação de suas propriedades qualitativas. É por essa razão que a TOE postula que o denso é quantificável por elementos extrínsecos.

Reconhecer as propriedades situacionais e os mecanismos de quantificação dos densos explicitam melhor o funcionamento dos discretos. Se estabelecermos uma comparação, os discretos possuem uma quantificação prévia, enquanto os densos necessitam de uma ancoragem espaço-temporal ou de uma formatação externa.

Como foi mostrado acima, os discretos são caracterizados por sua formatação intrínseca. A palavra cachorro é exemplar disso, pois apresenta um formato predeterminado. Vogüé (1989) afirma que nessa noção opera uma formatação-tipo, gerando uma espécie de medida precisa do cachorro-tipo. Embora a individuação possa ser variável (vira-lata, pastor alemão etc.), não invalida a possibilidade de identificação de uma ocorrência de cachorro a um formato típico da própria noção. Consequentemente, a característica central dos discretos é a possibilidade de padronizar precisamente a relação entre a ocorrência e a noção. Desse modo, no caso dos discretos, a ancoragem situacional produz, portanto, apenas uma realização da ocorrência da noção tipo.

Apesar de a propriedade central dos discretos ser a quantificação prévia, a qualificação também está presente nessa noção. O formato-tipo, ou seja, a formatação de um padrão de cachorro remete a uma espécie de valor de “cachorrinidade”. A quantificação seria justamente a identificação específica dessa qualidade (quatro patas, mamífero etc.). Ora, tal identificação

remete-nos ao fato de que os discretos também instauram uma relação com propriedades qualitativas.

A discretização tem certa afinidade com a qualificação presente nos denso a qual acontece pela introdução de um determinante como, por exemplo, o artigo “um”. No caso da ocorrência “Uma água fresca”, o artigo indefinido produz uma forma de quantificação qualitativa de água em relação a um certo formato-tipo de água. Trata-se, efetivamente, de uma divisão da noção água ao qualificá-la diferentemente de outras ocorrências possíveis da mesma noção.

Vogüé (1986) sugere que em certos contextos o uso do artigo indefinido em enunciados com valor deôntico ressalta com bastante força a densificação de um discreto. No enunciado adaptado do francês:

Um soldado assume atitude respeitosa diante da bandeira.

Manipulação:

Quantificação → Há um soldado> que assume> em tempo e espaço determinado> uma posição respeitosa diante da bandeira>

Qualificação → Um soldado que é verdadeiramente soldado> assume> em qualquer espaço e tempo> uma atitude respeitosa diante da bandeira.

Verificamos que o enunciado remete a uma quantificação de soldado e, paralelamente, a uma qualificação. A qualificação emerge quando se pensa na interpretação em que o verdadeiro soldado é aquele que assume posição respeitosa diante da bandeira. Por sua vez, a situação de “assumir uma atitude respeitosa diante da bandeira” formata a noção soldado.

O compacto não é compatível com a enumeração prévia nem com a quantificação extrínseca, o que não significa que não seja compatível com alguma espécie de determinação. A propriedade central do compacto está na sua incapacidade de produzir uma ocorrência delimitável, seja em si seja ou por determinação externa. O exemplo seguinte, adaptado do francês, ilustra bem a diferença do funcionamento do compacto em relação ao discreto e ao denso:

Paulo é alegre

A presença de Paulo no enunciado não delimita uma ocorrência de alegria. O nome próprio nada mais é do que um suporte dessa alegria. Os compactos tendem a ser determinados pelas propriedades inerentes ao suporte. Nesse sentido, os compactos são indivisíveis e sua formatação ocorre por meio de uma ancoragem da noção em um situação espaço-temporal cuja origem instaura-se pelo suporte.

Outra característica relevante dos compactos está na singularização que remete a uma gradação qualitativa de um termo. A inserção de um determinante como o artigo indefinido “uma” no exemplo traduzido do francês:

Uma brancura imaculada

Na ocorrência em questão, a presença do determinante produz uma gradação do formato-tipo de brancura. Não se verifica, como no caso do denso, uma quantificação qualitativa (quantifiabilização) de uma ocorrência da noção água. No compacto, não há relação de alteridade com o tipo. A noção de brancura remete a um alto grau de brancura. Isso direciona a uma interpretação em que não encontramos possibilidade de distinção de uma ocorrência de brancura com o tipo que permita a quantificação da noção.

A quantificação dos densos cria a diversificação do valor nominal. Vogüé (1986) defende que, no caso dos compactos, ao contrário do que ocorre nos densos e discretos, a noção continua a mesma, e a mudança aparece pela gradação da qualidade em questão. Não é possível realizar a contagem dos compactos. Tal fato invalida a pluralização do determinante em ocorrências com compacto:

? Duas brancuras imaculadas

Nesse caso, a quantificação não se realiza. Essa construção linguística qualitativa dos compactos remete ao que Culioli (*s/d, apud Vogüé, 1989*) concebe como validação. Em um domínio nocional como o do compacto não existe distinção ou identificação da noção ao tipo. Isso remete à ideia de ponto dilatado na qual a diferenciação ou identificação dão lugar a zonas de intensidade. O mecanismo é caracterizado como gradiente.

Os discretos operam por meio da possibilidade de serem diferenciados do formato-tipo. Dessa forma, existe, de fato, a construção de uma distância verdadeira. Por essa razão a introdução do determinante “um” no exemplo do soldado produz todo um jogo de alteridade que tanto pode ser a aproximação do tipo quanto a diferenciação. O exemplo deôntico

demonstrou-nos duas medidas de soldado: a verdadeira e a falsa. Segundo Vogüé (1989), as possibilidades de proximidade ou distanciamento em relação ao tipo criam uma zona de instabilidade qualitativa que moldam a construção da formatação dos discretos. Por sua vez, no funcionamento compacto o distanciamento ou aproximação não são suficientes para produzir uma separação em relação ao tipo; no entanto, garantem a gradação qualitativa.

O compacto pode ser relacionado em alguma medida com o funcionamento denso. Vimos que a formatação, ou seja, a discretização de um compacto produz uma diferenciação qualitativa gradativa. No caso, uma ocorrência de compacto pode ser formatada sem a constituição de uma medida qualitativa. Uma sequência como “A brancura do tecido” traduz a ocorrência de brancura sem uma medida qualitativa. Não há relação a uma forma verdadeira de brancura. Trata-se apenas da existência da brancura e não de uma avaliação comparativa a uma verdadeira brancura. Seria mais próxima da apresentação de uma substância. A brancura que está no tecido, que existe e que pode ser reconhecida. Essa ocorrência remete a características estáveis e, ao mesmo tempo, não implicam qualquer forma de estabilização. Podemos extrair algumas propriedades características emergem pelo suporte que acompanham o termo compacto.

Fizemos a apresentação do funcionamento do discreto denso e compacto a partir das discussões de Vogüé (1989) que versam sobre os valores nominais. A seguir, interessa-nos apresentar como os mecanismos se instalam nos processos.

3.8 O discreto, denso e compacto: as noções de processo

Na reflexão proposta por Vogüé (1989), os funcionamentos de discreto denso e compacto auxiliam também na identificação da estabilização dos processos. Há, portanto, correlação entre as nominalizações e os processos, estabelecida por meio de glosas. A fim de ilustrar esse mecanismo, adaptamos os exemplos propostos em francês pela pesquisadora Vogüé (1989) por meio da seguinte tabela:

Tabela 1: Tabela de Glosas

+quantitativo
- qualitativo

Ele caiu	Glosas: Houve uma queda. (Discreto) A queda aconteceu. (Discreto) ? Houve queda. ? Um pouco de queda aconteceu. ? A queda aconteceu um pouco.
Ele leu	Glosas: ? Houve uma leitura. ? Houve a leitura. Houve um pouco de leitura. (Denso – quantifica uma ocorrência parcial de leitura) Houve leitura. (Denso – prova que a ocorrência de leitura se quantificaria pela existência de um suporte. Por exemplo, houve a leitura do livro.)
Ele soube	Glosas: ? Houve sabedoria ? Houve um pouco de sabedoria ? Houve a sabedoria (Nos quatro exemplos, não há como quantificar as ocorrências sem as propriedades quantitativas de um suporte.)

Fonte: Elaboração própria

+qualitativo
- quantitativo

As glosas dos exemplos adaptados do francês ilustram o tipo de formatação que pode ser atribuído aos processos. Além disso, o quadro acima demonstra que a nominalização dos processos traduzem um modo de representar a estabilização quantitativa. Nas glosas, os processos compatíveis com uma quantificação revelam funcionamento discreto e os

incompatíveis densos e compactos. Os testes de quantificação e qualificação revelam modos de formatação dos processos e de estabilização temporal.

Os mecanismos identificados nos verbos do quadro acima remetem à categorização clássica: ação, processo e estado de um ponto de vista enunciativo. As glosas ressaltam a relação entre os mecanismos responsáveis pela formatação das noções e a estabilização temporal. Essa estabilização ocorre por meio da identificação de fronteiras²⁰ envolvidas nas noções.

Tzevelekou (1995) propõe um quadro esquemático da discussão que deixa bem claro um modo de identificar as ocorrências de tempo.

No exemplo a seguir (retirado de uma dissertação de vestibular), que consideramos como uma ocorrência de deslocamento de plano enunciativo temporal, pode ser sistematizada por meio do tipo de ocorrência que o tempo verbal em negrito localiza:

(1) Hoje em dia, no nosso país, a saúde está sendo deixada de lado, pelos governantes desse país. Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano. Porém em certos lugares ainda temos ações preventivas, nesse assunto entramos em outro problema que é a dificuldade que os estados encontraram ao lançarem ações preventivas.

O exemplo (1) é produtivo para a reflexão formal porque traz em seu contexto ambas as possibilidades da instanciação de uma ocorrência: singular (quantitativa e qualitativa). Na leitura de Tzevelekou (1995) as ocorrências singulares podem ser identificadas pelas seguintes características:

- 1) A singular, que é um tipo de ocorrência situacional, remete a propriedades Quantitativas e Qualitativas de um tipo de determinação espacial e temporal da noção;
- 2) Os parâmetros S (Enunciador) e T (Tempo) são relevantes nesse arranjo nocional;
- 3) Existe a presença de uma ordenação entre o momento da enunciação e o momento do processo, que resulta nos valores de concomitância, anterioridade e posterioridade;
- 4) As ocorrências situacionais derivam da modalidade assertiva.

As ocorrências exemplares possuem as seguintes características:

- 1) É um tipo de ocorrência que não se ancora no espaço e no tempo, sendo o parâmetro S (enunciador) seu polo de referência.
- 2) Remete a uma ocorrência abstrata de uma noção, ou seja, apresenta características intencionais.

²⁰ Na terminologia culioliana, é a representação topológica *borne*. Tratam-se de valores aspectuais de perfectividade e imperfectividade das noções.

3) Deriva de uma modalidade pré-assertada.

As propriedades dos tipos de ocorrências são representações metalinguísticas centrais para o fenômeno discutido nesta tese. Um elemento essencial a ser ressaltado é que existe um modo de articulação entre essas representações formais:

- Uma ocorrência de processo pode conservar as propriedades intensionais da noção;
- Uma ocorrência de processo pode conservar parcialmente as propriedades intensionais da noção.

A questão fundamental, que surgiu pela observação e seleção das ocorrências de deslocamentos enunciativos temporais, foi como se poderia identificar os tipos de ocorrência da noção em (1).

Em (1), o valor perfectivo do pretérito perfeito em <ver> implica a construção de uma ocorrência singularizada, que ocorre por um fator extrínseco <o benefício da promessa>. Paralelamente, a sequência linguística em (1) “Só escutamos promessas em épocas de eleição” suscita uma ocorrência exemplar de promessa em que a especificação do espaço e tempo da promessa são menos relevantes, ainda que sejam identificáveis no enunciado. Podemos, então, inserir o exemplo (1) como uma ocorrência temporal que conserva parcialmente as propriedades intencionais da promessa.

A articulação entre ocorrências singulares (quantitativas) e exemplares (qualitativas) é bastante recorrente nos processos. No entanto, o que demonstramos ser diferente nas ocorrências observadas é a possibilidade de utilizar essa operação de linguagem para preencher, pelo contexto e cotexto dos exemplos, as instanciações temporais nas ocorrências que tematizam processos enunciativos temporais em textos dissertativos.

Em (1) o pretérito perfeito <vimos> conduz a uma interpretação singular do enunciado “Só escutamos promessas em épocas de eleição” ao mesmo tempo em que suscita uma ocorrência exemplar da ocorrência de <promessas em eleições>.

O que a reflexão sobre os funcionamentos discreto, densos e compactos revela é a importância da manipulação dos exemplos pelas glosas. As reformulações permitem representar a esquematização topológica de como as ações, processos e estados emergem das formas linguísticas.

A glosa permite demonstrar também a construção de uma ocorrência discreta em um processo. Conforme Vogüé (1989), em ocorrências cujo processo gera um estado resultante, encontramos uma formatação interna que se reporta ao formato-tipo. No enunciado:

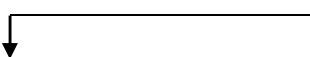
Ele quebrou o copo.

Temos o estado resultante:

O copo está quebrado.

A validação da propriedade <quebrado> remete à formatação interna da noção <quebrar>, pois o processo atingiu o ponto final. A taça quebrou e continua quebrada. Houve, de fato, um processo cuja realização se verificou verdadeiramente sem a necessidade de se recorrer a uma estabilização situacional ou temporal. Na proposta de Vogüé (1989), o fator que permite essa construção é a perfectividade do processo. A partir do ponto em que o interior da noção <quebrar> foi atingido, o estado resultante, além de ser validado, torna-se uma propriedade do objeto copo. A medida pré-formatada - característica central dos discretos - também está presente como nos nomes discretos.

Outra propriedade relevante desses mecanismos está no funcionamento denso dos processos. A hipótese é a mesma dos nomes: uma formatação extrínseca fragmenta a noção. O exemplo ilustrativo é o verbo ler que pode ser quantificado ao introduzirmos um elemento que o determina por meio de uma formatação externa. Conforme o enunciado, adaptado do francês:


Ele leu o livro que tinha emprestado do amigo.
Glosa: Livro emprestado> Uma leitura do livro

A formatação ocorre externamente pelo complemento direto que está após o verbo leu. A partir do complemento inferimos que houve um empréstimo e, em seguida, houve uma porção de leitura. A retomada dessas nominalizações conferem estabilização parcial da noção ler. Uma leitura, embora não pré-formatada, possui um começo e um fim que se manifesta pelo formato livro.

O elemento importante da reflexão do funcionamento quantitativo e qualitativo dos processos está na base que oferece para pensarmos os processos enunciativos por meio de um

raciocínio inerente às formas linguísticas. Percebemos - a partir da descrição dos funcionamentos discreto denso e compacto do texto de Vogüé (1989) - que os processos obedecem ao mesmo mecanismo identificado nos nomes. No nível formal, essas operações revelam a porosidade entre as categorias de nome e verbo, fato que leva a concordarmos com a afirmação de Vogüé (1989) que os planos enunciativos são gerados por um arranjo específico do léxico. Esse arranjo identifica distintos funcionamentos enunciativos relativos à composição dos mecanismos quantificação e qualificação das noções. Vogüé (1989) arrola três estruturas enunciativas básicas geradas pelos discretos densos e compactos na predicação.

A primeira diz respeito à relação sujeito e predicado, regida pelo funcionamento compacto. Parafraseando Vogüé (1989), essa estrutura aproxima-se ao plano do discurso de Benveniste (2005). Na leitura de Vogüé (1989), são estruturas enunciativas nas quais se verificam a atribuição de propriedades a algo que serve de tema ao discurso do enunciador. Nesse contexto, o enunciador valida o seu dizer em face do interlocutor.

A segunda remete a ocorrências de funcionamento denso. Nessa estruturação, há mera constatação do conteúdo veiculado pelo enunciado. Nada é comentado pelo enunciador e, conforme Vogüé (1989), estamos diante de um recorte de uma “parcela do mundo” designada pelo enunciado. O enunciador, nesse caso, nada comenta e nada valida.

A terceira estruturação enunciativa remete ao funcionamento discreto. Os processos podem ser interpretados como uma ocorrência delimitada de um conteúdo nocional. São os acontecimentos que importam. Essa estruturação enunciativa remete ao funcionamento do plano da história de Benveniste no qual os eventos parecem narrarem-se a si mesmos. O efeito causado pela dimensão da história está no fato de os processos nela envolvidos não precisarem da validação por parte de um sujeito. Nesse caso o sujeito perde toda sua relevância no que Vogüé (1989) chama de um recorte de uma parcela do mundo. A validação e a estabilidade dos processos está, no caso do funcionamento da história, atrelado às marcas linguísticas.

A partir dessa reflexão proposta por Vogüé (1989) argumentamos que os planos enunciativos não são entidades pré-existentes ao processo de predicação. Esse fato é fundamental para explicar os diferentes valores semânticos que encontramos nos deslocamentos enunciativos. Tal fato conduz à fundamentação teórica a partir dos textos de Culioli (1990,1999a). Os movimentos propostos pela linguística remetem à construção de uma hipersintaxe léxico-gramatical que rompe com as categorias gramaticais estanques.

Discutimos também que Danon-Boileau (1993) foca mais nas representações enunciativas relacionadas às marcas linguísticas do Inglês. Simonin-Grumbach (1975) parece

mesclar as propostas de Benveniste e Culioli, ao introduzir elementos extralinguísticos e pragmáticos na formulação dos planos de enunciação. A partir dessas formulações, sustentamos que os operadores temporais são fenômenos globais no enunciado. Qualquer marca ou arranjo de marcas pode reenviar à temporalidade.

Como se pôde verificar, as reflexões sobre tempo ancoram-se, mormente, na discussão sobre as operações de localização. Nosso intuito foi recuperar as leituras fundamentais que sustentaram a compreensão do fenômeno que encontramos no *corpus* de pesquisa. O propósito foi demonstrar grande variabilidade de questões que o tempo deflagra. As pesquisas apresentadas nutrem-se das reflexões de Culioli (1990, 1999a). No capítulo seguinte, continuamos essa discussão instalando-a, agora, na TOE, segundo A. Culioli.

Capítulo IV

Arcabouço teórico: a articulação linguagem e línguas naturais

A seguir, apresentaremos os elementos teóricos centrais da presente tese. Justificamos a organização deste capítulo pautados no objetivo geral da nossa pesquisa: encontrar caminhos de diálogo entre a TOE e o ensino/aprendizagem de língua materna. Para tanto, o trabalho sustenta-se na trajetória de pesquisa de Onofre (2003) que versa sobre a relação entre linguagem e línguas naturais no processo de ensino/aprendizagem de produções textuais.

O objetivo central das pesquisas filiadas a essa forma de trabalho da pesquisadora é o de relacionar a abordagem enunciativa culioliana à pesquisa de fenômenos enunciativos que se instauram entre as dimensões de texto e gramática de textos produzidos em contextos de ensino/aprendizagem.

Na teoria culioliana, a articulação língua e linguagem torna acessível uma representação da atividade de linguagem que se origina por meio da observação da língua. Isso significa que há uma proposta, na TOE, de reger fenômenos linguísticos que emergem de um questionamento intuitivo do texto. Partindo dessas considerações, identificadas por nós no quadro teórico assumido, há a possibilidade de construir explicações metalinguísticas no rastro da intuição pressuposta por fenômenos linguísticos.

A intuição, supomos, é útil ao observador quando este está diante de um fenômeno observável. A intuição, portanto, é uma maneira informal de o locutor teorizar o sentido. Essa relação entre intuição e explicação de um fenômeno linguístico é interessante para uma discussão teórica de um observável linguístico. A partir dela, considera-se que o texto pode deixar pistas de um trabalho de regulação do locutor. A tarefa do observador, nesse caso, encontra-se, inicialmente, na fronteira entre intuição e teorização. Tal relação é fronteira porque o observador aborda um fenômeno impregnado de um olhar teórico que ainda não está completamente desenvolvido. É esse o objetivo de expor a discussão que Culioli (1990) propõe entre o empírico e o formal: descrever, em alguma medida, o jogo entre intuição e observação por meio de uma intuição dos mecanismos enunciativos temporais nos textos de vestibular. No caso focamos em ocorrências que remetem a um uso peculiar dos planos enunciativos temporais.

Dessa forma, partimos da observação de elementos empíricos²¹ presentes nas produções linguísticas dos alunos que podem ser explorados no escopo de uma abordagem enunciativa. No caso dessa reflexão, em particular, focamos na observação de como as formas linguísticas (os tempos verbais) selecionadas pelos alunos (locutores) podem levar à mistura dos planos enunciativos temporais. O seguinte exemplo representa a forma de trabalho adotada para identificar as ocorrências selecionadas:

(2) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações. A denuncia foi feita por moradores próximos do circo que ficaram indignados com as cenas de crueldade que viam constantemente. O circo foi fechado e atuado com uma multa no valor de cem mil reais.

Esse é apenas um dos muitos fatos que ocorrem no Brasil e no mundo relacionados ao mau trato de animais, sendo eles domésticos ou não. Alguns exemplos desses maus tratos são os rodeios carrocinhas, vaquejadas, circos, gaiolas, vivisseção, etc. Em nosso país existe a lei 9605, conhecida como lei de crimes ambientais que criminaliza a conduta de quem “praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

O excerto (2) foi considerado uma ocorrência, porque há duas localizações temporais implicadas em (2a):

(2a) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações.

Essa localização temporal emerge pela presença do pretérito imperfeito que parece se reportar a uma localização temporal situada no passado:

(2b) O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado <foi denunciado> por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações

O excerto (2b) abre o seguinte pré-construído:

(2c) Houve denúncia

O que (2c) revela é que a locução verbal “é denunciado” parece não localizar a referência ao passado gerada pelo pretérito imperfeito. O uso do pretérito imperfeito em (2b) pode levar a uma leitura que seleciona apenas a interpretação do valor temporal do passado ao mesmo tempo que o em valor temporal presente está presente pela locução “é denunciado”.

²¹ A vagueza intencional serve para marcar a importância da observação dos dados por meio de uma teoria dos observáveis. Em nosso entendimento, uma questão linguística nasce de uma percepção consciente e, a princípio, não científica do dado observável. Em alguma medida, foi dessa forma que chegamos a tematizar a questão da relação entre a forma verbal e a constituição dos planos de enunciação.

Outra forma de estabilização da interpretação de (2a) pode ser expressa pela substituição, em (2b), de <é denunciado> por <foi denunciado>, que conduz ao enunciado 2d:

(2d) O circo alegria, muito conhecido na região, **foi denunciado** por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que participavam de suas apresentações.

O excerto (2d) representa uma estabilização temporal que mantém o valor de passado ao se mostrar mais compatível com pretérito imperfeito. Mas é possível também manter o valor de presente substituindo o pretérito imperfeito pelo presente do indicativo:

(2e) O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participam** de suas apresentações.

Nesse caso, (2e) remete a uma estabilização temporal do presente.

Retomando os excertos, notamos que o destacado em (2a) é representativo de uma ocorrência temporal (realçada em negrito) que defendemos, ao longo da pesquisa, ser responsável remeter a distintas instanciações temporais ao instaurar uma referência enunciativa temporal deslocada que não remete ao valor de presente implicado em (2c). A partir de (2a) argumentamos que a escolha do tempo verbal parece deixar rastros do tipo de localização²² temporal presente no enunciado e que esses rastros podem chamar por diferentes planos enunciativos mais ou menos adequados ao contexto enunciativo em questão.

No intuito de se direcionar a discussão ao objeto de pesquisa faz-se necessário apresentar alguns elementos constitutivos do aporte teórico com base em uma seleção de questões presentes nos textos fundadores que julgamos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, não se pretende oferecer respostas a questões da ordem de uma gramática enunciativa. Por outro lado, objetivamos relacionar uma discussão de como as coordenadas enunciativas implicadas nos valores aspecto-modo-temporais são responsáveis pela constituição do que se reconhece na linguística da enunciação como planos de enunciação.

Sabemos que há diversos trabalhos (Danon-Boileau, 1993, Simonin-Grumbach, 1975, Dufaye, 2007, Rezende, 1992, Franckel, 2011, Gauthier, 1981, entre outros) – inspirados pelo conjunto de artigos reunidos sob a égide dos três volumes do *Pour une linguistique de l'enonciation* e dos seminários transcritos dos cursos de Culioli (1976) - em que se pode constatar uma apropriação não uníssona do pensamento culioliano. Um exemplo dessa

²² Utilizamos os termos localização e orientação para remeter à operation de repérage

afirmação está presente no texto de Dufaye (2007), que inicia a discussão metodológica de sua tese com a seguinte ressalva:

Je insiste sur le fait que ce travail de synthèse sera pour moi l'occasion de faire un point – je l'espère aussi explicite et honnête qu'il est possible – sur la manière dont j'apprehende les rouages d'une théorie qui se définit moins comme une doctrine institutionnalisée que comme un courant dynamique. Ainsi, si quelques remarques peuvent apparaître en décalage par rapport à la conception habituelle de certains aspects de la théorie, c'est essentiellement parce qu'elles se présentent à moi comme autant de problématiques stimulantes, et qu'il me semble par conséquent intéressant de les exposer comme telles²³. (DUFAYE, 2007, p.13)

O que o autor parece argumentar, de acordo com nossa leitura, é que os adeptos da TOE não buscam a adequação ou a sustentação estrita dos seus trabalhos por meio de uma reflexão ideal que busca reproduzir *ipsis litteris* a doutrina de seu fundador. O que, obviamente, não significa defender a inexistência de princípios organizadores que fundamentam a prática científica no seio dessa abordagem.

Pensamos que essa maneira de olhar para TOE é um traço essencial de um tipo de compreensão do modelo culioliano que julgamos ser de grande valia para a educação, pois toca na relação sujeito e objeto e pode ser ampliada a diferentes esferas da atividade humana, e pode ser estendida, por exemplo, ao nível metodológico, ou seja, àquele da atividade científica, em que se constata que a relação entre pesquisador e objeto é o produto de decisões racionalizadas, e no do linguagístico também, que é o em que o locutor opta pré-conscientemente por um caminho dentre os diferentes caminhos possíveis que lhe é apresentado durante o conjunto de situações enunciativas das quais participa.

A discussão apresentada, acreditamos, motiva diferentes formas de se pensar a relação teoria e prática, ao enfatizar a busca da articulação entre diferentes níveis linguísticos. Acreditamos que uma das potencialidades dessa reflexão é possibilitar ao pesquisador/professor uma base de cálculo para se formular questões e se discutir soluções locais generalizáveis para a questão da temporalidade levantadas pela observação de produções textuais de vestibular, produzidas em um contexto de ensino/aprendizagem.

²³ Tradução nossa: Eu enfatizo que esse trabalho de síntese será para mim a oportunidade de fazer um apanhado – eu espero que este seja o mais honesto e explícito quanto possível - do modo que apreendo os mecanismos de uma teoria que se define menos como uma doutrina institucionalizada do que como uma corrente dinâmica. Assim, se algumas observações podem aparecer deslocadas em relação à concepção habitual de certos aspectos da teoria, é essencialmente porque estas a mim se apresentam como problemáticas muito estimulantes, e parece-me, portanto, interessante expô-las como tais.

A ideia de articulação entre língua e linguagem é fundamental para se compreender a dinamicidade dos processos de predicação. A origem dessa proposta pode ser identificada em Benveniste (2005, 2006), linguista responsável, no contexto francês, por reintroduzir a discussão da linguagem na linguística. Culioli (1999a) afirma que é por meio de um testemunho distanciado, sem a pretensão de fazer história do discurso de Benveniste, que está o gérmen de sua proposta de articular língua e linguagem.

Para Culioli (1999a), o texto benvenistiano é complexo devido ao caráter hermético dos artigos, e, além disso, o uso terminológico que Benveniste fazia de certos conceitos tornava a interpretação deles obscura. Essa característica produziu uma série de precauções para o trabalho epistemológico com o texto de Benveniste (2005, 2006). Por esses motivos a relação entre língua e linguagem, no enfoque culioliano, pode ser considerada como a interpretação de Culioli sobre os ensinamentos de Benveniste.

No texto *Théorie du langage et théorie des langues* é notável o pioneirismo de Benveniste por considerar que a linguagem seria acessível apenas via uma construção teórica anterior. Dito de outro modo, a mera descrição dos fenômenos linguísticos não poderia conduzir à linguagem. Por essa razão conceitos clássicos como signo, morfologia, verbo, nome, entre outros precisam ser questionados, pois são descrições oriundas de um recorte da linguagem, como, por exemplo, é caso o signo saussuriano, ou de uma teorização bastante restritiva do que é linguagem, como é o caso da perspectiva clássica cujo enfoque reduz a linguagem à expressão do pensamento.

Desse modo, o conceito de noção é central e caracterizador dessa proposta teórica.

A enunciação é apreendida na atividade de linguagem, a qual necessita de uma forte teorização.

A teorização se faz pelo estabelecimento de um sistema de representação metalinguístico que visa identificar o funcionamento do que Culioli (1990) estabelece como o nível 1 da sua teoria. No nível 1 observa-se a atividade cognitiva cujo acesso impõe limites ao trabalho do linguísta.

O nível 1 está imbricado no que Culioli (1990) estabelece como nível 2.

O nível 2 são as formas linguísticas, ou seja, os organismos empíricos que são as línguas naturais.

A contribuição dessa teoria reside na utilização de um sistema de representação metalinguístico (que seria o nível 3) que seja capaz de propiciar, segundo Rezende (2000), a excentração em relação à própria língua sob observação e, assim, buscar as invariantes

dinâmicas que ajudem a reproduzir o funcionamento do nível 1. Portanto a TOE visa interligar o 3 níveis identificados por Culioli (1990) por meio de uma metalinguagem transcategorial que seja capaz de se adequar à dinamicidade da atividade de linguagem.

4.1 A relação empírico e formal: do empírico ao formal e vice-versa

Diante da significativa variedade presente na atividade de linguagem, Culioli (1990) define qual é a tarefa da linguística para o modelo enunciativo da TOE. No contexto da obra de Culioli (1990), a demonstração de quais são os objetivos de seu modelo surge da insatisfação teórica perante a amplitude de ciências que reclamam a linguagem como parte de suas discussões. Essa insatisfação remete ao fato de que a linguística confronta-se a todo o momento com o perigo de ver sua especificidade neutralizada por um processo de absorção a outros campos de conhecimento. Um argumento que reforça a postura de insatisfação de Culioli (1990) - dir-se-ia até mesmo de cautela - diante dos acoplamentos entre disciplinas, é a grande variedade de articulações rasteiras e redutoras que se podem estabelecer entre modelos linguísticos e outras áreas da linguagem.

As motivações que levaram Culioli (1990) a desconfiar dessas articulações apressadas têm relação com a existência de uma pressão social presente em todo o campo da atividade científica que limita a existência de determinadas áreas de pesquisa ao lhes atribuírem um papel meramente utilitarista que, por sua vez, motiva a construção de soluções a curto prazo e prejudicam o trabalho científico aprofundado. Um exemplo ilustrativo disso no texto culioliano é a retomada da fala de Meillet (*apud* Culioli, s/d) que define a linguística como uma ciência com objetivos próprios quando responde, ao ser questionado ao que serve a linguística²⁴, que a linguística não serve a nada²⁵.

O contexto de pesquisa apresentado pela TOE remete, em alguma medida, a desafios encontrados também no universo científico brasileiro no qual, ao mesmo tempo em que se convive com o futurismo e as necessidades de articularem-se domínios rapidamente, verifica-se uma grande complexidade no estudo da linguagem e das línguas. Essa complexidade justificaria também as dificuldades e, muitas vezes, os atalhos tomados para dar conta de problemas específicos.

²⁴ “A quoi sert la linguistique?” (Culioli, p.13, 1990)

²⁵ “La linguistique ne sert a rien.” (Culioli, p.13, 1990)

Enfim, Culioli (1990) chama a atenção para a necessidade, partindo dos pressupostos de seu modelo teórico e de seus objetivos, de não neutralizar a diversidade trazida pela linguagem e a especificidade presente na língua.

A desconfiança de Culioli (1990) direciona-se a metodologias de pesquisa que ou excluem a diversidade em benefício de uma delimitação radical ou a diluem neutralizando qualquer especificidade de um domínio. Em contrapartida, o modelo culioliano assume o desafio de enfrentar a questão da linguagem pelo ponto de vista das línguas, o que não significa que o teórico despreze a história da linguística.

Não obstante o teórico aponte que a fragmentação da linguística pode ser motivada por pressões sociais, não deixa de defender a existência de um elemento regulador que permite a inclusão de vários modelos sob o termo linguística:

[...] C'est ainsi qu'à l'heure actuelle la linguistique apparaît à la fois comme un lieu disciplinaire qui cherche à se constituer en tant que lieu de recherche, si possible, unitaire, e, d'autre part, comme un lieu impossible, où chacun veut se donner ses règles de homogénéité, qui varient selon les hétérogénéités acceptées ou refusées, d'où un domaine soumis à des pressions telles qu'il ne arrive pas à se constituer comme tel. (CULIOLI, p.11, 1990, grifo nosso)²⁶

A resposta do linguista à possibilidade de fragmentação do campo é a teorização e inclusão da linguagem no modelo sem que esta seja oriunda de acoplamentos. Para o teórico, a problemática da linguagem em seu modelo assume um papel regulador da própria linguística, pois não se pode escapar a essa questão, mesmo que seja para excluí-la ou incorporá-la.

[...] En tout cas, je continue à m'interroger sur la signification de ce terme [linguagem], non pour le rejeter mais pour lui assigner un rôle régulateur. (Culioli, p.11, 1990, grifo nosso)²⁷

O modo pelo qual Culioli ilustra seus argumentos sobre o papel da linguagem na linguística e o papel do objetivo do campo, que é a atividade de linguagem apreendida pelas línguas naturais, segundo seu ponto de vista, é pela exemplificação de um quadro geral de como se constitui a linguística. Seria inoportuno e descontextualizado transpor aqui esse quadro, uma

²⁶ Tradução livre: É dessa forma que neste momento a linguística aparece como um espaço disciplinar que busca se constituir enquanto um espaço de pesquisa, se possível, unitário, e, por outro lado, como um espaço impossível, onde cada um quer se atribuir regras de homogeneidade a si próprio, que variam de acordo com as heterogeneidades aceitas ou recusadas, assim tem-se um domínio submetido a tanta pressão que não chega a se constituir como tal.

²⁷ Tradução livre: Em todo caso, eu continuo a me perguntar sobre a significação desse termo [linguagem], não para rejeitá-lo mas para atribuir-lhe um papel regulador.

vez que ele foi transcrito no *Pour une Linguistique de L'enonciation* ²⁸ a partir de uma exposição oral do linguista e, de acordo com Culioli (1990), pode ser considerado caricatural, mas a referência ao estado geral da linguística, em nossa opinião, ressalta o estado de espírito profícuo do papel de regulatório da linguagem na disciplina.

A proliferação de setores de pesquisa e sua relação com outras ciências da linguagem é explicável mediante a identificação de como a linguagem é acomodada em um quadro teórico, fato que, mediante a aparente dispersão, nada mais faz do que suscitar sub-repticiamente um potencial de articulação do domínio.

O teórico parece ressaltar, ainda, que, diante do aparente paradoxo da constituição de um campo unificado, há uma questão de fundo comum que pode ser construída. Em outras palavras, a tese maior do modelo culioliano parece ser a proposta de que seria diante da diversidade aparentemente incongruente que reside o potencial de unificação. Arriscaríamos a afirmar que essa proposta perpassa todo o modelo culioliano, desde as hipóteses de funcionamento da linguagem na enunciação até a constituição do sistema de representação metalinguístico. Pode-se ilustrar a afirmação anterior a partir do texto inicial do PLE I em que se pode identificar como a questão da relação variação e invariância motiva os pressupostos teóricos e encaminha a reflexão enunciativa para a aplicação a questões linguísticas.

No caso da relação entre o empírico e o formal, Culioli (1990) exemplifica seu raciocínio, entre outros, questionando o potencial de generalização do conceito de passiva em francês. Em seu modelo é necessário partir das propriedades empíricas de um dado observável e colocar em evidência toda a complexidade e heterogeneidade de um fenômeno linguístico.

A passagem pelo empírico induz o questionamento do valor explicativo do próprio termo passiva, visto que em outras línguas a passiva não aparece da mesma forma que em francês. A questão central seria tentar elucidar o que de comum pode ser gerado a partir de fenômenos aparentemente distantes ou incongruentes. O desafio do modelo enunciativo culioliano é tentar regar ou, pelos menos, criar explicações formais, de alto valor generalizável, com o auxílio de um sistema metalinguístico robusto e adaptável ao surgimento de novas questões por meio do jogo entre teoria e prática.

²⁸ Doravante: PLE I

4.2 A tese da indeterminação da linguagem

Culioli (1999a), ao se referir às motivações que o levaram a construir a TOE, ressalta que o desafio de sua empreitada foi buscar a articulação entre linguagem e línguas naturais para dar conta da diversidade dos fatos linguísticos sem proceder a uma exclusão da intersubjetividade e do ajustamento que existe na atividade de produção e interpretação de textos orais e escritos.

O corte saussuriano, conforme a leitura de Culioli (1999a), e, conseqüentemente, a constituição do objeto de estudo idealizado como sistema da língua pareceu, em um dado momento, livrar a linguística da instabilidade da enunciação. No entanto, a delimitação do escopo de atuação trouxe alguns custos como, por exemplo, o reducionismo da variabilidade de representações existentes na atividade de linguagem dos enunciadores.

É a partir do contexto difuso dos resultados oferecidos pelo método descritivo que Culioli (1999a) questiona a possibilidade de se atingir uma harmonia do conjunto massivo de dados apresentados pela metodologia estruturalista que, segundo o teórico, tenderia à exposição de dados de diversas línguas - uma espécie mal-entendido harmonioso - sem reflexão teórica para articulá-los.

Tendo em vista a insatisfação para com o tratamento teórico oferecido pela linguística estrutural, Culioli propõe a criação de uma teoria dos observáveis:

Je me suis donc demande ce qu'était une théorie en linguistique: théorie des observables, ensemble de hypothèses soumis à validation, construction d'un système de représentations metalinguistiques explicite avec des propriétés de robustece, d'autocorrection et d'amélioration. (CULIOLI, 1999a, p. 11).²⁹

No rastro dessa empreitada teórica observa-se a delimitação de uma hipótese sobre o funcionamento da linguagem, além da construção de um sistema de representação metalinguístico.

Sabe-se que a TOE não traz uma reflexão pronta a respeito do ensino de língua materna, no entanto, segundo Rezende (2011), um ponto central para propor a articulação entre ensino e pesquisa, na ótica culioliana, reside na tese de indeterminação da linguagem cuja proposta

²⁹ Eu me questioneei então sobre o que era uma teoria em linguística: teoria dos observáveis, conjunto de hipóteses subordinadas a validação, construção de um sistema explícito de representações metalinguísticas com as propriedades de consistência, de autocorreção e de aprimoramento. (CULIOLI, 1999a, p. 11).

acreditamos ser definida pela seguinte passagem do texto de Culioli em que o autor faz menção à linguagem como sendo uma atividade epilinguística perpétua:

[...] Le langage est une activité que suppose elle même, une perpétuelle activité épilinguistique (défini comme << activité métalinguistique non consciente >>), ainsi qu'une relation entre un modèle (la *compétence*, c'est à dire l'appropriation et la maîtrise acquise d'un système de règles sur des unités) et sa réalisation (la *performance*) dont nous avons la trace phonique ou graphique, des textes. (CULIOLI, 1990, p. 19, grifo nosso)³⁰

Nessa perspectiva sobre a linguagem o significado é visto como o resultado da atividade dos sujeitos na língua. Não existiria, conforme a tese de indeterminação da linguagem, um conteúdo linguístico pronto na língua que não tenha antes passado pelo trabalho dos sujeitos.

Nesse sentido, a língua não pode ser encarada como um código, ou seja, não possui um conteúdo em si transmissível de um sujeito ao outro. Também, nessa perspectiva questiona-se a ideia de que os seres humanos se comunicam - pelo menos no sentido tradicional que a palavra tem na concepção comunicativa da linguagem.

O aforismo culioliano - de que a comunicação seria um caso particular de mal-entendido - ilustra bem a proposta da natureza não telemétrica da linguagem, pois ainda que os sujeitos possuam, formalmente, as mesmas regras para interpretação de um enunciado, variações significativas de interpretação podem ser geradas por meio da atividade parafrástica. É por isso que a compreensão é apenas um caminho dentre os diversos caminhos em potencial no seio da atividade de linguagem dos sujeitos.

A potencialidade de construção e ajuste dos sentidos mostra-se claramente na concepção de linguagem de Culioli (1990, *passim*), para quem a linguagem é uma atividade significativa de construção de representação que somente pode ser acessada por meio do texto. O analista, portanto, torna-se responsável por modelizar e reconstruir teoricamente essa atividade, que pressupõe um jogo intersubjetivo entre os enunciadores.

4.3 Da atividade de linguagem: operações de representação, referenciação e regulação

Até o momento foram apresentados alguns elementos que julgamos serem centrais para a delimitação do quadro teórico assumido. Ressaltamos que se trata de uma leitura da TOE que

³⁰ A linguagem é uma atividade que pressupõe uma eterna atividade epilinguística, (definida como “atividade metalinguística não consciente”), assim como uma relação entre um modelo (*competência*, o que quer dizer a apropriação e domínio adquirido de um sistema de regras sobre as unidades) e sua realização (a *performance*) cujo acesso nós temos pelos traços fônico ou gráfico, que são textos.

ênfatiza a postura de Culioli (1990) a respeito da teorização da atividade de linguagem e da constituição de um modelo que represente tal atividade.

Nos textos em que Culioli (1990) discute a constituição do sistema de representação metalinguístico notamos elabora es sobre o que ele considera como atividade de linguagem.

Nas explica es dessa atividade percebemos que o foco se direciona muito mais a explicitar o mecanismo da gera o dos sentidos na língua do que explicitar o papel do sujeito no processo gerador da linguagem, ou seja, o modelo não reduz a enuncia o ao escopo exclusivo de um sujeito que se apropria da língua e conseqentemente da linguagem. Por outro lado,   importante ressaltar o fato de que a teoria insere o sujeito no modelo como um tipo possível de localiza o   qual a língua pode proceder. Por isso, vale enfatizar a ideia de que a linguagem   um trabalho ou como afirma Culioli (1990) “une perpétuelle activité  pilinguistique” (Culioli, 1990, p.19, grifo nosso).

Após esse parêntese, passamos a expor como as opera es de representa o, referencia o e regula o detalham melhor a assun o de que a significa o resulta de um processo de produ o e reconhecimento de textos orais e escritos, sendo o enunciado a unidade básica escolhida como ponto de partida.

O acesso   atividade de linguagem ocorre pela produ o e/ou reconhecimento do enunciado. A hipótese central   que o enunciado   uma forma derivada de uma forma³¹ subjacente cujo acesso somente   possível pelo trabalho teórico e pela modeliza o.

Culioli (1990) organiza o acesso   linguagem por meio da instaura o de tr s níveis:

We have no access to the processes that originate the forms on which the shapes are based, but we have at our disposal the textual traces which point to such processes. If we call this inaccessible processing activity Level I, then the patterns of markers are Level II observables, and we are led to conclude that Level II observables are representatives of level I processes. We must therefore construct metalinguistic operations at Level III which will result in formal textual sequences, equivalent to Level II observables (we thus obtain representative of representatives). (CULIOLI, 1990, p. 178)³²

O linguista trabalha entre o nível II e o nível III tentando reconstruir teoricamente o que se passa na origem e que, inevitavelmente, elude a competência do linguista.

³¹ A repeti o   para demarcar que a opera o de linguagem subjacente ao enunciado   uma forma da forma.

³² Tradu o nossa: Nós não temos acesso aos processos que originam as formas nas quais as formas subjacentes estão ancoradas, mas temos   nossa disposi o traços dos textos, que apontam para tais processos. Se chamamos esta atividade de processamento inacessível de nível I, então as marcas textuais são observáveis de nível II, e nós somos levados a concluir que os observáveis de nível II são representantes de processos do nível I. Devemos, portanto, construir opera es metalinguísticas no nível III que resultarão sequencias textuais formais, equivalentes aos observáveis de nível II (Obtemos assim representa es de representa es).

A inacessibilidade do nível I exige a TOE da pretensão de construir uma gramática universal e evidencia, também, que se trata de uma teoria cujo objetivo é reconstruir as operações elementares que geram categorias gramaticais e arranjos linguísticos específicos. Ademais, é importante ressaltar que o termo categorias gramaticais difere em gênero e grau da noção clássica de categoria gramatical tal qual a encontramos na tradição prescritiva; na abordagem culioliana, categoria define-se “[...] comme la correspondance entre un ensemble d’opérations sur un domaine notionnel complexe et les marqueurs de ces opérations.” (Culioli, 1999a, p. 130)³³.

A elaboração dos processos de representação referenciação e regulação recebe dois tipos de explicações complementares de nível III. A primeira é a hipótese de que a atividade de linguagem obedece à operação tripla de representação, referenciação e regulação, e a segunda é o estabelecimento de operações primitivas que seriam responsáveis por reger a atividade de produção e reconhecimento dos dados observáveis.

No caso da atividade de linguagem, a operação primitiva mais importante é a operação de localização cuja natureza binária constitui o valor e a forma de um termo linguístico. As três operações se originam de uma composição complexa de um conjunto de operações de localização entre termos e valores referenciais.

A localização enunciativa é representada pelos operadores $\underline{\in}$, $=$, \neq , ω e $*$ que permitem a construção de diversas categorias linguísticas. Essas operações não parecem restringirem-se a alguma categoria gramatical específica, como atesta Dufaye (2007) ao caracterizar esses operadores como transversais. Os operadores em questão foram propostos por Culioli (passim, 1990, 1999a, 1999b), após a observação de diferentes fatos linguísticos, como operadores primitivos na constituição do enunciado.

O operador de localização $\underline{\in}$ desdobra-se nas operações de identificação ($=$) e diferenciação (\neq), as quais, na visão de Culioli, são derivadas da seguinte relação : se um termo x é localizado por outro termo y , então, y é localizador do termo x . Portanto, se há uma equivalência³⁴ entre essas duas operações pode-se afirmar que existe uma identificação entre x

³³ Tradução nossa: Uma categoria gramatical define-se como a correspondência entre um conjunto de operações sobre um domínio nocional complexo e as marcas dessas operações.

³⁴ Como no exemplo clássico em que as frases O chapéu é de Paulo é equivalente a Paulo está com o chapéu. Em algum momento O Paulo e o chapéu precisam estabelecer uma relação de identificação em que o “possuidor possui o possível e o possível é possuído” pelo possuidor.

e y, o que Culioli notaciona como $x = y$. Dessa relação de identificação chega-se à conclusão de que a identificação entre o termo x e y não é estrita, então propõe-se também x como diferente de y. A operação ω marca a ausência de relação entre dois termos, ou seja, trata-se uma ruptura em relação à enunciação. E o * uma composição dos valores $=$ e \neq .

Considera-se que as operações de localização são relevantes também para a identificação da relação que se instaura entre uma situação de enunciação origem³⁵, o momento de locução³⁶ e a léxis³⁷. Essas operações ajudam a identificar os valores temporais presentes no enunciado. Entende-se aqui como valores temporais todas as formas linguísticas que se podem observar no português que procedem a localizadores temporais.

(2) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações. A denuncia foi feita por moradores próximos do circo que ficaram indignados com as cenas de crueldade que viam constantemente. O circo foi fechado e atuado com uma multa no valor de cem mil reais.

Esse é apenas um dos muitos fatos que ocorrem no Brasil e no mundo relacionados ao mau trato de animais, sendo eles domésticos ou não. Alguns exemplos desses maus tratos são os rodeios carrocinhas, vaquejadas, circos, gaiolas, vivissecação, etc. Em nosso país existe a lei 9605, conhecida como lei de crimes ambientais que criminaliza a conduta de quem “praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Com base no que foi exposto em (2) almejamos defender que em (2b):

(2b) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações.

O uso do pretérito imperfeito pode alterar a interpretação do presente do indicativo nas duas primeiras linhas do exemplo ao suscitar uma formatação temporal da noção <ser denunciada>. Acreditamos que essa quebra introduz uma alteridade forte (\neq) que pode mudar o valor de ruptura (ω) gerado pelo uso do presente e pela presença da data. Parece-nos que a permanência do pretérito imperfeito leva a perder o valor de desenrolar dos eventos no tempo instaurado pela data.

O exemplo clássico de Culioli ³⁸(1990) discute a questão da orientação no nível predicativo, no entanto, o fato de se poder considerar essa operação como transversal permite-nos simular os orientadores temporais a que o exemplo destacado (2b) procede pela

³⁵ Sit₀.

³⁶ Sit₁

³⁷ Sit₂

³⁸ O Chapéu é de Paulo.

parafraseagem, que acreditamos desambiguar os valores temporais implicados em (2b). Em alguma medida, o exercício de parafraseagem representa diferentes instanciações de um Sit em relação a um dado conteúdo predicativo (léxis).

A operação de representação é regida pela relação de identificação e diferenciação de um ponto x em relação a um domínio nocional p munido de um interior e de um centro organizador. Por sua vez, a operação de referenciação obedece aos mesmos princípios da operação de localização, a única diferença é que o jogo de localização ocorre entre um domínio nocional munido de um centro organizador, que lhe propicia propriedades discretas, e um sistema intersubjetivo de coordenadas enunciativas. São objetos linguísticos construídos e dotados de uma razoável estabilidade que são submetidos a relações intersubjetivas.

O contorno referencial constituído pode ganhar outro contorno pela regulação não consciente ou consciente dos sujeitos enunciadores. Trata-se de um ajuste intrasujeito (i.e. entre o sujeito e as formas linguísticas) e de um ajuste intersujeitos (i.e. entre sujeitos).

A operação tripartida é responsável por representar o caráter plástico da linguagem e não pode ser concebida separadamente. Cada ponto do sistema linguístico remete ao conjunto de operações de localização implicados em cada fase do sistema tripartido. A diferença entre as três operações reside na ênfase diferente de cada operação em relação a uma noção, sendo cada uma delas representantes de um trabalho em cima de um conteúdo nocional estabilizável que pode ser palco de sucessivas determinações subsequentes que, por sua vez, estão suscetíveis a novas orientações.

4.4 O modelo metalinguístico culioliano: objetivo ou subjetivo?

Tendo em vista o papel do analista, que é o de acessar a atividade de linguagem por meio da construção de um sistema de representação metalinguístico, é que se vislumbra a possibilidade de articulação entre teoria e prática.

Pode-se dizer que na TOE o sentido de articular teoria e prática está na reformulação de hipóteses teóricas a partir de seu contato com o objeto de análise. Tal procedimento metodológico é central nesse quadro teórico.

Os trabalhos na TOE se preocupam com a constituição de uma representação metalinguística invariante a partir da variação experiencial de um dado observável e enfatizam a importância da interpretação intuitiva e do contexto como uma primeira percepção consciente de um fenómeno linguístico.

Nesse sentido, um desafio metodológico fundamental da análise linguística está na dificuldade de a percepção consciente (*hermenêutica*), por si só, contribuir para uma distinção clara entre a representação metalinguística de uma marca específica e suas diversas interferências contextuais. Encontramos essa discussão com maior profundidade em Dufaye (2007).

A abordagem defendida por Dufaye (2007) retoma a mesma postura crítica de Culioli (1990) em relação à sobrevalorização dos dados em função da teoria. Essa crítica dirige-se a qualquer tipo de pesquisa empírica que almeja deduzir um princípio geral por meio da multiplicação excessiva dos dados. A partir desse ponto de vista, o procedimento inverso também é pouco satisfatório: a teorização excessiva que neutraliza a variação à medida que toma um modelo formal como irreduzível a influência dos dados.

Em Dufaye (2007), observa-se a intenção de se conservar a faceta qualitativa da análise linguística. Essa faceta qualitativa evidencia-se pela consideração da percepção consciente do texto em um contexto distribucional apropriado. A conservação, no quadro da TOE, de uma espécie de senso comum presente na linguagem e a necessidade de teorização para explicá-lo é o que leva Dufaye (2007) a questionar uma leitura realizada por Auroux (*apud* Dufaye, 1991) globalmente objetivista do quadro metodológico culioliano. Esse questionamento não se posiciona contra a constituição de um discurso metalinguístico coerente e estável, pelo contrário, tenta submetê-lo a testes por meio do retorno ao contexto englobante de um dado observável.

O movimento metodológico do empírico ao formal equivale a apostar, em nossa opinião, que a relação entre o observável e o observador requer a presença de uma dimensão qualitativa na situação de aprendizagem. Em outras palavras, o material linguístico partilhado historicamente entre os sujeitos pode assumir diversos graus de apropriação. Um dos objetivos centrais de um ensino pautado na TOE é gerar um tipo específico de consciência metalinguística sobre a língua que não separe o senso comum (*hermenêutica*) de uma possível sistematização ou generalização de um determinado fato de língua. A aposta está na possibilidade de demonstrar um princípio organizador dos textos por meio da identificação dos valores e operações subjacentes aos enunciados. Esse recurso teórico-metodológico pode ser usado para a constituição de um quadro gramatical exaustivo como também para que o professor organize o texto do aluno, formule problemas e soluções locais na busca da conscientização da complexidade da língua.

Com essa visão teórica em destaque é que se propõe uma discussão sobre o ponto de vista temporal do enunciador na constituição do plano de enunciação em textos dissertativos. O foco está especificamente em contextos linguísticos nos quais se ressaltam a presença das categorias aspectual, modal e temporal. Acreditamos que olhar para o texto dessa maneira suscita alguns caminhos de articulação entre texto e gramática no ensino de língua materna. Objetivamos chamar a atenção para as possibilidades de significação evocadas pela interação entre tempos verbais e seu contexto, a qual pode trazer consequências positivas e/ou negativas para a produção textual.

Primeiramente, ressalta-se a importância de se pensar o ensino de LP pela integração entre a gramática e o texto. A partir desse ponto de vista, nota-se que as atividades de produzir e de interpretar textos são concebidas de forma dialógica. Trata-se de levar o aluno a operar com as diferentes construções linguísticas verificando os sentidos que são gerados.

4.5 Algumas considerações teóricas acerca da noção

Até o momento foram apresentadas as hipóteses centrais da atividade de linguagem que motivaram Culioli (1990,1999a) a criar um sistema de representação metalinguístico a partir da observação de diversos fenômenos presentes nas línguas naturais.

Para detalhar melhor o funcionamento dessa atividade, o quadro culioliano pauta-se no emprego metalinguístico do termo noção. No intuito de cercar seu significado, Culioli (1999a) afirma que a noção remete a três aspectos constitutivos: o primeiro aspecto remete ao objetivo de seu programa de pesquisa de articulação entre linguagem e línguas naturais, o segundo ao metodológico e o terceiro ao empírico.

Em outras palavras, os três aspectos mencionados remetem à recusa do linguista de simplificar ou recortar a linguagem de seu modelo, pois para dar conta de representar a dinamicidade da atividade de linguagem nas línguas, no modelo enunciativo culioliano, faz-se necessário inserir as propriedades físico-culturais que, embora ultrapassem o âmbito linguístico, estão também presentes nos enunciados.

Torna-se, portanto, necessário representar o que de inacessível pode estar suscitado nas línguas naturais, que se deixa visível indiretamente por meio de uma forma das formas acessível, apenas, via trabalho do linguista pautado na atividade pré-consciente do falante de comparar, discriminar, aproximar e proliferar os enunciados.

A noção sintetiza um conjunto de questões empíricas abordadas por Culioli (1990) em sua trajetória de pesquisa. Essa trajetória aparece historicamente organizada e resumida no texto *Sur le Concept de Notion* do PLE I em que o autor retoma duas operações primitivas utilizadas para dar conta de alguns problemas relacionados à lógica (a reflexão sobre a insuficiência dos valores de pertencimento e inclusão em línguas que não possuem marcas explícitas dessas acepções) e à lexicologia, que se mostra insatisfatória do ponto de vista do modelo culioliano.

Dentre os problemas tratados naquele artigo (PLE I), destacam-se as propostas de abordar o problema semântico oferecido por outras disciplinas por meio das operações de localização e o conceito de léxis³⁹, que segundo Culioli (1990) seriam importantes para o desenvolvimento do termo noção e da estruturação do domínio nocional.

Do conceito de léxis deriva a delimitação da problemática da noção, sendo ambos os conceitos metalinguísticos relacionados ao propósito de se construir uma forma representacional que responda às exigências de apreender a predicação. Culioli (1990) explica também, nesse contexto, que o tratamento lexicológico e lexicográfico não ofereceram respostas à sua proposta enunciativa simplesmente por responderem mais aos propósitos classificatórios da enumeração de definições, muito recorrentes em dicionários, do que ao da modulação dos sentidos presente na atividade de linguagem. Conforme Culioli (1990):

La lexicologie est très souvent à relier à la lexicographie et elle présent, pour simplifier, deux inconvenientes pour ce que se fait ici. Le premier est qu'elle répond à des considerations d'ordre classificatoire indispensables dans un dictionnaire mais qui, liées à tout système alphanumérique, fait qu'on a seulement accès à des sens repertoriés qui correspondent dans certains cas à des grandes sphères d'emploi, mais qui ne permettent pas de traiter tout un ensemble de problèmes concernant les ajustements et les métaphores notamment. Le deuxième est que les essais qui ont été faits pour ramaner le répertoire à une analyse componentielle en sèmes ne se révèlent pas très fructueux (peut-être était-ce une étape inévitable) parce que cela reste une sorte d'associationisme sémantique où l'on a sèmes et des relations (essai de structuration du domaine) qui ne vont pas très loin parce que lorsque'on veut s'occuper entre langage et langue on est obligé d'avoir des points d'articulation hybrides où le linguistique est necessairement allié à du non linguistique. (CULIOLI, 1990, p. 49-50) ⁴⁰

³⁹ Escolhemos manter a grafia do termo original do francês e introduzir o acento. A léxis é um conceito primitivo que regra a geração de relações predicativas, ou seja, é uma representação de uma forma estruturante de predicados.

⁴⁰ Tradução nossa: A lexicologia está muito frequentemente ligada à lexicografia e ela apresenta, para simplificar as coisas, dois inconvenientes para o que se faz aqui. O primeiro é que ela responde a considerações de ordem classificatória indispensáveis em um dicionário mas que, ligadas a todo sistema alfanumérico, faz com que se tenha apenas acesso a sentidos repertoriados que correspondem em certos casos a grandes esferas de emprego, mas que não permitem tratar todo um conjunto de problemas concernentes aos ajustamentos e às metáforas em especial. O segundo é que as reflexões que foram feitas para reconduzir o repertório a uma análise componencial em semas não se mostram muito frutuozas (talvez essa tenha sido uma etapa inevitável) porque nelas ficam uma

O termo noção, portanto, tem para a reflexão culioliana grande importância porque remete a uma representação de alto potencial generalizável para dar conta do que Culioli (1990) chama de dados observáveis. Nota-se com isso que esse sistema de representação complexo de propriedades físico-culturais não é apreensível exclusivamente por meio do linguístico e remete a problemas que vão além do que o linguista pode oferecer. Por outro lado, arriscaríamos a dizer que se encontra nesse jogo entre algo inapreensível em sua totalidade e implicado nas formas linguísticas o caráter metodologicamente híbrido do termo, que se situa entre uma hipótese da linguagem e a construção de mecanismos formais dinâmicos capazes de apreender o caráter intensional das propriedades físico-culturais filtradas pelos termos linguísticos.

4.6 A predicação no modelo enunciativo: a ocorrência

A noção tem um estatuto teórico importante na constituição dos enunciados visto que instaura um ponto de vista linguístico sobre o problema da representação (meta)linguística e, conseqüentemente, da linguagem. Desse ponto de vista, a relação que se pode travar com outras abordagens induz a teoria a indagar em que medida a variação do formalismo sobre a noção de predicado construída fora do domínio da TOE dá conta de representar a dinamicidade e o ajustamento presente na atividade de linguagem.

Desse modo, Culioli (1984) defende que as diferentes maneiras de representar a forma que instancia dois pivôs a partir de um pivô⁴¹ (léxis) respondem a diferentes objetivos de pesquisa, e que em alguma medida há, ao mesmo tempo, consenso tímido no modo de se perceber a estruturação da predicação. No entanto, a questão fundamental que o modelo culioliano quer extrair dessa percepção comum dos vários empregos do termo predicado é a seguinte: como seria possível conceber a estruturação dos termos categorizados como, por exemplo, a relação nome e verbo a qual, fora do escopo de línguas românicas, não tematiza o verbo como o responsável pelos papéis de colocar termos em relação? Colocar a questão nesse nível seria relevante, segundo Culioli (1984), para se teorizar como se passa de um domínio a outro ou como a linguística se articularia a outros domínios.

espécie associacionismo semântico em que se tem semas e relações (tentativa de estruturação do domínio) que não vão muito longe porque quando se almeja se ocupar da relação entre língua e linguagem nós somos obrigados a ter pontos de articulação híbridos em que o linguista está necessariamente aliado ao não linguístico.

⁴¹ Termo traduzido de Culioli (1984) para marcar um esquema comum nas terminologias: frase, sintagma, sentença, enunciado, léxis etc.

O estabelecimento de níveis linguísticos e a estabilização formada por uma atividade descritiva dos fenômenos linguísticos é uma etapa necessária porque evidencia o caráter variado das línguas e marca a necessidade de constituição de um quadro que permita a generalização.

O posicionamento culioliano em relação a representações predicativas como a tradicional, que se estrutura a partir da relação nome e verbo, é divergente, pois propõe um nível anterior a essas organizações. Isso parafraseia, aproximadamente, o que podemos apreender da seguinte passagem sobre a generalização da predicação em uma fala transcrita de Culioli (1984) que aborda o tema da relação nome e verbo:

Supposons que nous ayons mis au clair nos positions respectives, nos divergences et convergences, les raisons de nos démarches. Il reste un certain nombre de points essentiels sur lesquels l'accord devrait se faire; il faut distinguer, à un moment de l'analyse, un operateur abstrait de relation et un spécificateur notionnel, même si, le plus souvent, la catégorie verbale semble subsumer ces deux caractéristiques de façon privilégiée. (CULIOLI, 1984, p. 247)

42

A discussão levantada por Culioli (1984) supõe a necessidade de se ultrapassar a oposição nome e verbo.

Como afirma Onofre (2003), em uma reflexão sobre o caráter dinâmico da noção, desde a antiguidade tem-se atribuído ao nome a noção de objeto e ao verbo a noção de processo. A concepção que parece sustentar tal categorização das partes do discurso é aquela da relação entre linguagem/realidade.

O limite da concepção de linguagem clássica está no fato de se considerar que alguns sistemas linguísticos seriam representantes universais de uma dada realidade:

Essa definição consensual dada para o nome como objeto e para o verbo como processo foi contestada por Benveniste para quem tal definição incorre em dois erros. O primeiro deles está em considerar como universais as formas estabelecidas por alguns sistemas linguísticos para representar a realidade, o que se dá pela oposição nome/objeto, verbo/processo. O segundo está em buscar uma relação natural entre os dados linguísticos e dados da realidade que esses representam. (ONOFRE, 2003, p. 58, grifo nosso)

A discussão dos limites da estrutura predicativa clássica foi apontada também por Benveniste (2005) ao questionar o poder explicativo de se definir as categorias nome e verbo

⁴² Suponhamos que tenhamos clarificado nossas respectivas posições, nossas divergências e convergências, as razões de nossas pesquisas. Resta ainda um número de pontos essenciais sobre os quais o acordo deveria se manifestar; É necessário distinguir, em um momento da análise, um operador abstrato de relação e um especificador nocional, mesmo se, ainda que seja frequente, a categoria verbal pareça concentrar essas duas características de modo privilegiado.

recorrendo apenas às noções de objeto e processo. O apontamento dessa insuficiência são flagrantes diante da existência de línguas como a tubatulabal:

[...] Há aquelas [línguas] em que o tempo não se expressa pelo verbo. Por exemplo em tubatulabal a expressão do passado liga-se ao nome, assim hani.l, casa, realiza-se hani.pi.l para veicular a casa no passado” (“o que era uma casa e não o é mais”). (ONOFRE, 2003. p. 58 grifo nosso)

A língua tubatulabal reforça a ideia de que predicação é uma atividade dinâmica e corrobora com o argumento de que a definição clássica da categoria nome e verbo é fragmentária tanto pelo apelo ao caráter semântico (objeto e processo) quanto pela delimitação de caráter formal (morfológicos) uma vez que não enfatiza o papel importante da articulação dessas duas dimensões.

Na TOE, a predicação ocorre pela delimitação linguística de uma noção em predicado e todo enunciado convoca dois elementos: a noção e a ocorrência de uma noção. Entre a noção e sua ocorrência Vogüé (1993) ressaltava a existência de uma distância entre o dizer e o mundo. A possibilidade de diminuição dessa distância, gerada pela enunciação, não instaura um decalque entre as palavras, os sentidos e as coisas e sim uma relação entre esses componentes. Essa relação é responsável por configurar o cenário do enunciado.

Calcular esse cenário é o mesmo que determinar qual o tipo de ocorrência de uma noção é convocado por uma configuração enunciativa.

Uma noção, que pode ser representada por um nome como *livro*, por exemplo, pode instaurar diferentes ocorrências de <livro> particulares:

- (3) Estou procurando um **livro** para passar o tempo.
- (4) O **livro** que você me emprestou é ótimo.
- (5) Não se deve tratar um **livro** dessa maneira.

As ocorrências anteriores são possíveis instanciações da noção <livro>.

No exemplo (3), percorre-se a classe dos livros em busca de um livro que não apresenta nada de particular em relação a outros livros que servem para passar o tempo. Não existe uma particularização do livro que se procura.

Em (4), há a seleção de um livro particular.

No enunciado (4), livro é instanciado a partir de uma generalização representando toda a classe da noção <ser livro>.

As ocorrências de uma noção, na ótica enunciativa de Culioli (1990), não são representantes diretos do real: não são nem a língua nem o mundo e sim algo entre esses dois lugares.

As formas linguísticas geradas nos enunciados reconstroem os processos, os objetos e os sujeitos que participam do mundo. Nesse contexto teórico, os processos, os sujeitos e os objetos emergem de representações convocadas pelos enunciados. As ocorrências de uma noção estão em uma relação complexa com a noção.

No caso dos verbos poderíamos pensar em aproximar o mesmo raciocínio metalinguístico para dar conta dos tempos verbais. É o que sugere Vogüé (1993) ao argumentar que as marcas morfo-lexicais têm um fundamento semântico. Por isso, é possível visualizar, no caso de um verbo como *ver*, uma ocorrência mais ou menos singularizada da noção <ver>. Essa relação convoca enunciadores para participar dessa ocorrência? Que tipo de estabilidade ela gera nos processos de referência de um enunciado? Trata-se de um <ver> que se estabiliza por convocar em cena um observador? Houve uma formatação de *ver*?

Todas essas questões colocam em foco o cálculo do tipo de relação de alteridade que se estabelece entre a ocorrência e a noção. Se se predica, por exemplo:

(6) Somente depois de quatro anos Marília **viu** sua família.

No enunciado (6) pode-se dizer que existe uma relação de localização entre o valor temporal dado pelo período de quatro anos e uma ocorrência singular da noção <ver>. Nesse caso, pode-se afirmar que o pretérito perfeito singulariza um evento específico, que é o encontro de Marília com a família após um longo intervalo de tempo. O pretérito perfeito não coloca em cena uma anterioridade em relação a um momento presente apenas determina uma ocorrência do evento <ver sua família>, que, por sua vez, é localizado pelo valor temporal <somente depois de quatro anos>. Essa relação de localização complexa cria uma relação adjacente entre o intervalo de quatro anos e o encontro de Marília com a família.

(6) Correram quatro anos. Marília não **viu** mais sua família, apenas visitava a filha.

Em (6) não é possível estabelecer qualquer formatação para a noção <ver>. Isso ocorre porque não é possível localizar qualquer ocorrência singular de <ver> em relação ao intervalo de quatro anos. Não há dimensão ou singularização que marque a passagem de <ver> <para

não ver>. Da mesma forma, não se sabe se a interrupção do <ver> aconteceu em algum momento do intervalo de quatro anos. Tais constatações colocam em cena uma noção de <ver> que se aproxima mais de uma interrupção de uma atividade. Pode-se inferir que para Marília não ver mais sua família em algum momento ela precisou vê-la. O interessante é que não é possível determinar em que momento essa ocorrência da noção aconteceu, por isso é mais coerente atribuir ao <ver>, em (2), um valor misto entre o singularidade e exemplaridade.

Os exemplos (5) e (6) podem ser aproximados a dois tipos de divisões da noção sugeridas por Vogüé (1993): *singulares* e *exemplares*.

A singularidade é uma operação que instancia a noção em um momento determinado. Por essa razão verifica-se uma divisão da noção de <ver> a cada ocorrência.

As noções exemplares não instauram a fragmentação de uma noção. Nesse tipo de ocorrência não é possível singularizar a noção. Nesse caso, ela fornece um polo de referência que permite apenas distinguir a ocorrência da noção fora de uma coordenada espaço/temporal.

Pode-se ilustrar uma ocorrência exemplar da seguinte maneira:

(7) Onde já se viu tamanha perversidade!

Dentre as possíveis formas de perversidade, observa-se o realce de um valor específico de perversidade. Já se viu várias e várias formas de perversidade, mas a perversidade constatada é um alto grau de perversidade. O relator <viu> não se instancia porque é convocado para construir uma divisão das possíveis classes de perversidade. Podemos pensar que a noção <viu> abre espaço para o seguinte pré-construído:

(7a) Já se viu perversidades e perversidades, mas jamais uma perversidade como a perversidade constatada.

(8) O pediatra partiu para ver a criança doente.

Em (8) a sua partida não permite afirmar que a criança foi examinada pelo médico. Dessa forma, não se verifica a instanciação de uma ocorrência singular de <ver>.

O intento, na presente discussão, não é transpor a mesma organização esquemática da análise de Vogüé (1993). O esquema proposto pela autora apresenta maior rigor nas manipulações e propõe um quadro de relações de alteridade que perpassa ocorrências singulares e exemplares.

A retomada de seu raciocínio possibilita pensar que as marcas morfológicas responsáveis por veicular o tempo, modo e aspecto possuem um fundamento semântico que é construído a partir da interação de uma marca com seu cotexto e contexto. Desse modo, a identidade de um tempo verbal não apresenta um sentido de base.

O que se pretende é demonstrar que o parâmetro abstrato T é calculado a partir de um jogo de identificações que obedece ao mecanismo de localização proposto por Culioli (1990). O mecanismo não é transparente e não apresenta uma correspondência direta entre um dado tempo verbal e uma dada organização da tripartição do tempo. O que se quer enfatizar é que a localização de uma ocorrência é uma operação fundamental na constituição do Sit.

A passagem da noção para a ocorrência de uma noção é apreendida no nível do enunciado e, conseqüentemente, conduz à ideia de que enunciar seja equivalente a delimitar um espaço, ou seja, um cenário que se estrutura na dimensão linguística. Logo, o espaço enunciativo não remete a um quadro referencial pré-estabelecido. Na perspectiva da enunciação culioliana, a referência é construída no enunciado, que, por sua vez, delimita a divisão de uma noção. Desse modo, a ocorrência é delimitada pela interação de uma unidade linguística com outra, o que significa que as marcas linguísticas possuem uma forma de existência fenomenológica própria. Antes de passarmos a uma discussão dos exemplos de nosso *corpus* defendemos a importância de retomar uma reflexão sobre a alteridade no quadro da enunciação. Essa reflexão demonstra a transversalidade dos jogos de alteridade.

4.7 A alteridade

A reflexão apresentada a seguir discute o que significa falar em alteridade em um quadro teórico cujo propósito central é restituir a enunciação por meio do enunciado, sendo, nesse contexto, a enunciação compreendida como resultado de um conjunto conexo de diversas operações de linguagem. A partir do ponto de vista da Teoria das Operações Enunciativas (TOE), pretendemos, também, demonstrar como essa forma de conceber a alteridade oferece um quadro metalinguístico que pode ser usado para calcular as diferentes configurações enunciativas das formas linguísticas. O quadro metalinguístico ora proposto funda-se na operação de orientação, que é fundamental no modelo enunciativo culioliano. O propósito da

discussão é demonstrar que a alteridade é deformável e que a língua, ao se servir dessa operação enunciativa, oferece diversas maneiras de organizar o diálogo.

A forma adotada para desenvolver a reflexão faz-se com base na demonstração de algumas diferenças existentes entre a abordagem referencial e a abordagem linguística da alteridade. O que se objetiva demonstrar, basicamente, é que a abordagem enunciativa culioliana não rejeitaria os valores de verdadeiro e falso, mas, por outro lado, não os consideraria como resultado de uma relação de adequação ao mundo. Para levar adiante a discussão proposta, decidiu-se começar com a apresentação de quais valores de alteridade perpassam os modelos referenciais ⁴³e linguísticos.

Ao final, ilustrou-se a noção de alteridade da enunciação a partir da análise de um marcador discursivo (MD). Não se pretende esgotar a discussão nem propor uma análise exaustiva dos preceitos apresentados.

4.7.1 A perspectiva linguística “pura” da alteridade

Em Benveniste (2005), Culioli e Jakobson (*apud* Vogüé e Paillard, s/d) constatamos a problemática da alteridade pelo ponto de vista da linguística. Por meio de suas abordagens verifica-se como as marcas de construção da referência são concebidas.

Jakobson (*apud* Vogüé e Paillard, s/d) ressalta a presença de determinadas marcas na língua responsáveis pela ancoragem do enunciado na situação de enunciação. Essas marcas são conhecidas como embreantes, categoria responsável por instaurar a referência. Os embreantes são parte de um conjunto de formas precisas da língua e preenchem uma das várias funções da linguagem. A descrição dessas marcas conduz ao estabelecimento de uma relação com o extralinguístico. Esse movimento seria um caminho pelo qual a linguística “pura” poderia se unir à pragmática. A alteridade seria, portanto, concebida como a relação entre os protagonistas reais da interação.

Benveniste (1958) assume uma posição um pouco diferente, a ancoragem dos enunciados na situação de enunciação seria o elemento essencial da linguagem e não apenas uma de suas funções. Consequentemente, sua proposta engloba todos os embreadores de Jakobson (*apud* Vogüé e Paillard, s/d), por esse motivo os embreadores não são mais vistos como um fenômeno local pelo fato de a própria linguagem ser a responsável pela constituição

⁴³ Está-se considerando como modelos referenciais do sentido a Teoria dos Atos de Linguagem, a semântica formal, a lógica proposicional e a pragmática.

do sujeito. Desse modo, a abertura para o extralinguístico é encarada como um efeito do linguístico. Pode-se afirmar, portanto, que o sujeito é construído por meio da linguagem, ainda que ele se mantenha, talvez, exterior a ela.

Nos textos de Benveniste (1959, 1958) a alteridade é um pouco diferente. Verifica-se uma alteridade intersubjetiva em que a subjetividade só pode constituir-se na relação com o outro e uma alteridade em que toda forma de subjetividade cessa. Esse segundo tipo de alteridade se manifesta na oposição História e Discurso.

Na perspectiva benvenistiana, encontram-se três princípios: deslocalização, construção, alteridade estruturada. Vogüé e Paillard (2011) afirmam que esses princípios estão também no modelo culioliano, mas a abordagem de Culioli pode ser considerada o oposto das teses de Benveniste (1958, 1959).

Para Culioli, a linguagem não tem como função primordial a constituição do homem, embora isso possa ser um efeito, ela teria como propósito central dizer o mundo. No entanto, para dizer o mundo, há a necessidade da constituição de um sujeito. A estruturação não é mais vista como um fim e sim um meio para dizer o mundo. Por esse motivo essa estruturação é concebida como plástica e interna à língua.

4.7.2 Dos diferentes valores de alteridade

Os valores de alteridade que serão apresentados foram propostos com o objetivo de determinar o que significa alteridade na perspectiva da TOE. Para tanto, optou-se por fazer interlocução com o discurso de abordagens referenciais do sentido. Tal discussão constituiu-se baseada na representação que Vogüé e Paillard (2011) possuem das abordagens referenciais da linguagem. Em seu trabalho, os autores discutem como a linguística enunciativa culioliana se orienta em relação àquelas abordagens.

Considera-se que esse tipo de apresentação sempre corre o risco de ser encarada como uma redução caricatural do discurso alheio. Por outro lado, julga-se a síntese necessária, pois torna possível a identificação de questões de princípio, comuns a todos quadros teóricos que se preocupam com o estudo das línguas e da linguagem.

Parece que a melhor maneira de se abordar a questão seja, primeiramente, identificar quais termos-chave perpassam os modelos escolhidos.

4.7.3 Alteridade por um viés linguístico

Considera-se que o estudo da alteridade é composto por cinco valores: o mesmo, o outro, o múltiplo, o verdadeiro e o falso. O mesmo e o outro têm relação com o verdadeiro e o falso, mas esses dois conjuntos de valores, em geral, são abordados separadamente, por exemplo, em abordagens que defendem que o enunciado está em uma relação direta com o mundo.

Na concepção referencial da linguagem, o linguístico é um suporte para uma forma de agir no mundo. Em contraponto, na linguística da enunciação a relação entre o linguístico e a enunciação assume formas variadas, ora reservando uma categoria de marcas para a referência ao mundo por meios dos sujeitos enunciadoreis, ora apagando qualquer referência direta ao mundo e aos sujeitos enunciadoreis.

A abordagem que se assume aqui se diferencia das outras, no modo de conceber a alteridade, ao defender que esses valores são resultado de uma construção linguística.

Conceber a alteridade por um viés linguístico, para a TOE, significa defender que são as marcas da língua que instauram as relações entre o mesmo (Eu, verdadeiro), o outro (falso, Tu) e o múltiplo (heterogeneidade, Tu diante Eu, Eu diante do Tu, nem Eu, nem Tu, nem Falso e nem Verdadeiro). Conseqüentemente, nessa abordagem linguística de alteridade, argumenta-se que valores são estruturados por orientadores fixos e ajustáveis.

A alteridade pode ser considerada ao mesmo tempo como fixa e ajustável porque os orientadores enunciativos não estão atrelados diretamente a pessoas no mundo e não se restringem apenas a um conjunto específico de marcas. No quadro teórico em questão, os orientadores enunciativos são considerados ajustáveis e deformáveis, ou seja, são deformáveis porque sua atualização (ajuste) no enunciado pode ser resultado uma composição (resultado de diversas operações de localização) dos diferentes orientadores enunciativos.

4.7.4 Formas de alteridade e sua estruturação: teoria dos orientadores

No caso da abordagem enunciativa da TOE, pode-se afirmar que se tem, resumidamente, a seguinte estruturação da alteridade: 1) o outro (falso) é primeiro em relação ao mesmo (verdadeiro), sendo este considerado como o resultado de uma centragem (i.e. uma construção ou homogeneização); 2) O outro é múltiplo. Na abordagem em questão, existem apenas dois tipos de alteridade, e cada uma apresenta propriedades bem definidas; 3) recai sobre as marcas

linguísticas a responsabilidade de instaurar os dois tipos de alteridade e não sobre a situação de comunicação.

A alteridade presente em 1) diferencia-se da alteridade presente em 2) pelo fato de que em 1) o outro pode ser definido e diferenciado do mesmo. A capacidade de definição do outro em termos de singularidade (unicidade) permite dizer que o outro (falso) não possui um valor fixo, logo ele pode se identificar ao mesmo (verdadeiro) ou se diferenciar dele.

A alteridade presente em 2) contém uma multiplicidade de valores. Em 2) não se constata qualquer possibilidade de definição de um valor singular. Trata-se de uma alteridade radical.

O paralelismo expresso entre 1) e 2) não impede que esses valores sejam articulados para a construção de uma composição de valores.

4.7.5 Os atos de linguagem e a questão da vericondicionalidade

Nas abordagens referenciais do sentido, o modo de estruturação da alteridade é diferente no seguinte ponto: ainda que se reconheça que verdadeiro e falso e o mesmo e o outro estejam relacionados, em geral, esses valores são tratados de forma separada.

Na teoria dos atos de linguagem, segundo Vogüé e Paillard (2011), as abordagens que tratam da alteridade entre sujeitos e da alteridade entre o verdadeiro e o falso possuem as seguintes características: 1) O mesmo é primeiro em relação ao outro, e a asserção positiva representa o enunciado por excelência; 2) duas possibilidades de tratamento do outro: o outro é único e se reduz ora ao falso ora ao interlocutor.

Na síntese proposta por Vogüé e Paillard (2011), verifica-se que a discussão sobre alteridade, tanto no viés dos atos de linguagem quanto no da vericondicionalidade, parece caminhar para o questionamento da primazia do mesmo em relação ao outro e da primazia do verdadeiro em relação ao falso. Os estudiosos da TOE defendem que os quadros das semânticas referenciais parecem ganhar maior estruturação à medida que estipulam novos modelos para tratar do funcionamento do falso e do outro. Muito embora essa estruturação reintegre os valores postos à parte (o falso, a multiplicidade do outro), os linguistas da TOE defendem que seu estatuto não deixa de ser aquele do depósito.

4.7.6 Características principais da Teoria dos Atos de Linguagem

Um ato de linguagem pressupõe uma ação direcionada: o locutor deseja agir sobre o interlocutor. A presença dessa intenção de agir inscreve o outro na relação. Dito isso, pode-se afirmar que as pesquisas sobre o tema tomam duas direções: uma em que se foca na elaboração de uma tipologia cujo critério de distinção é a presença ou não de uma alternância linguística e a outra na identificação de seus eventuais suportes (perlocutório/ilocutório, ato direto ou indireto).

O ato locutório é o ato de dizer alguma coisa (informar) com o intuito de agir (prometer, ordenar, permitir, entre outros) sobre o mundo. Conforme o exemplo:

(1) Me passa o lápis.

O exemplo (1) é um ato locutório direto, pois coloca em cena uma ação pretendida pelo locutor e uma consequência direcionada ao interlocutor. É ilocutório, pois direciona um pedido a alguém e também perlocutório, pois provoca uma ação no mundo, que é a de passar ou não o lápis ao locutor.

A definição desses critérios não é de ordem linguística porque os termos podem ser suportes de diferentes atos de linguagem. Até mesmo quando um termo é um suporte estabilizado de um ato de linguagem, ele não será responsável pelas condições de “felicidade” do ato. Será, ao contrário, a intenção do locutor para com o interlocutor a condição de “sucesso” de um ato. O Interlocutor, portanto, transforma-se em um alvo. A intenção do locutor não é apenas a de informar seu interlocutor, mas também a de fazer com que o ouvinte reconheça a uma intenção.

Após uma breve descrição dos procedimentos de análise da Teoria dos Atos de Linguagem, pode-se questionar o estatuto do outro na relação locutor/interlocutor. O argumento é de que o aparecimento do locutor não significa uma descentragem radical do locutor em relação ao interlocutor. Do ponto de vista da TOE, na Teoria dos Atos de Linguagem, defende-se que ainda que o interlocutor seja o responsável por garantir a felicidade do ato ilocutório, isso não lhe confere uma forma de alteridade. As razões da homogeneidade da posição do interlocutor são explicáveis pela manutenção de uma identificação entre locutor e interlocutor. Essa identificação mantém-se mesmo quando há não conformidade entre o mesmo (locutor) e o outro (interlocutor), já que para que haja não conformidade faz-se necessária a passagem por

uma forma de reconhecimento e, portanto, de identificação. Não há, na teoria dos atos de linguagem, o estabelecimento de um tipo de alteridade que escapa ao locutor.

4.7.7 Alteridade e vericondicionalidade

Nas abordagens vericondicionais, o tipo de alteridade considerada remete a uma relação do mundo em termos de valores de verdade, sendo o falso a sanção dessa relação.

A apresentação dessa alteridade sustenta-se pela noção de simplicidade, pautando-se no uso de dois valores: o verdadeiro e o falso. O resultado dessa simplificação é a redução da complexidade encontrada na língua. Isso não significa que não haja nessas abordagens semânticas uma ausência de estruturação dessa alteridade. Um exemplo seria a lógica das proposições, que é responsável por instaurar o cálculo dos valores de verdadeiro e falso.

A palavra cálculo impede que se considere verdadeiro e falso como resultado de uma construção, pois os valores de condições de verdade são dados calculados a partir da relação do enunciado com o mundo. Pode-se afirmar que o cálculo desses valores possui um vínculo com marcas linguísticas, mas estas não são responsáveis por sua estruturação. Nesse sentido, os linguistas Vogüé e Paillard (2011) afirmam que as marcas na lógica das proposições denotam, mas não operam.

Um fator central da vericondicionalidade é a primazia do verdadeiro em relação ao falso, o que delega a este um papel secundário em relação ao verdadeiro.

Sobre o caráter reducionista (simplista) das semânticas é necessário dizer que nem todas as abordagens se encontram no mesmo plano. Vogüé e Paillard (2011) expõem que os lógicos parecem possuir uma visão mais aprofundada do problema, enquanto a semântica das proposições, mais ligada ao campo da Linguística, leva mais em consideração o falso como consistindo no resíduo do verdadeiro.

Do exercício de simplificação surge a ideia de não se complicar inutilmente a semântica, deixando a pragmática como a responsável pelo complexo. A separação entre semântica e pragmática coloca em cena o questionamento sobre em que medida essa autonomia seria produtiva para ambas as disciplinas. Um risco é o de a pragmática se transformar em um depósito de problemas da semântica proposicional, e a semântica uma espécie de produtor de resíduos. Há o risco, também de a pragmática se transformar em um domínio desestruturado e desvinculado das marcas da língua e sujeita ao bel prazer dos contextos, o que resultaria em

uma concepção de alteridade desestruturada. Do ponto de vista da TOE, não seria esse o melhor caminho para se conceber o papel do outro na língua.

4.7.8 A alteridade na pragmática

Da apresentação sucinta das abordagens referenciais, ressalta-se que a alteridade recai apenas sobre um valor: primazia dada ao locutor ou ao verdadeiro. Há também um tratamento separado da alteridade entre sujeitos e da alteridade entre valores de vericondicionalidade. Além disso, esses valores, ainda que possam ser calculados, possuem uma estruturação anterior à sua manifestação no nível linguístico.

Os valores depositários serão incorporados pela pragmática, que visa dar conta do complexo. A incorporação desses valores toma forma a partir de um debate sobre o estatuto do falso na proposição:

(2) O rei da França é Calvo.

O debate toma corpo a partir do questionamento do valor de verdade que se deve atribuir à proposição (2), considerando-se que o rei da França não exista. Strawson defende que (2) é desprovido de valor de verdade. Para tentar elaborar seu ponto de vista postula a existência de uma lacuna na tabela dos valores de verdade. Russel, por sua vez, defende que (2) é falso.

A discussão torna possível postular que o falso não é um depósito e é tão estruturado quanto o verdadeiro. Sendo assim é possível dizer que esses valores não são mais dados, pois o critério estabelecido para o cálculo não é mais somente a adequação ao mundo. A importância de reestabelecer o papel falso na discussão abre terreno para considerar a importância das marcas linguística na estruturação desses valores, visto que os valores de verdade não seriam primeiros em relação aos termos. A teoria da lacuna instaura a complexidade ao tratamento da alteridade.

As maneiras de se trabalhar com o falso no estudo da vericondicionalidade são expandidas por meio da introdução dos mundos possíveis, que são criados para se estruturar as formas de se conceber o falso.

Um dos objetivos da introdução dos mundos possíveis é criar a possibilidade de verificação do falso em um mundo distinto do mundo atual. Percebe-se, com a ideia de mundos possíveis, a reintrodução da pluralidade em oposição a uma alteridade binária entre verdade e falsidade.

Segundo Vogüé e Paillard (2011), a introdução dos mundos possíveis na semântica surge, também, para dar conta da alteridade entre intensão e extensão, introduzindo a noção de virtualidade na semântica. O mundo atual passa a ser somente um dentre os outros mundos possíveis, ou seja, um conjunto dentre outros. O verdadeiro, portanto, torna-se o resultado de um tipo de processo de atualização.

A abordagem culioliana assume um caminho diferente da semântica e da lógica das proposições, pois considera que são as marcas da língua que instauram a referência e o sentido. As marcas são traços de uma operação referencial e o sentido construído pelo material linguístico que lhe dá forma. Essa abordagem encontra-se no seio das discussões em linguística.

4.7.9 Síntese da discussão

A discussão apresentada acima pode ser sintetizada em duas grandes abordagens: a primeira, que se pode considerar como o extremo oposto das teses de Culioli, engloba concepções referenciais da linguagem, compostas pela lógica proposicional, filosofia da linguagem, semântica referencial e pragmática; a segunda engloba algumas correntes enunciativas que se devolveram posteriormente à de Saussure.

Tendo em vista essas características gerais, afirma-se que a segunda abordagem concebe, salvo exceções, a alteridade como um fenômeno integrado à língua, ainda que algumas diferenças teóricas entre os modelos considerem certos fenômenos linguísticos específicos como responsáveis pela relação do linguístico com o mundo.

No caso da TOE, pode-se afirmar que a alteridade é interna à língua, e que a enunciação é responsável por construir, nos enunciados, os valores referenciais. Refuta-se, portanto, nessa perspectiva enunciativa, uma abertura para o extralinguístico. As motivações dessa posição teórica estão na noção de que a atividade de linguagem é responsável por representar o extralinguístico (i.e. reconstruir linguisticamente o referente). Pode-se complementar essa ideia com a seguinte citação:

“[...]se os estruturalistas proclamaram claramente que a lingüística devia ocupar-se somente do sentido, por outro lado a perspectiva enunciativa está inclinada a não separar radicalmente o sentido da referência, e a considerar como parte integrante das semânticas lingüísticas as operações de "referenciação" pelas quais o sujeito reconstrói o referente (por definição inacessível) a que ele visa: cf. Culioli.” (FUCHS, 1985 p.212, **grifo nosso**)

Pode-se complementar essa ideia de refuta de abertura para o extralingüístico considerando-se o extralingüístico como todo e qualquer elemento físico ou mental que possibilita a construção de uma experiência individual.

4.7.10 Teoria dos orientadores enunciativos: o dizer e o conteúdo proposicional

A alteridade na TOE considera a heterogeneidade como primeira, por essa razão ancora-se na distinção entre a noção de dizer e a de conteúdo proposicional. O conteúdo proposicional é associado a um valor de verdade, posicionamento que exclui todo o trabalho do enunciador, já o termo dizer permite que se represente o conteúdo nocional como resultado de um trabalho enunciativo. O dizer é considerado um domínio complexo e anterior a qualquer estruturação.

Na concepção culioliana, o enunciado é um constructo teórico, portanto, ele é visto como resultado da articulação de uma relação predicativa a uma situação de enunciação (Sit). Com base nessa operação central, pode-se afirmar que os orientadores enunciativos são representantes de duas formas de alteridade:

1. Uma alteridade comparável à TU frente ao EU, do falso em relação ao verdadeiro;
2. Uma alteridade que é aquela do “nem EU nem TU/EU ou TU diante do EU (e do TU eventualmente), do nem verdadeiro, nem falso/verdadeiro ou falso, em relação ao verdadeiro e ao falso eventualmente.” (VOGÜÉ; PAILLARD, 2011, p.149)

Essas duas maneiras de se representar a alteridade podem ser simplificadas pelos termos So, S1 e SX que, concomitantemente, reportam-se ao Eu (verdadeiro), ao Tu (falso) e ao múltiplo.

No que diz respeito aos valores de verdadeiro e falso, é possível dizer que o verdadeiro corresponde à centragem em So, nesse caso S1 e Sx não interferem como polos de alteridade. No caso do falso, S1 se diferencia de So, sendo S1 considerado como uma posição fora de So.

Sx é concebido como uma posição desvinculada do domínio e pode ser, de modo não contraditório, a negação de outras posições e, ao mesmo tempo, conter todas elas. Em outras palavras, Sx é representante da alteridade de fundamento exposta pelo termo dizer.

4.7.11 Ilustração dos princípios da alteridade linguístico-enunciativa: um exemplo

A generalização das diferentes configurações da alteridade é construída a partir de dados empíricos. Nesse sentido, o esquema de alteridade exposto acima origina-se a partir da descrição do marcador discursivo (MD) russo *ved* (VOGÜÉ e PAILLARD, 2011) e das análises do imperativo no francês, as quais permitem estabelecer um cálculo da configuração enunciativa presente na relação entre enunciadores, o dizer e o mundo. O ponto de partida para a análise será, portanto, sempre o enunciado e o agenciamento de marcas que o compõe.

É possível ilustrar a aplicação dos princípios expostos por meio do seguinte enunciado:

(3) A redução do número de professores é a maior **pelo menos** desde 1999, primeiro ano com dados disponíveis, tanto para o total de docentes quanto para os efetivos.

Como se pode perceber, ao se aplicar os princípios propostos pela TOE, o MD⁴⁴ *pelo menos* opera no enunciado permitindo a construção da seguinte representação metalinguística da alteridade: o locutor atenua a centragem em torno do interior do domínio <ser maior>. Desse modo, So garante parcialmente o dizer <A redução do número de professores é maior>. Isso significa que o dizer é válido somente dentro do escopo temporal de S0, devido à possibilidade de existir uma posição fora domínio de p (outro que p) Sx que eventualmente possa vir a invalidar a verdade da informação que está sendo veiculada. Disso conclui-se que a informação é verdadeira dentro do limite de tempo (de 1999 até o momento da enunciação) que os dados disponíveis permitem analisar. É interessante notar, ademais, que a posição de S0 é reorientada pela posição Sx, por conta do MD *pelo menos*. É a relação entre o mesmo e o múltiplo que é preponderante em (3), sendo o múltiplo, de nenhuma maneira, responsável pela contradição ou invalidação do mesmo.

Considera-se ser possível fazer um paralelo⁴⁵ entra a análise de (3) e o valor do MD do russo *ved* de Vogüé e Paillard (2011), percebe-se que em (3) o que está em jogo é também a relação saber-ignorância, pois o locutor expõe que o seu saber pode ser invalidado diante da ignorância dos dados estatísticos e, uma vez que os dados não são acessíveis, pode-se considerar

⁴⁴ Para uma discussão aprofundada, ver Paillard (2011).

⁴⁵ Essa aproximação não significa que se considera aqui que o MD do português *pelo menos* tenha a mesma representação metalinguística que a do MD do russo *ved*. O que se quer ressaltar é que o raciocínio metalinguístico se aplica em ambos os casos. Na análise proposta por Vogüé e Paillard (2011) é feita uma apresentação da forma esquemática de *ved*, não é essa a proposta com a análise do MD em (3) que deve ser entendida aqui como uma ilustração da base de cálculo proposta na reflexão sobre a alteridade.

que a ignorância não afeta a validade do saber do locutor. Tem-se, nesse contexto, uma neutralização de um polo de alteridade.

A apresentação do exemplo (3) não visa a esgotar as propriedades semânticas do MD “pelo menos”, pois, para isso, seria necessário a elaboração de um corpus com diversas ocorrências do marcador em questão. Com a apresentação de (3) almeja-se simplesmente apontar uma direção para as formas de esquematizar as operações enunciativas que estão presentes em ocorrências em que a relação se dá entre o locutor buscando neutralizar uma possível invalidação de sua predicação (dada no exemplo (3) pela retomada do dizer: A redução do número de professores é a maior). Nesse caso a introdução de Sx é um recurso de So para justificar possibilidade de sua afirmação não ser válida, que isenta So da responsabilidade de um eventual equívoco. Somente pela observação de apenas um exemplo é provável que uma característica primitiva do MD pelo menos seja, talvez, a neutralização da alteridade de Sx ou S1 em detrimento da garantia da posição de So. Essa ideia, no entanto, necessitaria de comprovação empírica.

Partindo-se da identificação da noção de alteridade no quadro das abordagens referenciais e no das abordagens linguísticas, escolheu-se discutir a alteridade na perspectiva da TOE. Dentro da perspectiva assumida, definiu-se o que significa conceber a alteridade de um ponto de vista linguístico. Em seguida, a partir da proposta de Vogüé e Paillard (2011), apresentou-se um quadro metalinguístico formal que possui um potencial de aplicação à análise de partículas enunciativas em qualquer língua. As análises no quadro da TOE, em geral, conduzem o pesquisador a questionar e reorganizar as hipóteses iniciais a partir do contato com o empírico. Na presente discussão, demonstrou-se um possível encaminhamento para a exemplificar a reflexão sobre alteridade.

A partir de (3), julgou-se possível avançar uma hipótese de funcionamento do MD pelo menos sem um conjunto de dados significativos. Para o momento, considera-se ser suficiente apenas uma especulação, pois a discussão versou sobre as configurações da alteridade na TOE e não sobre a constituição de análise de um MD específico. No entanto, a reflexão proposta não deixa de ser um primeiro suspiro de uma análise mais aprofundada que, com certeza, exigiria uma pesquisa bibliográfica mais extensa sobre o assunto.

Outro ponto abordado foi a relação verdadeiro e falso que na TOE não se restringe a uma decisão estrita entre dois valores. No horizonte da reflexão em pauta, foca-se mais na a plasticidade (ou deformabilidade) das relações entre S0, Sx e S1. Os orientadores subjetivos serão convocados por meio da a marca pelo menos, cujos valores de verdadeiro e falso ajudarão

a estruturar o domínio do dizer. A construção das noções de verdadeiro e falso no enunciado não são pensadas com base na adequação entre o linguístico e o mundo. No âmbito da TOE, pode-se dizer que o problema da vericondicionalidade é repensado em termos da estruturação do domínio do dizer.

Supõe-se que a complexidade da representação dos valores identidade, diferença e de ruptura rege também a relação entre o tempo origem da enunciação e os momentos implicados nos diversos valores nocionais. O texto *Modos de presença do outro* de Vogüé e Paiillard (2011) foi essencial para que pudéssemos compreender as relações de identificação implicadas nos enunciados das redações de vestibular. Assim, acreditamos que a discussão sobre alteridade sustenta as manipulações linguísticas dos deslocamentos temporais.

A formulação teórica do fenômeno da alteridade com o qual se propõe trabalhar nesta tese auxilia a enxergar que, por detrás do uso deslocado do tempo, há uma alteridade de fundamento que permite a realocação dos planos temporais deslocados:

No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores **são** privados de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

Nesse exemplo, o MD⁴⁶ “ainda hoje” e o uso do presente do indicativo conduzem à interpretação de que roedores de laboratórios foram usados tanto no Egito antigo quanto no presente do enunciador. Essa relação constrói dois instantes em relação de alteridade, representados pela seguinte reformulação:

No Egito antigo, os roedores foram usados em laboratório e os roedores, ainda hoje, são usados em laboratório.

Há dois instantes em relação de diferenciação e de identificação, pois aconteceu no passado e continua a acontecer no presente. O deslocamento surge justamente por conta dessa continuidade que o MD “ainda hoje” constrói.

A identificação do fenômeno da alteridade tem o benefício de permitir o diálogo linguístico com o sentido veiculado pelos textos. Imagina-se que esse diálogo instaurado poderia trazer um benefício para o contexto de sala de aula. E o benefício seria permitir ao professor compreender o modo de estruturação linguístico de problemas que ultrapassam o escopo do normativismo gramatical.

⁴⁶ Marcador discursivo.

A tendência de uma abordagem que polariza gramática e sentido seria atribuir a uma ocorrência de deslocamento enunciativo algum tipo de problema de coerência ou de argumentação. O problema desse tipo de abordagem surge diante da necessidade de se trazer uma resposta para o texto do aluno. O quadro gramatical trabalhado no ensino de produção e interpretação de textos, em geral, não privilegia o trabalho linguístico-discursivo do aluno. Para se direcionar as práticas de ensino em direção ao trabalho epilinguístico, é necessário tentar compreender linguisticamente como se estruturou um plano enunciativo temporal deslocado.

Esse trabalho busca a interface entre uma discussão formal e o material linguístico oriundo do contexto escolar. A contribuição central desta dessa reflexão é que ela abre caminhos para se teorizar relação gramática e texto nas práticas de produção textual.

Capítulo V

Análise dos dados

O capítulo V exprime a aplicação das discussões teóricas sobre a temporalidade na TOE a 8 ocorrências de deslocamentos enunciativos. Iniciamos com a apresentação de um apanhado geral da metodologia da análise na TOE. Acreditamos que o recorte feito das discussões culioliana enfatizam a busca pelo ajustamento e manipulação dos enunciados e não pela constituição de uma generalização metalinguística de uma marca específica. O intuito foi teorizar a estruturação do tempo a fim de provocar diferentes instanciações temporais deflagradas pelos deslocamentos enunciativos temporais recortados de uma coletânea composta por 154 produções textuais de vestibular.

5.1 O *Corpus*: metodologia de análise

Na teoria enunciativa culioliana, parecem existir alguns caminhos para se conduzir a análise linguística. A forma canônica de pesquisa na TOE objetiva cercar operações que são os rastros de uma determinada marca linguística. Geralmente, nessa perspectiva, busca-se atingir a forma esquemática de uma marca linguística após a triagem e manipulação de uma variedade de valores que as marcas apresentam em contexto⁴⁷. Essa metodologia de trabalho é usada quando se quer delimitar o sentido de uma marca linguística específica. A forma de trabalho que se quer apresentar aqui varia um pouco, pois almeja articular um tipo de operação que permite o tratamento e a construção de hipóteses sobre o uso de tempos verbais aparentemente deslocados.

Defendemos que a identificação dos processos e dos seus tipos de ocorrência nos enunciados permitem identificar a instanciação de um plano enunciativo temporal. Disso decorrem possibilidades de preenchimento temporal, por meio de simulações linguísticas, e a demonstração de realocação das ocorrências que selecionamos do *corpus* para comporem os exemplos desta pesquisa.

⁴⁷ A noção de contexto utilizada diz respeito ao sentido que é construído no enunciado. Não se trata de uma noção de contexto que remete à situação concreta da produção de um enunciado. Na perspectiva da TOE, o contexto é resultado da integração de sequências linguísticas em um enunciado, fato que, por sua vez, permite afirmar que o contexto é inerente às formas linguísticas. Para uma discussão aprofundada dessa questão consultar Franckel (2011).

A análise dos deslocamentos temporais será feita pela identificação de excertos em que a interpretação abre possibilidades de instanciação de ocorrências temporais deslocadas.

O *corpus* analisado foi composto por 154 redações de vestibulares de duas universidades públicas do país. Durante o desenvolvimento da pesquisa identificamos nos textos usos de tempos verbais deslocados. Esses exemplos são o foco das discussões feitas. O intuito foi defender a tese de que a reflexão culioliana permite simular possíveis instancicações de um plano enunciativo temporal. O texto do aluno, nas ocorrências selecionadas, realçam usos dos verbos que provocam uma interpretação deslocada do conteúdo nocional a ser estabilizado. Basicamente, são ocorrências de uma noção remetem a uma localização abstrata que não se encaixam no enunciado. O exercício reflexivo foi tentar demonstrar que os mecanismos de quantificação e qualificação sustentam possíveis instancicações enunciativas temporais deslocadas na argumentação.

O quadro metodológico culioliano assume um matiz diferente em relação a outros modelos linguísticos. A fim de tornar clara nossa escolha metodológica, passamos por uma comparação do método experimental com o introspectivo, o esforço é ancorarmos nossa proposta de pesquisa em uma metodologia que dê conta de oscilar entre os planos do empírico e do formal. Tal oscilação permite o trabalho articulado entre elementos homogêneos e heterogêneos nas línguas naturais.

Toda espécie de variedade, dentro das metodologias das diversas correntes linguísticas, ou são excluídas, ou são incluídas parcialmente, segundo Culioli (1990), por meio de acoplamentos oriundos de outras disciplinas que trabalham com a linguagem, por exemplo, a sociologia, a etnografia, psicologia entre outras. Tais disciplinas, ou se focam na variação social, ou se focam na variação individual (psicológica). Do ponto de vista culioliano é necessário considerar estes polos (psicológico e social) de maneira articulada para que se evite a exclusão ou o recorte da linguagem da reflexão.

O quadro metodológico assume diferentes contornos diante da variedade de correntes teóricas que compõem a Linguística. Mas no interior dessa variedade, por se tratar de uma disciplina embasada em princípios cientificistas, podemos recuperar uma questão central: como manipular e trabalhar com os dados do objeto a que nos propomos a estudar? A resposta a esta questão é construída por meio do que se compreende por ser a linguística e, portanto, seu objeto.

Segundo Rezende (2000, p.95): “O problema do método está intimamente ligado com a definição de lingüística e, conseqüentemente, com a partilha do que é lingüístico e do que não

é lingüístico.” Assim, podemos identificar, com base em Rezende (2000), duas orientações metodológicas expressivas em Linguística: a experimental e a introspectiva.

A primeira (presente no estruturalismo e no distribucionalismo) se pauta na delimitação da língua como objeto de estudo em oposição à fala. A língua assume um lugar estático, passível de ser analisado objetivamente. Tal orientação metodológica é marcada pelo distanciamento objetivo entre linguista e informante. Nessa metodologia, o dado linguístico é submetido a diferentes testes de aceitabilidade das diversas sequências e combinações linguísticas, resultando em um corpus comprovado empiricamente. Desse modo, o linguista tenta apreender e analisar as regularidades sistêmicas da língua ao mesmo tempo em que recorta toda sorte de variedade social, psicológica, cultural, estilística, entre outras. Segundo Rezende (2000), essa abordagem metodológica desconsidera o processo de construção das sequências linguísticas e se foca na sua síntese.

A crítica que emerge dessa maneira de proceder com os dados está no questionamento da noção de objetividade. Nesse contexto, seriam os graus de aceitabilidade linguística determinados de maneira puramente objetiva? E ainda, tais graus de aceitabilidade não seriam constituídos pelo crivo da subjetividade do linguista? Ora, se tal objetividade em Linguística fosse unânime, não haveria, como atesta Culioli (1990), uma proliferação de correntes teóricas que se ocupam com o estudo da linguagem, mas haveria, por outro lado, um campo de estudos homogêneo.

Outra grande parte dos linguistas se pautam no método introspectivo (método mais comum na gramática gerativa e nas gramáticas formais). Este método, de acordo com Fuchs (apud Rezende, 1982), utiliza a intuição da língua a fim de determinar um objeto de estudo. Após determinar tal objeto, os estudiosos elaboram uma teoria e se esforçam para ampliar o campo de investigação. O método introspectivo, ancorado em uma abordagem hipotético-dedutiva, se constitui por um “[...] vai-e-vem entre um corpo de proposições teóricas, construídas dedutivamente, a partir de axiomas e hipóteses, e a “realidade” dos fatos, cuja intuição do lingüista funciona como garantia.”, (Rezende, 2000, p.96). No entanto, segundo, “A metodologia introspectiva acaba por cair nos mesmos problemas já descritos pela metodologia experimental: a enorme variabilidade de julgamento.” (Rezende, 2000, p.96).

A contribuição que o modelo da TOE de Culioli traz aos estudos linguísticos origina-se na proposta de estudar a natureza da variação. O foco da proposta metodológica culioliana é estudar a atividade de regulação (também conhecida como atividade epilingüística⁴⁸ ou

⁴⁸ Essa atividade se dá por meio de famílias parafrásticas.

atividade metalinguística inconsciente) presente intrafalante e interfalante. Para tanto, a teoria propõe a elaboração de um sistema de representação metalinguístico que dê conta apreender a dinamicidade da atividade de linguagem sem cair nos problemas metodológicos que polarizam objetividade e a subjetividade, língua e fala, competência e performance etc.

Para construir nosso referencial de análise necessitamos de expor as operações fundamentais que o quadro da TOE oferece.

As operações são generalizações criadas por Culioli (1990,1999a, 1999b) e situam-se no quadro metalinguístico da teoria. Além disso, as relações primitiva, predicativa e enunciativa são o resultado formal⁴⁹ de um olhar para as formas linguísticas.

O nível metalinguístico oferecido por Culioli não está em uma relação termo a termo com os constituintes linguísticos. Todas as formalizações do estudioso oferecem uma síntese de problemas sintáticos e semânticos, sem a preocupação de estabelecer cortes entre as duas dimensões. Em nosso trabalho pretendemos trazer o cerne da discussão de Culioli (1990). Ao proceder dessa maneira apreendemos as ocorrências por meio da simulação parafrástica dos enunciados. Mas essas simulações situam-se em um espaço híbrido entre nossa atividade epilinguística pré-consciente e uma atividade epilinguística orientada pela TOE e, portanto, metalinguística.

Essas operações de linguagem fazem-se visíveis com o auxílio de um sistema de representação metalinguístico que dá suporte para o analista manipular o texto.

Munido da sua subjetividade, o analista faz aflorar as operações postas em jogo pela enunciação. Os meta-operadores, forjados pelo sistema de representação metalinguístico culioliano, servem de suporte para que o analista realize um cálculo dos elementos postos em causa pelos marcadores linguísticos. Dessa forma, o conceito de léxis é um representante de relações primitivas derivadas da noção.

A noção coloca em jogo um pacote de relações psico-físico-culturais que estão disponíveis à experiência do enunciador. O trabalho do analista resume-se, portanto, na explicitação da atividade linguística e na busca de invariantes subjacentes às variáveis superficiais dos marcadores linguísticos.

A léxis é similar a um conteúdo proposicional e garante a união sintática e semântica do predicado presente em um dado fragmento de texto. A léxis garante a plasticidade do enunciado e, ao mesmo tempo sua, identidade.

⁴⁹ No sentido de uma representação metalinguística construída conscientemente pelo linguista

O analista deve manipular um enunciado para extrair as operações postas em jogo. A léxis se desdobra em dois argumentos, por exemplo x e y, unidos por um relator π . Essas relações podem sofrer alterações mediante sua localização em relação traço de orientação situacional, ou seja, um Sit. O Sit sempre dá suporte para qualquer predicação, no entanto, ele pode ser mais ou menos explicitado pelos marcadores linguísticos que veiculam as coordenadas de enunciador e tempo. As dissertações argumentativas são prenes de estratégias discursivas que visam a dar suporte para o Sit ao mesmo tempo em que escondem a categoria de pessoa.

A relação primitiva permite a visualização de propriedades fundamentais que atuam em um enunciado. Para Culioli (1999a, 1990), uma relação primitiva configura-se como uma hipótese do funcionamento complexo de uma relação abstrata e geral entre um termo e outro termo. O olhar para um constituinte linguístico apresenta um conjunto de combinações possíveis que se situam entre propriedades extralinguísticas e propriedades culturais. Para um dado enunciado, Culioli (1990) postula que há uma relação entre os termos e que os mesmos possuem uma orientação relativamente estável. A estabilidade, no entanto, não pode ser considerada algo absoluto, pois ela varia de cultura para cultura. Em uma relação primitiva encontramos um esquema de organização de uma léxis. A relação primitiva deflagra uma dada orientação dos termos, pois podemos identificar um termo de partida, a origem e o objetivo da relação.

A predicação é o arranjo de uma léxis e, conseqüentemente, de uma relação primitiva sob a forma de uma relação predicativa. Nessa operação verifica-se que dois termos serão postos em relação. Um termo será eleito como ponto de partida em relação ao outro. Por exemplo, Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, A descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Nos três exemplos, verifica-se um termo de origem sendo localizado em relação ao resto do enunciado construído. Logo

Toda localização se resume em “identificar” e, então, extrair um objeto ou uma situação entre outras, e desse modo, construir a referência a um certo tipo em domínio determinado. Trata-se de estabelecer uma relação de diferenciação baseada na alteridade: aquilo que é, será preciso sempre considerá-lo em relação ao que é outro. (REZENDE, 2000, p.102)

A enunciação estabelece-se sobre a predicação. Esse conceito depende de um conjunto de parâmetros que definem a relação do sujeito do enunciado (S) e do sujeito enunciador (S) e, por outro lado, do momento ao qual se refere o enunciado (T) e do momento da enunciação (T).

Em um dado enunciado essas referências serão validadas conforme o ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que o mesmo supõe ser o a posição de seu co-enunciador. Nessa operação, ganham grande importância também as modalidades, pois asseguram a validação e o posicionamento do enunciador perante um conteúdo nocional.

Há três tipos de modalidade na acepção de Culioli (1990) cuja descrição será exposta conforme o texto de Rezende (2000).

As chamadas modalidades 1 são de asserção, de interrogação e de ênfase. Rezende postula que as modalidades 1 são essenciais para o a tematização (ou localização) que se apresenta no nível predicativo. Nas modalidades 2 verifica-se os efeitos do necessário, do possível, do eventual e as da certeza. A união desses dois níveis de modalidades resulta em enunciações que finalizarão “[...] sobre julgamentos universais (é necessário que...) ou sobre julgamentos estritamente localizados (é possível ou é provável que em certas circunstâncias...)” (Rezende, 2000, p.105). As modalidades 3 são responsáveis pelos efeitos de apreciação e de afetividade que se encontram centradas no sujeito enunciador. Os componentes dessa modalidade são responsáveis por construir os efeitos de afastamento e aproximação nos jogos enunciativos.

O aspecto é o conceito responsável por revelar, em um dado enunciado, as operações de tempo e espaço. Tais operações são responsáveis por situar o enunciador em relação ao seu próprio discurso, em relação ao discurso do outro e em relação a percepção do tempo que se ancora no espaço. A união dessas características funda os jogos temporais e espaciais operados pelos sujeitos na atividade de linguagem.

A análise que se pretende desenvolver inicia-se com a identificação do tempo verbal a fim de propor uma análise enunciativa da constituição dos planos enunciativos em estruturas textuais dissertativas. Decidiu-se estabelecer como marco linguístico o tempo verbal por dois motivos:

- 1) Metodológico: acessar uma discussão sobre os planos enunciativos, que é complexa, por meio dos tempos verbais e da noção de tempo-modo-aspecto.
- 2) Organização do *corpus*: Abordar tempos verbais tipicamente associados a textos com características densas preponderantes.

Desses textos, foram selecionadas estruturas linguísticas cujas noções de aspecto modo e tempo são relevantes para a constituição dos planos de enunciação. Assim, almeja-se explorar possíveis estabilizações linguísticas de planos enunciativos temporais deslocados.

As marcas selecionadas como responsáveis por instanciarem formas de alteridade das ocorrências temporais emergem da discussão de como o tempo pode ser retraçado pela identificação da noção de processo e do tipo de formatação nocional implicada no enunciado. Nosso intuito, portanto, não é identificar e descrever os funcionamentos implicados nos textos, mas provocar os diferentes caminhos de instanciação temporal possíveis. Essa discussão toma corpo a partir das discussões de Culioli (1999a) sobre o tipo de instanciação de ocorrências de uma noção.

Tanto a pesquisa de Tzeveleku (1995) como as reflexões de Vogüé (1989) recuperam essa abordagem para estudar o sistema aspectual. A reflexão teórico-metodológica para analisar os exemplos pauta-se no tipo de ancoragem de uma noção via a identificação da forma de instanciação da noção de processo. A referência aos processos de instanciação quantitativo e qualitativo da noção, para nós, teve o benefício de provocar uma reflexão sobre deslocamentos enunciativos temporais no *corpus* desta pesquisa.

As reflexões formais não se aplicam, diretamente, à análise das ocorrências das produções textuais de vestibular, mas provocaram simulações linguísticas da ocorrência de uma noção nos enunciados. O que pretendemos argumentar com isso é que as ocorrências de coordenadas temporais estão relacionadas ao tipo de ocorrência de uma noção. Contudo, os exemplos com os quais trabalhamos nesta tese remetem a ocorrências temporais mais ou menos deslocadas do contexto enunciativo do qual fazem parte. Por isso, a análise que pretendemos desenvolver aqui assenta-se na tentativa de aproximar a teorização de como são estruturados os valores temporais a enunciados em que a intuição, isto é, a interpretação, leva a identificação de possíveis caminhos de ajustamento da expressão linguística dos locutores.

O processo de construção de sentido é resultado de um trabalho de linguagem cuja origem é simulada por operações enunciativas. O locutor, nesse contexto, é a origem da ancoragem da enunciação, mas não do processo de linguagem que o sustenta. Nesse sentido, pode-se afirmar que o conteúdo semântico é produzido por um arranjo formal específico. A estabilidade, portanto, emerge toda vez esse arranjo de formas linguísticas é interpretado pelo locutor. A variabilidade, portanto, é de princípio, e, por essa razão, nada garante a existência de uma maneira fechada atribuir o sentido a um enunciado. A discussão dos planos enunciativos nasce pelos tipos de interpretações que um enunciado pode sofrer. Logo, o desdobramento do sentido emerge pela deformabilidade subjacente ao linguístico.

5.2 Análise das ocorrências selecionadas

Na introdução e no capítulo II, foram apresentadas duas análises que ilustraram o que consideramos como ocorrências exemplares de deslocamentos de planos enunciativos temporais.

A seguir, apresentaremos, além dos exemplos já discutidos, outros exemplos e argumentaremos que a questão da instanciação de uma ocorrência de uma noção está suscitada pelo tempo verbal deslocado no cotexto e contexto dos enunciados. A partir de uma descrição e manipulação dos exemplos, demonstraremos que a recuperação da localização temporal do uso deslocado de um tempo verbal permite retrair possíveis estabilizações temporais:

(1) Hoje em dia, no nosso país, a saúde está sendo deixada de lado, pelos governantes desse país. Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano. Porém em certos lugares ainda temos ações preventivas, nesse assunto entramos em outro problema que é a dificuldade que os estados encontraram ao lançarem ações preventivas.

Destacamos de (1) o enunciado (1a):

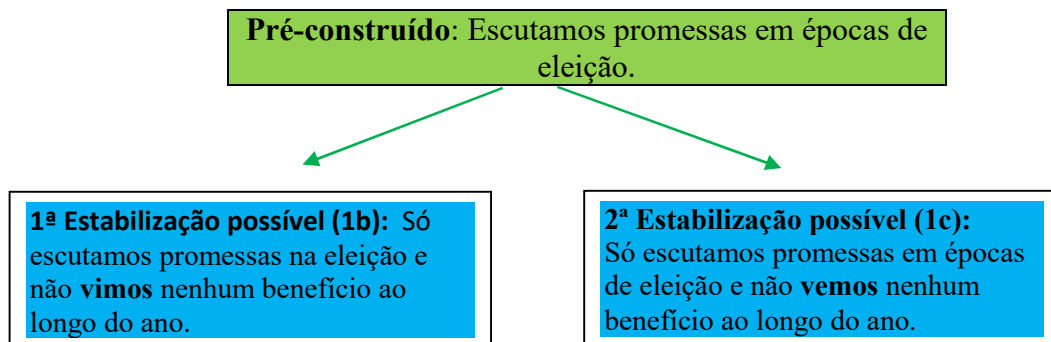
(1a) Só escutamos promeças em épocas de eleições, e não **vimos** nenhum benefício ao longo do ano.

O quadro teórico da enunciação culioliana permite postular que certos enunciados são construídos a partir de um enunciado pré-construído. A pré-construção tem um estatuto linguageiro e é acessível apenas se se considera que os enunciados são resultados de operações de linguagem simuladas pelo pesquisador/linguista. Nesse caso, estamos considerando que o tempo passado pode ser o traço de um enunciado prévio que serve de localizador do enunciado (1a). Escolhemos representar a marca em negrito por meio de um enunciado cuja estabilização pode ser tanto Quantitativa quanto Qualitativa. O que significa que o pré-constructo:

Pré-construído: Escutamos promessas em épocas de eleição.

Pode direcionar tanto a uma interpretação que centraliza o tempo em torno de uma ocorrência singular da escuta de uma determinada promessa quanto a uma que remete à exemplaridade da ocorrência temporal em que a promessa é interpretável como algo cuja ocorrência torna-se menos singular por acontecer sempre em épocas de eleição.

Esquema 3: Retomada da ilustração da questão de pesquisa



Por essa razão é que consideramos que a recuperação da situação enunciativa ⁵⁰que sustenta o exemplo contribui na explicitação dos distintos planos temporais implicados nos exemplos.

Segundo os princípios teóricos discutidos no capítulo III e IV, os enunciados procedem a localizações situacionais⁵¹ pelo jogo de alteridade que se dá entre a noção e a ocorrência de uma noção. No caso de (1a), remete-se a uma coordenada temporal situada no passado, que defendemos ser recuperável pela identificação do valor mais singularizável da ocorrência de uma <promessa>, ativada pelo uso do pretérito perfeito.

A ideia de apresentarmos o esquema 1 foi demonstrar a possibilidade de se realocar as distintas estabilizações temporais pelo uso do pretérito perfeito e do presente, visto que em (1a) o uso do pretérito perfeito pode conduzir a uma interpretação deslocada do tempo no contexto enunciativo considerado.

O exemplo (2), apresentado na discussão teórica do capítulo II, pode ser explicado pelo mesmo procedimento: pelo pré-construído originam-se distintas estabilizações temporais.

⁵⁰ A recuperação da situação enunciativa é linguística.

⁵¹ Sit (S,T)

(2) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações. A denúncia foi feita por moradores próximos do circo que ficaram indignados com as cenas de crueldade que viam constantemente. O circo foi fechado e atado com uma multa no valor de cem mil reais.

Esse é apenas um dos muitos fatos que ocorrem no Brasil e no mundo relacionados ao mau trato de animais, sendo eles domésticos ou não. Alguns exemplos desses maus tratos são os rodeios carrocinhas, vaquejadas, circos, gaiolas, vivissecção, etc. Em nosso país existe a lei 9605, conhecida como lei de crimes ambientais que criminaliza a conduta de quem “praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Como foi demonstrado acima (no Cap. III), o exemplo (2) chama a atenção pelo uso do pretérito imperfeito em (2a):

(2a) São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações.

A partir de (2a) recuperamos um enunciado pré-construído aberto pela locução verbal “é denunciado” da oração⁵² subordinada principal “O circo alegria é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais”:

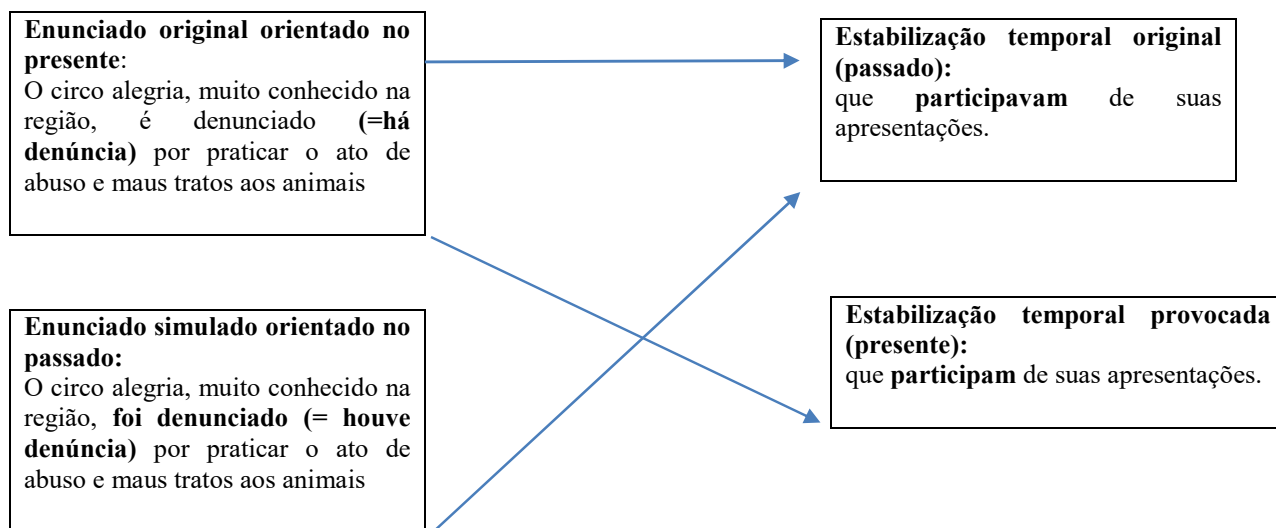
(2b) O circo alegria é denunciado (= há denúncia) por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações.

Em (2b) o fato de estar implicado que “há denúncia” suscita que a ocorrência da prática de abuso e maus tratos aos animais está acontecendo mas pode vir a ser interrompida. A presença de uma denúncia não permite singularizar uma ocorrência da interrupção da prática de abuso e maus tratos nem mesmo da interrupção da participação dos animais nas apresentações do circo como algo terminado. A subordinada relativa “que **participavam** de suas apresentações” deveria estar orientada no presente, ou seja, no mesmo tempo da subordinada principal, que identificamos remeter ao presente pelo pré-construído (há denúncia). Se considerarmos que o pré-construído identificado em (2b) é responsável por localizar o valor referencial do tempo no enunciado, pode-se afirmar que a oração subordinada deveria estar marcando o tempo presente também. No entanto, a presença do pretérito

⁵² O uso de oração aqui remete mais à noção de proposição do que a um uso estrito do conceito de oração tradicional.

imperfeito leva-nos a identificar a possibilidade de se inserir uma oração principal orientada no passado. Foi o que propomos representar, a seguir, por meio do Esquema 4:

Esquema 4: Estabilizações Temporais



O esquema 4 representa uma maneira de se realocar as subordinadas relativas às suas respectivas estabilizações temporais. Os quadros da parte de cima do esquema 4 representam o enunciado original (2a) e os quadros da parte de baixo os possíveis preenchimentos predicativos evocados pelo pretérito imperfeito. As flechas cruzadas indicam as instanciações possíveis, deriváveis do ajuste do tempo que pensamos ser mais compatível com o contexto enunciativo em questão. A retomada dos enunciados simulados permite preencher o deslocamento deflagrado pela presença do pretérito imperfeito. A identificação do pré-construído por meio do rastro a que o pretérito imperfeito procede permitiu provocar as possíveis instanciações temporais.

No excerto (14), como no exemplo (1), também verificamos um uso deslocado do pretérito perfeito:

(14) Enquanto a classe média alta se dispõe da mais moderna tecnologia e dos melhores médicos da saúde privada, o sistema de saúde pública é precário. Hospitais lotados, pessoas morrendo nos corredores, equipamentos de pior qualidade e poucos médicos. Isso contradiz com a constituição, que prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com prioridade para ações preventivas. Tais ações preventivas submetem o Estado a tomar medidas de conscientização da população, o que não é fácil quando não se consegue nem educar a população direito. Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica.

Em (14a), o deslocamento ocorre entre os valores de futuro e de passado:

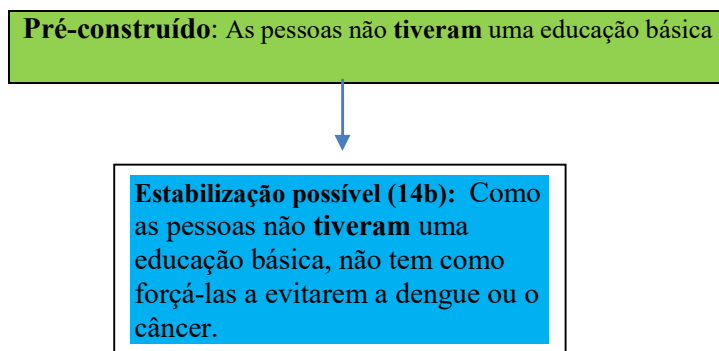
(14a) Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica.

Em (14a) o pretérito perfeito remete a um enunciado pré-construído. A identificação dos planos deslocados, nesse contexto, precisa levar em consideração também o relator “quando” que instaura uma localização temporal em ruptura (ω). Há, de fato, uma quebra que se expressa pela subordinada temporal que não é localizável em relação ao valor de futuro expresso na primeira parte do enunciado. Dessa ocorrência deslocada em relação ao futuro, pode-se derivar o seguinte pré-construído:

As pessoas não tiveram uma educação básica.

O relator “quando”, no contexto de (14a), marca a desarticulação do passado em relação ao futuro. Uma solução para realocar-se os tempos implicados em (14a) aparece pela noção causal que se pode derivar do pré-construído cujo acesso é identificável pela presença do pretérito perfeito no contexto de (14a).

Esquema 5: Manipulação dos dados



O quadro azul remete a uma manipulação em que a relação temporal permite uma transição mais aceitável do passado para o futuro, ou seja, de uma oração a outra. A explicação metalinguística do motivo de o enunciado (14b) ser mais aceitável que o (14a) é que as duas zonas qualitativas (ocorrências exemplares de noções implicadas no exemplo (14a) <ter educação> e <evitar a dengue ou o câncer>) podem ser encandeadas pela construção de uma zona de transição entre elas. Essa zona de transição (conhecida como fronteira) fica comprometida no enunciado (14a) pelo deslocamento causada pelo tempo verbal selecionado. É notável também, em (14a), a importância do relator “quando” e a impossibilidade de se

realocar as coordenadas temporais apenas pela substituição do pretérito perfeito por um valor de futuro como, por exemplo, o futuro do subjuntivo:

(14c) Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiverem** uma educação básica.

No exemplo acima, a aceitabilidade enunciativa temporal fica comprometida caso se substitua apenas o pretérito perfeito pelo futuro do subjuntivo, e caso o valor temporal de futuro fosse aplicado por uma substituição, seria necessário alterar-se também relator “quando”, pois a marca não possibilita que se faça a localização temporal com a primeira parte do enunciado. O que se quer afirmar com isso é que o trânsito entre as noções fica apenas sugerido pela proximidade entre os valores processuais implicados nas noções <ter educação> e <evitar a dengue ou o câncer>.

No exemplo (15), os planos temporais enunciativos estão deslocados porque há uma zona de transição (fronteira) de um tempo para outro em um contexto em que se espera que o presente não seja consequência do passado.

(15) É evidente a nossa dependência em relação aos animais. Desde a revolução Neolítica até hoje precisamos dos trabalhos realizados por eles. No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores **são privados** de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

A partir de (15a):

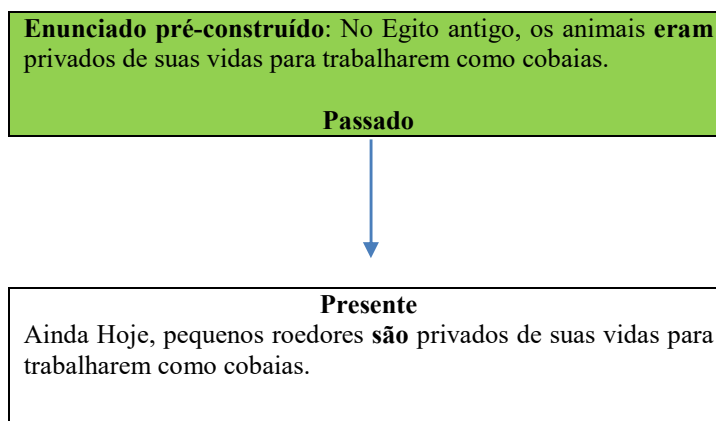
(15a) Desde a revolução Neolítica até hoje precisamos dos trabalhos realizados por eles. No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores **são privados** de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

A âncora temporal de passado que localiza (15a) é “No Egito antigo”. A partir de um localizador situado no passado são instanciados os processos, também localizados no passado, e marcados por usos do pretérito imperfeito e de uma ocorrência de pretérito perfeito. A introdução do presente em (15a) pela locução verbal em negrito remete a uma pré-construção orientada no passado que instaura uma continuidade entre passado e presente. Ademais, o localizador temporal “ainda hoje” reforça a noção de uma continuidade entre passado e presente em um contexto em que deveria haver a desconexão entre esses tempos:

(15b) Desde a revolução Neolítica até hoje precisamos dos trabalhos realizados por eles. No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores são privados (**como eram privados de suas vidas, no Egito Antigo, para trabalharem como cobaias nos laboratórios**) de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

Notamos que no pré-construído em (15b) a transição do passado para o presente é aceitável do ponto de vista formal, no entanto, deslocada por evocar a ideia de que o uso de cobaias em laboratórios era uma prática comum no Egito Antigo. O encadeamento temporal do esquema a seguir ilustra isso:

Esquema 6: Encadeamento temporal



O quadro verde representa o enunciado que localiza o passado pressuposto pelo uso do presente do indicativo. No enunciado (15b) a fronteira é construída pelo valor temporal implicado em “ainda hoje”. A flecha azul no esquema 4 sugere-nos uma ideia de transição entre o enunciado pressuposto pelo contexto enunciativo estruturado pelo valor de presente realçado em negrito no exemplo (15a).

No excerto (16), realçamos em negrito o verbo e o advérbio para demonstrar que o uso do presente do indicativo origina outra possibilidade de instanciação de uma ocorrência cujo acesso ocorre pelo trânsito do passado para o presente. Nesse caso, o uso do presente do indicativo não parece estar deslocado, embora haja uma quebra da sucessão das etapas orientadas no passado que levaram à existência de postos de combustíveis. O problema parece ser a impossibilidade de se utilizar o pretérito perfeito implicado pelo uso da noção <existir> no lugar do presente expresso em (16):

(16) A procura por fontes que substituam o petróleo, no Brasil, foi focada aonde poderia se beneficiar mais na agricultura, com o plantio de cana-de-açúcar e agora com plantações de mamona e girassol, propiciando um combustível mais limpo.

Pesquisas com estes elementos, fez com que a Petrobrás investi-se nestas como pioneira, como fruto disto, **já existem** postos de Petrobrás que possuem o Biodiesel como combustível alternativo.

Com isto, todos saem ganhando o mundo fica mais limpo, o campo vê uma nova fonte de renda, o consumidor terá preços mais acessíveis.

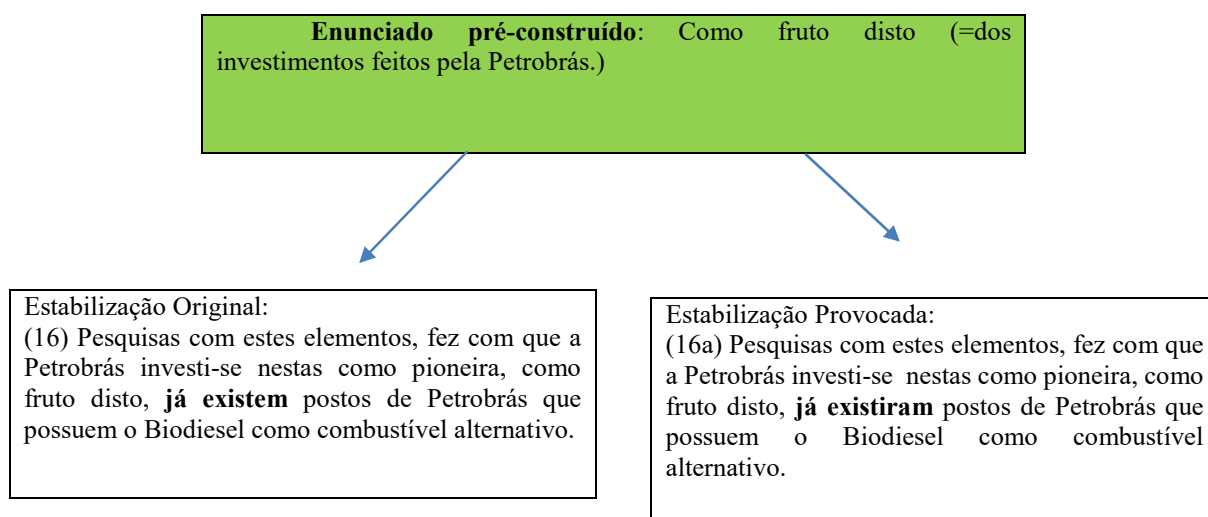
Destacamos (16a):

(16a) Pesquisas com estes elementos, fez com que a Petrobrás investi-se nestas como pioneira, como fruto disto, **já existiram** postos de Petrobrás que possuem o Biodiesel como combustível alternativo.

No enunciado (16a), o uso do pretérito é a tentativa de se adequar o enunciado ao contexto enunciativo, que está localizado enunciativamente no passado. Isso significa que o enunciado “Pesquisas com estes elementos, fez com que a Petrobrás investi-se nestas como pioneira” orienta a situação de enunciação no passado, o que permite inferir o seguinte pré-construído singularizado e orientado temporalmente no passado em ruptura com o tempo origem da enunciação:

Pré-construído = Houve investimentos da Petrobrás.

Esquema 7: Manipulação dos dados



O enunciado (16a) é pouco aceitável, ainda que o tempo verbal esteja orientado no passado. Ademais, em (16a), o uso do pretérito perfeito do verbo existir parece quebrar com a ideia de transição de não existência para existência orientada no passado que está pré-construída no enunciado original.

O que pudemos observar é que o presente do indicativo em (16) realça o resultado, no momento da enunciação, de um processo que se iniciou no passado:

(16b) Pesquisas com estes elementos, fez com que a Petrobrás investi-se nestas como pioneira, como fruto disto (das pesquisas que foram feitas), Houve investimento, tanto que **já existem** postos da Petrobrás que possuem o Biodiesel como combustível alternativo.

O contexto de (16b) conduziu-nos a postular que existe um passado pressuposto pelo uso do presente em (16a) que serve de fronteira para o presente. Embora não haja comprometimento do sentido veiculado em (16), defendemos que o uso direto do presente do indicativo quebra a sucessão dos eventos orientados no passado. Por outro lado, o contexto permite considerar que o presente é uma consequência das pesquisas e investimentos ocorridos no passado. Esse exemplo é interessante, pois ressalta o potencial criativo dos deslocamentos enunciativos.

O exemplo (17) produz um deslocamento pelo uso do presente do indicativo. A ocorrência pode ser considerada deslocada devido ao uso do presente que parece apontar tanto a uma interpretação dêitica quanto a um valor de presente histórico:

(17) O ser humano cria e destrói, como **vemos** na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades imensas de poluidores na nossa atmosfera, o que contribuiu também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

O uso do presente em (17) é responsável por ancorar os valores exemplares expressos pela oração “O ser humano cria e destrói” no tempo. O processo <ver> implicado em (17) tematiza uma ocorrência espaço/temporal de <criar> e <destruir> durante a segunda guerra. Dessa forma, (17) pode ser interpretado do seguinte modo:

Esquema 8: Manipulação dos dados

O enunciado inicial sofre formatação temporal: O ser humano cria e destrói.



O ser humano cria e destrói, como **vemos (= estamos vendo ser humano criando e destruindo)** na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades imensas de poluidores na nossa atmosfera, o que contribuiu também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

O esquema acima demonstra que a ocorrência de <ver> pode ser interpretada como um valor de ocorrência singular, que remete a uma situação dêitica. Um valor inusitado para o uso da terceira primeira pessoa do plural no presente do indicativo em um contexto que chama por ocorrências que conservam, em parte, o caráter mais Qualitativo da instanciação de um processo. Embora o uso do presente do indicativo com a noção <ver> tenha tanto o valor singular quanto exemplar implicados, nesse caso o contexto enunciativo, no qual se recupera um enunciado que remete a uma instanciação de uma ocorrência singularizável de <criar> e <destruir>, tematiza um valor mais temporal de uma ocorrência de <ver>. Isso passa o efeito de que o enunciador está testemunhando os eventos se desenrolando na Segunda Guerra Mundial.

No excerto (18) há outra ocorrência de deslocamento enunciativo temporal envolvendo o tempo verbal do pretérito perfeito.

(18) O ser humano tem a opção de escolher entre garantir algum futuro para seus netos e bisnetos na terra ou ficar apenas com seu dinheiro viver sua vida depois os mais novos que concertem seus erros. E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, **decidiram** pelo egoísmo, pelo poder de consumo, contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa.

Recortamos, para situar melhor a análise, o enunciado (18a):

E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, **decidiram** pelo egoísmo, pelo poder de consumo, contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa.

Em (18a), o pretérito perfeito formata uma ocorrência singular da noção <decidir>, isso é atestável porque conseguimos interpretar que houve decisão das pessoas em um dado tempo passado. Contudo, parece faltar uma ancoragem temporal para que se ajuste o trânsito entre as noções <escolher> e <decidir>, pois o verbo escolher está no presente e remete uma ocorrência parcial da noção, ou seja, a formatação temporal é de ordem mais qualitativa do que quantitativa.

No exemplo (18a) o pretérito perfeito parece ressaltar um cenário enunciativo espaço-temporal mais singularizado. O uso do pretérito perfeito, em (18a), muda sensivelmente o início do enunciado, que parece tematizar uma ocorrência menos temporal. Ainda que não se trate de um erro, há uma dissimetria entre a passagem de uma noção a outra pela diferença dos tempos implicados. O deslocamento pode se dar à medida que se faz necessário identificar uma forma linguística pré-construída para construir a transição de algo generalizável para um contexto mais singularizável. O que está em discussão no exemplo (18a) não é o acontecimento factual do indivíduo que escolheu a segunda opção e decidiu pelo egoísmo; ao contrário, é o processo global apreendido pelo ponto de vista do enunciador que quer produzir um comentário a partir dos fatos implicados. Isso levaria a uma generalização em que a escolha da segunda opção implicaria ser egoísta em qualquer espaço e tempo.

Na passagem (19) o deslocamento enunciativo está situado no presente do indicativo:

(19) Para que a saúde tivesse uma melhor assistência foi criado o SUS um órgão que prevê assistencialismo a doenças e a prevenção com o total apoio do Estado. Mas o que vemos hoje não é bem isto, vemos o descaso das autoridades com a saúde pública com os hospitais em precárias condições, falta de remédios e médicos disponíveis para a população. Essa realidade pode ser ilustrada com a greve que os médicos do Recife a poucos meses fizeram reivindicando do governo melhores salários, enquanto isto **acontece** a população como sempre fica sem amparo, necessitando de atendimentos e por causa desta irresponsabilidade governamental vidas são tiradas devido a falta de atendimentos.

Recortamos o enunciado (19a) para demonstrar o deslocamento e discutir as possíveis estabilizações temporais:

(19a) Essa realidade pode ser ilustrada com a greve que os médicos do Recife a poucos meses fizeram reivindicando do governo melhores salários, enquanto isto **acontece** <= está acontecendo> a população como sempre fica sem amparo, necessitando de atendimentos e por causa desta irresponsabilidade governamental vidas são tiradas devido a falta de atendimentos.

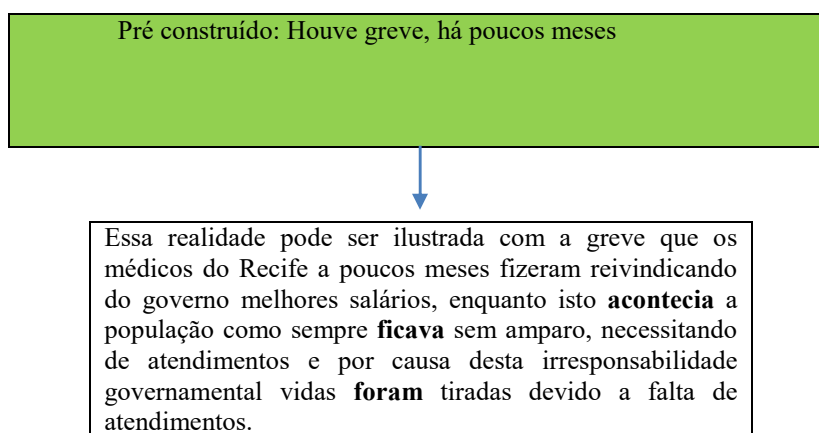
O deslocamento de planos temporais ocorre porque o tempo pressuposto pelo enunciado é o passado. Na passagem “Essa realidade pode ser ilustrada com a greve que os médicos do Recife a poucos meses fizeram reivindicando do governo melhores salários[...]” está pré-construída uma ocorrência singular da noção <fazer greve>. Isso leva a um valor de perfectividade do processo que remete à ruptura em relação ao presente. O que pode ser demonstrado pelo seguinte pré-construído:

Pré-construído: houve greve, há poucos meses

Se se identifica em (19a) que a noção <haver greve> é anterior ao momento origem da enunciação, pode-se inferir com isso que a greve não está mais acontecendo no momento da enunciação, ou seja, a greve está terminada no momento da enunciação, portanto, ela não acontece mais.

Uma possibilidade de se realocar os planos temporais deslocados seria instaurar um valor de pretérito na noção <acontecer>.

Esquema 9: Manipulação dos dados



O que o esquema 9 demonstra, também, é a necessidade de realocar os outros tempos verbais ao passado.

No exemplo (20) temos outra ocorrência deslocamento temporal por meio do uso do pretérito perfeito:

Em casos em que os programas de saúde é ativo não basta as ações de médicos, enfermeiros ou outros profissionais da área de saúde realizarem o exercício de suas profissões; necessita da colaboração da sociedade.

Exemplo desta colaboração é o caso da dengue. Esta doença possui um rápido avanço da manifestação exigindo cuidados de todos. Estes cuidados necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde que **verificaram** se a população está vivendo de maneira adequada além de transmitir-lhes informações essenciais a prevenção da doença.

Assim, em (20a):

Exemplo desta colaboração é o caso da dengue. Esta doença possui um rápido avanço da manifestação exigindo cuidados de todos. Estes cuidados necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde que **verificaram** se a população está vivendo de maneira adequada além de transmitir-lhes informações essenciais a prevenção da doença

A divisão da noção <verificar> conduz a uma ocorrência temporal de “acompanhamento de vigilância de saúde” que na sequência inicial “Estes cuidados necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde” remete a uma possibilidade de instanciação de “acompanhamento” não validada. Ora, se a vigilância de saúde verificou como a população estava vivendo, logicamente, o acompanhamento deveria ter acontecido antes.

Julgamos importante ressaltar neste exemplo nossa dúvida em identificar se o uso do pretérito perfeito em (20a) não seria apenas resultado, por parte do locutor, da confusão entre a escrita da forma do futuro com a forma do passado, que permitiria a seguinte substituição:

Exemplo desta colaboração é o caso da dengue. Esta doença possui um rápido avanço da manifestação exigindo cuidados de todos. Estes cuidados necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde que **verificará** se a população está vivendo de maneira adequada além de transmitir-lhes informações essenciais a prevenção da doença.

Nesse caso, as relações nocionais entre <acompanhar> e <verificar> remetem à possibilidade de uma ocorrência temporal, e, portanto, válida, do “acompanhamento” que poderá ser validado após realizada uma verificação de como a população está vivendo.

O exemplo 21:

(21) Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam. Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas, então, começou uma luta por fontes renováveis como o álcool da cana ou mais recentemente do biodiesel.

No excerto (21), o recortamos o enunciado:

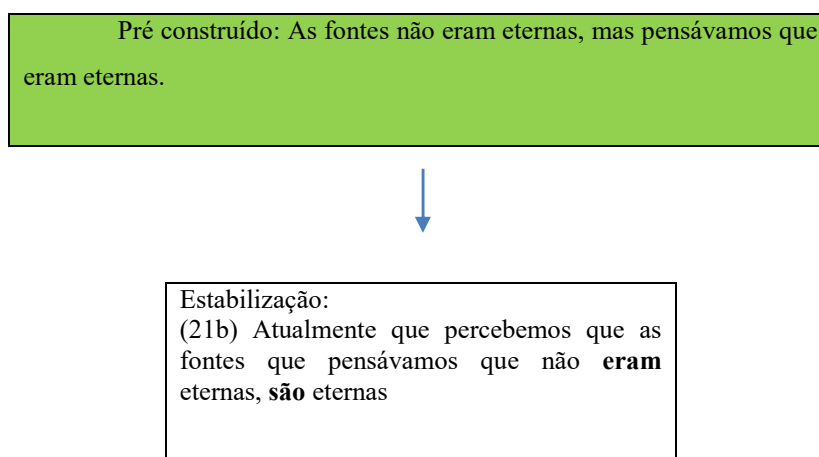
(21a) Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas[...]

O pretérito imperfeito parece não possuir ancoragem temporal no contexto do qual faz parte que é o momento em que o homem acreditava que as fontes renováveis durariam por um bom tempo. O contexto parece marcar uma quebra entre um tempo em que se pensava que as fontes eram duradouras para outro em que se descobre que as fontes correm o risco de desaparecerem. O uso do “atualmente” situa o valor temporal do texto no momento presente,

no qual já se sabe o caráter não duradouro das fontes de energia. O uso do pretérito imperfeito em (21a) parece não se encaixar no contexto gerado em (21) porque passa a impressão de que a percepção atual de que as fontes não eram eternas implica a ideia de que as fontes se esgotaram.

Do ponto de vista teórico, o uso do pretérito imperfeito remete a um pré-construído que parece estar implicado e que permite criar uma distinção entre passado e presente pela introdução de uma situação que remete ao universo de uma certeza coletiva válida no passado e inválida no presente:

Esquema 10: Manipulação dos dados



O esquema 10 demonstra que o pré-construído tematiza um estado <ser eterno> que é avaliado pelo ponto de vista temporal do enunciador como sendo verdadeiro no passado, mas considerado como falso pela maioria das pessoas no passado. O enunciado (21b) realoca esses tempos implicados no pré-construído e propõe um enunciado que articula o que se considerava verdadeiro no passado e veio a se mostrar falso no presente.

As análises apresentadas revelaram possíveis maneiras de estabilizar as noções temporais implicadas nos textos dissertativos. São diferentes possibilidades de estabilização dos contextos implicados no uso do tempo verbal.

5.3 Discussão dos exemplos apresentados

Nas análises apresentadas acima demonstramos a complexidade envolvida na construção do tempo. Identificamos duas operações de linguagem centrais na construção e interpretação dos fenômenos. A primeira foi determinar o tipo de ocorrência de uma noção e a segunda o tipo de localização temporal que estava implicado entre essas ocorrências.

Constatamos que os exemplos trazem contextos em que a transição de noções temporais é interrompida pela instanciação de um tempo deslocado. Supomos que isso ocorreu devido à presença de um tempo localizador, cuja representação foi feita pela identificação de enunciados pré-construídos, que mostraram que o enunciado possui um tempo pressuposto que permite realocar o deslocamento temporal constatado. Além disso, os enunciados apresentados remeteram a contextos em que a seleção do tempo verbal pode comprometer a localização temporal entre as noções. Verificamos que a seleção do tempo verbal chama por possibilidades de instancicações temporais no contexto considerado. Outro elemento fundamental na discussão de ocorrências de deslocamentos enunciativos foi a presença da instanciação de um tempo cuja referência pode deslocar o trânsito entre as noções, como demonstrado no exemplo (15a).

As análises dos exemplos revelaram também que os deslocamentos enunciativos podem ser realocados no contexto de ocorrência pela identificação de enunciados pré-construídos, que apontaram caminhos de readequação das relações temporais implicadas.

A realocação dos planos temporais mostrou que os movimentos de planos enunciativos são pouco visíveis sem o auxílio de uma teorização. A abertura dessas estabilizações temporais foi provocada pelo exercício de estabilização linguística dos valores temporais implicados nos excertos recortados. Assim, identificar essa movimentação de planos enunciativos torna possível demonstrar que, no exercício de produção de texto, os planos enunciativos temporais não se deixam classificar facilmente. Essas análises objetivam trazer sugestões para se dialogar com ocorrências temporais que se instalam na fronteira entre planos enunciativos. São movimentos de planos enunciativos que não se deixam classificar facilmente pelas tipologias disponíveis.

As ocorrências apresentadas neste trabalho foram resultado da leitura de 154 produções textuais de vestibular. Nosso propósito foi aproximar os postulados teóricos que regem a construção de noções para explicar ocorrências de deslocamentos enunciativos temporais. Isso conduziu a uma seleção de exemplos a partir dos quais discutimos os possíveis caminhos de ajustamento da expressão linguística dos textos. O intuito não foi construir respostas sobre o funcionamento e a estruturação da temporalidade em uma marca específica. Trata-se de um exercício de aproximação entre teoria e prática.

Considerações finais

Esta pesquisa teve início após a leitura e a análise de textos dissertativos argumentativos de uma coletânea composta por 154 produções de texto de vestibular. Nessa coletânea, verificamos diversas ocorrências que nomeamos de deslocamentos enunciativos temporais. A partir desse objeto de estudo, estruturamos o *corpus* no qual tratamos os seguintes questionamentos:

1) seria possível identificar algum mecanismo de linguagem, no escopo da teoria culioliana, que regeria ou explicaria o uso de certos tempos verbais deslocados na constituição dos planos de enunciação, observado, neste caso, em estruturas textuais dissertativas?

2) a identificação da operação de linguagem que se aproxima das ocorrências selecionadas poderia permitir realocação os planos temporais deslocados?

Constatamos que as ocorrências observadas nos textos de vestibular estão relacionadas aos planos de enunciação. No entanto, verificamos que a distinção entre plano do discurso e plano da história, proposta por Benveniste (2005), não nos permitiu abordar os deslocamentos enunciativos temporais. Isso nos levou à hipótese de que os deslocamentos enunciativos temporais não remeteriam à distinção proposta por Benveniste (2006). Partindo dessa primeira associação do objeto de pesquisa com a reflexão enunciativa, notamos a necessidade de se pensar na estruturação gramatical do tempo. Identificamos que existe uma tendência, nas análises descritivas e tradicionais, de se definir o verbo como a categoria principal de manifestação do tempo. Verificamos que algumas tendências introduzem uma teorização enunciativa conscientemente; ao passo que outras associam mecanicamente o verbo apenas ao momento da fala. As abordagens que teorizam com maior profundidade o fenômeno acabam associando tempo e aspecto a usos pragmáticos estabilizados dos tempos verbais.

Devido à natureza de nosso objeto de pesquisa e à filiação à TOE, questionamos a estabilidade de estruturação da temporalidade. Para demonstrar esse posicionamento, oriundo da proposta de articulação entre língua e linguagem, fizemos um levantamento de autores que abordam as questões relacionadas aos planos de enunciação. Concluímos que a estruturação dos mecanismos temporais está relacionada aos tipos de ocorrência de uma noção. Essas ocorrências, que traduzem uma relação de alteridade entre quantificação e qualificação, são sustentadas pela relação entre nome e verbo cuja distinção torna-se pouco relevante no nível nocional. O fato de essas categorias se articularem em um nível nocional demonstraram que a temporalidade, nos exemplos observados, instala-se na articulação entre nome e verbo.

Conseqüentemente, a estruturação da temporalidade é resultado de uma composição de várias marcas linguísticas. A reflexão sobre os mecanismos de discreto denso e compacto apontaram para o caráter articulado da construção da situação enunciativa. Outro texto central para defendermos essa proposta foi a discussão sobre o *aoristique* em que a construção da ruptura (alteridade forte da enunciação em relação ao enunciado) não está localizada em um tempo verbal específico. As reflexões no quadro da TOE demonstraram que o fenômeno de estruturação de um plano enunciativo é um fenômeno global aliado ao processo de predicação. Destarte, os exemplos que selecionamos provaram que planos enunciativos são fenômenos globais nos enunciados. Além disso, o tempo verbal - marca escolhida como ponto de partida da análise – revelou que as noções temporais remetem ao jogo entre quantificação e qualificação de uma noção.

Após delimitarmos a quais mecanismos teóricos as ocorrências de deslocamento enunciativos temporais se aproximaram, verificamos que a descrição dos fenômenos apontou para formas de estabilização interpretativa dos enunciados. Nossas análises, após construirmos uma sustentação teórica, revelaram paráfrases e adequações plausíveis, abertas por meio do raciocínio linguístico subjacente aos deslocamentos enunciativos temporais. Não propomos resolver os deslocamentos identificados mas demonstrar quais operações foram responsáveis por veicularem a significação temporal deslocada.

A pesquisa, no início, colocou alguns desafios em nosso trajeto. O primeiro foi a constatação da ausência de pesquisas voltadas para a questão de planos enunciativos em textos dissertativos. Ademais, nos textos franceses, pelo menos naqueles que selecionamos, não encontramos pesquisas linguísticas que abordassem produções textuais de alunos. As bibliografias disponíveis na TOE, que tratam de reflexões aliadas ao ensino, estão relacionadas em sua maior parte às pesquisas de Onofre (2003) e Rezende (2000).

Essa conjuntura tornou difícil realizar discussões entre a TOE e outros quadro teóricos. O principal entrave foi o abismo existente entre a reflexão linguística e os problemas relacionados à aplicação dos conceitos ao ensino.

O segundo desafio foi a dificuldade em associarmos o fenômeno observado a outras abordagens teóricas do fenômeno dos planos de enunciação. As abordagens que recuperamos geralmente concebem a situação de enunciação como uma espécie de pano de fundo padronizado ao qual certas marcas linguísticas fazem referência.

Acreditamos que a pesquisa apresentada é original porque propõe uma reflexão com os planos de enunciação temporais em produções textuais. Uma continuidade dessa reflexão

poderia ser a realização de uma pesquisa voltada para a aplicação desses exercícios de realocação dos planos enunciativos temporais em contextos didáticos de produção e interpretação de textos.

Neste trabalho partimos de dados empíricos e construímos um objeto de análise. Em seguida teorizamos o objeto de análise com base nos postulados teóricos da TOE. Fizemos uma discussão de como essa questão estaria presente ou suscitada em outras abordagens. Apresentamos os postulados teóricos que sustentariam o fenômeno observado. Construímos um conjunto de ocorrências e propusemos uma análise dos deslocamentos constatados no texto. Chegamos à conclusão de que a operação que sustenta a constituição da situação de enunciação é o jogo de alteridade entre determinação e qualificação entre a noção e a ocorrência de uma noção.

Referências bibliográficas

ARNAULD, A & LANCELOT. **Gramática de Port-Royal, ou Gramática Geral e Razoada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARISTÓTELES. Da interpretação. Trad. José Teixeira Veríssimo da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AUROUX, S. **La philosophie linguistique d'Antoine Culioli**. In : La theorie d'Antoine Culioli : Overtures et incidences. Paris: Ophrys, 1991.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. **As relações de tempo no verbo francês**. Bulletin de la société de linguistique. Fasc.1: LIV, 1959. BENVENISTE, E. In: Problemas de Linguística Geral I. Campinas/SP: Pontes, 2005, p. 260-276.

_____. **Da subjetividade na linguagem**. Journal de psychologie: P.U.F.jul.-set., 1958. In: Problemas de Linguística Geral I. Campinas/SP: Pontes, 2005, p. 284-276.

BORBA, F.S. **Teoria Sintática**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

BOUSCAREN, J.(Org.). **La théorie d'Antoine Culioli**. Paris: OPHRYS, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997, 144p.

CAMPOS, M.H.C. **Tempo, aspecto e modalidade: estudos de linguística portuguesa**. Porto: Editora Porto, 1997.

CAMPOS, M.H.C; XAVIER, M.F. **Sintaxe e semântica do português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2009.

CULIOLI, A. Pour une linguistique de l' énonciation : **opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990. 225 p.

_____. Pour une linguistique de l' énonciation : **formalisation et opérations de repérage**. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a. 183 p.

_____. Pour une linguistique de l' énonciation : **formalisation et opérations de repérage**. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b. 183 p.

_____. Transcription du séminaire de D.E.A. de A. Culioli: **recherches en linguistique: théorie des opérations énonciatives**. Paris: Département de Recherches Linguistiques: Université de Paris VII, 1999/1976. 262 p.

_____.; NORMAND, C. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys, 2005. 300 p.

_____. **Valeurs aspectuels et opérations énonciatives: l' aoristique**. Actes du Colloque organisé par le centre d' analyse syntaxique de l' Université de Metz. 10-20 mai, 1978. In: Pour une linguistique de l' énonciation: formalisation et opérations de repérage - Tome 2. Paris: Ophrys, 1999.

_____. **Quelques considérations sur la formalisation de la notion d' aspect**. L' enseignement du russe, Institut d' Etudes Slaves, Paris, n. 27, avril, 1980, p.65-75. In: Pour une linguistique de l' énonciation: formalisation et opérations de repérage: Tome 2. Paris: Ophrys, 1999.

_____. **Les modalités d' expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles?**. Interfaces n. 5, CRDP, Paris, 1993 In: Pour une linguistique de l' énonciation: formalisation et opérations de repérage: Tome 2. Paris: Ophrys, 1999.

_____. **Cognition and representation in linguistic theory**. University of Ottawa: John Benjamin B.V. 1995.

_____. La communication verbale. In: Encyclopédie des sciences de l' homme, Tome 4. Paris: Grand Batelière, 1965.

DANON-BOILEAU, L. Le sujet de l' énonciation: psychanalyse et linguistique. Paris: Ophrys, 1987.

_____. **Telos, aspect, actance et plan d' énonciation**. In: Opérations énonciatives et interprétation de l' énoncé: mélanges offerts à Janine Bouscaren. Paris : Ophrys, 1993.

DUFAYE, L. **La formalisation dans la Théorie des Opérations Énonciatives**. 2006-2007. 189 f. Tese – UFR d' études Anglophones, Université Paris 7 – Denis Diderot, Paris. 2006-2007.

_____. **La Représentation de l' irréel: de l' intuition aux opérations**. In: Anglophonia n° 12, W. Rotgé éditeur, Toulouse : 2002 Presses Universitaires du Mirail; pp. 29-61

EVANS, V. **Language and Time**. Cambridge: New York, 2013.

FLORES, V. do N; BARBISAN L. B; FINATTO, M. J. B. TEIXEIRA, M. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V do N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paul: Parábola, 2013.

FUCHS, C. **As problemáticas enunciativas**: esboço de uma apresentação crítica e histórica. In: Revista Alfa. São Paulo: Alfa: 1985. Vol. 29. p. 111-129.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática**. In: FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. Mas o que é mesmo gramática? Organização de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 11-33.

FRANCKEL, J.J. **Da interpretação à glosa**: por uma metodologia da reformulação. In: VOGÜÉ, S. de; FRANCKEL, J-J; PAILLARD, D. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GAUTHIER, A. **Opérations enonciatives et apprentissage d'une langue étrangère en milieu scolaire**: l'anglais à des francophones. In: Les langues modernes: Association des professeurs de langues vivantes de l'enseignement public. Paris: Institut D' Anglais Charles V, 1981. p. 482-499.

HOPPER, P.J. THOMPSON, S.A. **Tansitivity in Grammar and Discourse**. In: Language, vol. 56, n. 2, p. 251-299, jun. 1980.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

ONOFRE, M.B. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca “Se”**. 2003. 174 f. Tese – Unesp, Araraquara. 2003.

LIMA, R. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

LOPES, M. C. R. **Estudo semântico do pretérito perfeito**: variações interpretativas e regularidades de funcionamento. In: REZENDE, L.M. ONOFRE, M.B. *Linguagem e línguas naturais: diversidades experiencial e linguística*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

_____, M. C. R. **Gramática Operatória e Ensino de Línguas**. In: O que são língua e linguagem para os linguistas. Orgs: REZENDE, L.M; CAGLIARI, G.M; BARBOSA, J.B.B. Araraquara: FCL-UNESP, 2007

MATA, JOSÉ.T.V. **Comentários**. In: ARISTÓTELES. *Da interpretação*. Trad. José Teixeira Veríssimo da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REZENDE, L. M. **A indeterminação da linguagem e o conceito de atividade no ensino de língua materna**. In: Estudos linguísticos, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 707-714, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/40/el.2011_v2_t20.red6.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

REZENDE, L.M. **Atividade epilinguística e ensino de língua portuguesa**. In: Revista do GEL, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 95-108, 2008.

REZENDE, L. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. V. 1. Tese de Livre Docência. Araraquara: Unesp – Faculdade de Ciências e Letras, 2000.

REZENDE, L. **Educação e sociedade:** o ensino de línguas. In: Didática, São Paulo v. 28, p.151-153. 1992.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultix, 2006.

SIMONIN-GRUMBACH, J. **Pour une typologie des discours.** In: Langue, Discours, société pour Émile Benveniste. Kristeva, J., MILNER, J-C; RUWET, N. (Orgs.). Seul: Paris, 1975, p. 85-121.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Na trilha da gramática:** conhecimento linguístico na alfabetização e letramento. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TZEVELEKOU, M. **Catégorisation lexicale et aspect:** le système aspectuel du grec moderne Tese. Paris: Université Paris 7 – Denis Diderot, 1995.

VOGÜÉ, S de; PAILLARD, D. **Modos de presença do outro.** De VOGÜÉ, S; JEAN-JACQUES, F; PAILLARD, D. In: Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

VOGÜÉ, S. de. **Des temps et des modes.** In: Les gré des langues, Paris : L'harmattan n°6, 1993.

VOGÜÉ, S. de. **Discret, dense et compact:** les enjeux d'une tipologie lexicale. In: La notion de prédicat. FRANCKEL, J-J. (Org.). Paris : Université Paris 7, 1989.

VOGÜÉ, S de. Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration. In: Lectures d'Emile Benveniste, LINX 26, p. 77-105, 1992.

VOGÜÉ, S. de; FRANCKEL, J.J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

WEINRICH, H. **Le Temps :** le recit e le commentaire. Paris: Editions du Seuil, 1973.

VOGÜÉ, S. de; FRANCKEL, J.J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

VIGNAUX, G. **Le discours acteur du monde:** enonciation, argumentation et cognition. Paris: Ophrys, 1988.

Anexo I

Redação 1

São Paulo, 14 de outubro de 2008. O circo alegria, muito conhecido na região, é denunciado por praticar o ato de abuso e maus tratos aos animais que **participavam** de suas apresentações. A denúncia foi feita por moradores próximos do circo que ficaram indignados com as cenas de crueldade que viam constantemente. O circo foi fechado e atuado com uma multa no valor de cem mil reais.

Esse é apenas um dos muitos fatos que ocorrem no Brasil e no mundo relacionados ao mau trato de animais, sendo eles domésticos ou não. Alguns exemplos desses maus tratos são os rodeios carrocinhas, vaquejadas, circos, gaiolas, vivissecção, etc. Em nosso país existe a lei 9605, conhecida como lei de crimes ambientais que criminaliza a conduta de quem “praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Existem aqueles que defendem o uso de animais em pesquisas e afirmam que isso é uma consequência que temos que sofrer para a melhoria do bem estar da sociedade. A interrupção do uso de animais acarretaria em prejuízos como a falta de certos tipos de vacinas (que são primeiramente testadas em camundongos para depois serem utilizadas nos humanos), pesquisas sobre célula tronco, moléstias pulmonares e renais, terapias contra o câncer, teriam de ser interrompidas.

Porém, essas pessoas esquecem de que os animais também são seres vivos que sentem dor, frio, fome e tem o direito de não passar por um sistema de pesquisas e exploração que despreza a vida. Não é porque somos mais evoluídos do que eles que temos o direito de maus tratá-los, machucá-los e abusar deles.

Redação 2

Saúde Pública na UTI

O dever do Estado é dar condições mínimas de vida para a população poder exercer sua função na sociedade. Isso implica em medidas que abrangem diversas áreas como educação, segurança moradia e saúde. Esta, no nosso país, encontra-se em situação caótica.

Enquanto a classe média alta se dispõe da mais moderna tecnologia e dos melhores médicos da saúde privada, o sistema de saúde pública é precário. Hospitais lotados, pessoas morrendo nos corredores, equipamentos de pior qualidade e poucos médicos. Isso contradiz com a constituição, que prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com prioridade para ações preventivas.

Tais ações preventivas submetem o Estado a tomar medidas de conscientização da população, o que não é fácil quando não se consegue nem educar a população direito. Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica.

Portanto, o Brasil deveria seguir o exemplo de Cuba que, com pouco dinheiro, atingiu níveis de educação nunca vistos na América Latina. Apesar da baixa renda e do autoritarismo de Fidel, Cuba tem sim muito o que ensinar ao mundo

Redação 3

Precisamos deles...

Utilizar ou não animais em experimentações científicas? Essa questão está sendo constantemente debatida por pesquisadores e ambientalistas. Estes afirmam que há meios alternativos para testar e descobrir medicamentos, aqueles nos informam dos prejuízos causados com a proibição do uso de animais em pesquisas.

É evidente a nossa dependência em relação aos animais. Desde a revolução Neolítica até hoje precisamos dos trabalhos realizados por eles. No Egito antigo a tração animal era utilizada para arar as terras às margens do Nilo, os cavalos e carruagens foram, por muito tempo, o principal meio de transporte, os pombos levavam as informações a seus destinatários, e ainda hoje, pequenos roedores **são** privados de suas vidas para “trabalharem” como cobaias nos laboratórios.

Entretanto, se os animais não forem usados, muitas pessoas serão prejudicadas, a começar por aquelas que deixarão de receber vacinas e as que perderão as esperanças para a cura de suas doenças. O melhor a ser feito é conciliar as duas linhas de pensamento: as pesquisas com animais devem continuar, mas o aprimoramento de novas técnicas que não os usem deverá ser acelerado.

Redação 4

No mundo de hoje à procura por fontes que substituam o petróleo é grande, o Brasil foi pioneiro com o álcool nas últimas décadas e agora investe em pesquisa com a mamona e o girassol, para substituir o petróleo.

A procura por fontes que substituam o petróleo, no Brasil, foi focada aonde poderia se beneficiar mais na agricultura, com o plantio de cana-de-açúcar e agora com plantações de mamona e girassol, propiciando um combustível mais limpo.

Pesquisas com estes elementos, fez com que a Petrobrás investi-se nestas como pioneira, como fruto disto, **já existem** postos de Petrobrás que possuem o Biodiesel como combustível alternativo.

Com isto, todos saem ganhando o mundo fica mais limpo, o campo vê uma nova fonte de renda, o consumidor terá preços mais acessíveis.

Redação 5

As pesquisas no campo das ciências biológicas cresceu de forma exponencial nas últimas décadas. As questões relacionadas a uma crescente preocupação das sociedades (governos e cidadãos) com a qualidade de vida, saúde e aumento da longevidade contribuíram de forma enfática nesse crescimento. Além disso, o avanço tecnológico das ciências exatas e humanas, possibilitou a oferta de inúmeras ferramentas que foram aplicadas rapidamente em pesquisas nas áreas médicas e de biologia. Todo esse quadro possibilitou que nesse início de século esse segmento seja encarado como o mais importante.

Todo esse progresso, entretanto, não foi realizado sem que questões éticas e morais **fossem discutidas**, renovadas, em alguns casos (ilegível). As pesquisas no campo da genética.

Redação 6

O homem vive se gabando de seu estilo de vida glamorosa, de seus carros, casas, roupas e suas descobertas e invenções. Mas finge que esqueceu das consequências de seus atos, que há pessoas morrendo de fome, com frio, sem lugar para morar e sem receber alguma ajuda, que suas descobertas e invenções talvez não possam ser usadas mais que uma geração.

O ser humano tem a opção de escolher entre garantir algum futuro para seus netos e bisnetos na Terra ou ficar apenas com seu dinheiro viver sua vida e depois os mais novos que concertem seus erros.

E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, decidiram pelo egoísmo, pelo poder de consumo contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa. Esses ocorrem com o simples ato de jogar uma garrafinha de plástico, papel ou bituca de cigarro pela janela do carro ou algo mais complexo como subornar um fiscal para poder desmatar áreas proibidas.

De atitude em atitude o mundo é destruído aos poucos e talvez os mais novos não tenham como corrigir os erros e tentar restaurar algo na Terra.

Redação 7

O homem faz sua tecnologia, descobre curas para doenças que ele mesmo faz, altera o ecossistema e sem perceber, destrói o mundo e a si mesmo.

O ser humano cria e destrói, como vemos na segunda guerra mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades imensas de poluidores na nossa atmosfera, o que contribuiu também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

Outro fato, foi um vazamento na usina nuclear de Chernobyl, nos Estados Unidos, causando uma enorme degradação ambiental, contribuindo também para o aquecimento global que tem como consequência as enchentes e tsunamis como também desastres como o ocorrido em Santa Catarina que deixou milhares de desabrigados.

Tudo feito até hoje pelo homem, teve a sua consequência ou está tendo, e onde está a culpa disso? Talvez seja a ganância pelo poder e querer mais do próprio homem. O que é fato é que o homem é um inimigo do planeta.

Redação 8

Enquanto a classe média alta se dispõe da mais moderna tecnologia e dos melhores médicos da saúde privada, o sistema de saúde pública é precário. Hospitais lotados, pessoas morrendo nos corredores, equipamentos de pior qualidade e poucos médicos. Isso contradiz com a constituição, que prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com prioridade para ações preventivas.

Tais ações preventivas submetem o Estado a tomar medidas de conscientização da população, o que não é fácil quando não se consegue nem educar a população direito. Não tem como forçar, por exemplo, as pessoas a evitarem a dengue ou o câncer quando elas não **tiveram** uma educação básica.